

**Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

Ana Paula de Magalhães Leite

“Direitos Sociais e Favor: Trabalho e Propriedade em Belo Oriente – MG.”

**Juiz de Fora
2009**

ANA PAULA DE MAGALHÃES LEITE

**“DIREITOS SOCIAIS E FAVOR: TRABALHO E PROPRIEDADE EM BELO
ORIENTE – MG.”**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Maria Aparecida Tardin Cassab.

Juiz de Fora
2009

**“DIREITOS SOCIAIS E FAVOR: TRABALHO E PROPRIEDADE EM BELO
ORIENTE – MG.”**

Dissertação de mestrado submetida à banca examinadora nomeada pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em ____/____/____

Profa. Dra. Maria Aparecida Tardin Cassab

Profa. Dra. Isabel Cristina da Costa Cardoso

Profa. Dra. Maria Rosângela Batistoni

Àqueles que amo,
meus referenciais de vida.

Ao Marco Aurélio meu amor,
pelo apoio e dedicação
incondicional, à minha mãe pelo
exemplo, e ao meu filho, Victor,
por me mostrar que a vida é um
eterno aprendizado.

AGRADECIMENTOS

É sempre fundamental e imprescindível agradecermos a Deus pelas conquistas e pelas vitórias, pois sem ele nenhuma delas seria possível. Então, ao meu Deus toda honra e toda glória pela vitória conquistada e pelas bênçãos que ele sempre derrama em minha vida.

Há minha família, que com todo carinho e amor suportou minhas ausências, apoiou-me nos momentos alegres, mas sobretudo nos momentos difíceis. À minha mãe pelo apoio sempre, meus irmãos pela força, e a todos que de uma forma ou de outra suportaram minhas ausências e me apoiaram na concretização de meus objetivos.

Quero agradecer às minhas amigas da UNIPAC de Ipatinga, em especial a Marlene Rocha, Nirciene, Adriene, Lorena e Valdirene, pelo apoio, pelas trocas e pelo incentivo.

À Secretaria de Meio Ambiente de Belo Oriente, na pessoa do meu amigo, Genízio, por ter-me possibilitado o acesso a informações de extrema relevância para minha pesquisa.

Aos meus meninos lindos, Victor, Isabela, Maria Eduarda e o mais recente pequeno, Gustavo. A vocês que tão pequeninos ensinam que a vida é sempre um aprendizado. O sorriso, as brincadeiras, a alegria de ser criança, me dá forças para continuar sempre.

Ao meu lindo, Marco Aurélio que em todos os momentos está comigo. A caminhada foi difícil, cansativa, exaustiva às vezes, mas você sempre esteve lá, me incentivando e apoiando com companheirismo e muito, muito amor e dedicação. Obrigado meu querido, sempre, por tudo.

Enfim, a todos, inclusive aqueles que aqui não foram mencionados, mas que de alguma forma estiveram presentes e contribuíram para que a concretização desse momento fosse possível. Meu muito obrigada!

“O principal é nos sentirmos todos como militantes na construção de um mundo novo e usarmos o melhor da nossa capacidade de elaboração teórica, da nossa capacidade de acreditar que um mundo novo é possível e absolutamente necessário.”

Emir Sader.

RESUMO

O presente estudo tem como foco de análise a questão social e os direitos sociais, no contexto do desenvolvimento econômico e social do Leste de Minas Gerais. A opção pelo desenvolvimento em Minas Gerais, e no caso específico da presente análise, na região do Vale do Rio Doce deu-se por meio de estratégias e alianças entre o Capital e o Estado, o que revelou um profundo abismo entre o que se denominou crescimento e o desenvolvimento social. A análise centrou-se na discussão do papel dos atores sociais deste processo, tratando para tanto de analisar as alianças entre o capital e o poder local, como forma de estratégia para o desenvolvimento econômico, e as possibilidades de garantia de direitos, via políticas sociais, à população desta cidade. A pesquisa apontou para o fato de que o desenvolvimento econômico no leste de Minas Gerais, especificamente em Belo Oriente, se deu efetivamente pelas alianças entre o Capital e o poder local, sendo este último o responsável por criar e manter as condições favoráveis ao desenvolvimento da indústria na região, especialmente no que concerne à infraestrutura, favorecendo a concentração fundiária e renúncia fiscal. Outro elemento fundamental obtido através da pesquisa foi a constatação de que a população do município de Belo Oriente não tem usufruído em nenhuma medida dos bens produzidos pelo progresso econômico alcançado na região, especialmente a partir a instalação da empresa Celulose Nipo Brasileira - CENIBRA, na década de 1970, no município. Percebeu-se também que na relação do poder local com os cidadãos não se constrói sobre uma cultura de direitos, dado que sua aliança fundamental se faz na defesa dos interesses do capital.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Questão Social. Território. Direitos sociais. Desenvolvimento econômico. Desenvolvimento Social.

ABSTRACT

This article focuses on the analysis of social issues and social rights in the context of the economical and social development in the east of Minas Gerais state. Minas Gerais was chosen to develop, especially Vale do Rio Doce region, by means of alliances and strategies between the State and the Capital, which has created an enormous gap in the so called growing and social development. The analysis was concentrated on a discussion of the social actors' role in this process, handling the alliances and strategies between the Capital and the local governmental power analysis as a path for the economical development; and the possibilities to guarantee social rights through social politics to the citizens of this city. The research has point out the fact that the economic development in Minas Gerais east, especially in Belo Oriente city, was possible due to the alliance between the Capital and the local government power, which was the former responsible for the creation and the maintenance of favorable conditions for the industry development in the region, specifically on the infra structure implementation, benefiting the land concentration and the fiscal resignation. Another fundamental element raised in this research was the determination that Belo Oriente citizens have no benefit of the products made by the economical progress carried out in the region, specially the ones brought up by the start up of the Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA, a worldwide cellulose maker erected in this city on the '70 decade. It was also realized that a culture based on rights isn't possible due to the fact that the fundamental alliance defend only the Capital interests.

Keywords: Social politics Social issue. Territories. Social rights. Economic development. Social development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| MAPA 1 Minas Gerais e suas macrorregiões..... | 27 |
| MAPA 2 Cobertura de Mata Atlântica Original..... | 28 |
| MAPA 3 Cobertura remanescente de Mata Atlântica..... | 28 |
| MAPA 4 Área de atuação da CENIBRA..... | 35 |
| MAPA 5 Cobertura Vegetal e Uso do Terreno..... | 40 |
| MAPA 6 Região Metropolitana do Vale do Aço e do Colar Metropolitano do Vale do Aço..... | 58 |
| MAPA 7 Localização do distrito de Perpétuo Socorro, no município de Belo Oriente..... | 87 |
| MAPA 8 Áreas de riscos e alagamentos em Perpétuo Socorro..... | 112 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACESITA – Usina de Ações Especiais Itabira.
- AUVA – Aglomerado Urbano do Vale do Aço.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- CENIBRA – Celulose Nipo-Brasileira.
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.
- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.
- CSBM – Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.
- CVRD – Companhia Vale do Rio Doce.
- EFVM – Estrada de Ferro Vitória a Minas.
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.
- FTIEMG – Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais.
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.
- INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.
- IEF – Instituto Estadual de Floresta.
- JBP - Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development CO.*
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.
- NOB – Norma Operacional Básica.
- PBF – Programa Bolsa Família.
- PIB – Produto Interno Bruto.
- PMI – Prefeitura Municipal de Ipatinga.
- PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
- PNAS – Política Nacional de Assistência Social.
- PSD – Partido Social Democrático.
- RMVA – Região Metropolitana do Vale do Aço.
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
- SMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- SUAS – Sistema Único de Assistência Social.
- SUS – Sistema Único de Saúde.
- USIMINAS – Usina Siderúrgica de Minas Gerais.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO LESTE DE MINAS GERAIS... 17 | 17 |
| 2.1 O projeto e suas opções: o Capital, o Estado e a Propriedade..... | 17 |
| 2.2 O projeto de desenvolvimento em Belo Oriente: a instalação da CENIBRA..... | 31 |
| 3 DINÂMICA URBANA: TRABALHO E REPRODUÇÃO DA POBREZA..... | 50 |
| 3.1 Formação de uma nova região metropolitana..... | 50 |
| 3.2 Sujeitos: Trabalho e reprodução da pobreza..... | 62 |
| 4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DE BELO ORIENTE..... | 76 |
| 4.1 Políticas Sociais e Direitos Sociais..... | 76 |
| 4.2 As Políticas Sociais: O caso de Belo Oriente..... | 86 |
| 4.2.1 <i>Propriedade e Trabalho.....</i> | <i>88</i> |
| 4.2.2 <i>População de Belo Oriente e as políticas sociais locais.....</i> | <i>92</i> |
| 4.3 Política de Assistência Social e a Incidência na organização do território..... | 99 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 117 |
| REFERÊNCIAS..... | 122 |
| APENDICE A..... | 129 |
| APENDICE B..... | 131 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema, “Direitos Sociais e Favor: Trabalho e Propriedade em Belo Oriente – MG”. Nesse sentido a proposta de estudo está voltada para uma análise do processo de ocupação no Brasil com foco em Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce, onde se localiza o município de Belo Oriente, com vistas a discutir as alianças entre governo e empresas visando o desenvolvimento econômico do capital e seus rebatimentos sobre a população deste município, no que concerne aos limites e possibilidades para se garantir direitos sociais diante de tal contexto.

Dentre os objetivos propostos nesse estudo está a necessidade de compreender as alianças entre poder público e o capital no contexto de desenvolvimento da economia mineira, contribuir para uma análise da instalação da CENIBRA no município de Belo Oriente, no contexto de industrialização do Vale do Rio Doce e seus rebatimentos sobre a população local, possibilitar uma compreensão acerca dos limites e possibilidades de garantir direitos diante da cultura do favor, do coronelismo e do clientelismo e contribuir para uma análise da pobreza e do trabalho no contexto de industrialização e seus rebatimentos sobre os moradores de Belo Oriente.

A partir da década de 1960, o Leste do Estado de Minas Gerais passou por profundas mudanças no que diz respeito ao processo de desenvolvimento econômico. Sabe-se que, nesse período houve incentivos por parte do Estado para a instalação de diversas empresas voltadas para a produção do Aço, tal como é o caso da Usina Intendente Câmara – USIMINAS, em Ipatinga, e para a produção de celulose, tal como é o caso da Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA, em Belo Oriente. O desenvolvimento econômico desta região trouxe consigo um acelerado processo de concentração fundiária, associado ao crescimento urbano, à devastação da Mata Atlântica, especialmente por causa da derrubada da mata para produção de carvão, principal fonte energética de tais indústrias.

Em Minas Gerais, no Vale do Rio Doce o processo de ocupação se deu a partir do povoamento das regiões próximas aos rios, desde início do século XVII tendo em vista que essas regiões possuíam terras boas para o cultivo e para navegação. No entanto, após um período sobrevivendo da economia de agricultura, em fins do século XVIII a região do Vale do Rio Doce, começa a receber incentivos

do Governo para instalação de várias indústrias na região. Esses incentivos eram parte da política do governo do Brasil, que após a Segunda Guerra, a partir do governo de Juscelino Kubstisheck, em 1950, objetivava com a mescla de centralização, dirigismo econômico e parceria técnica entre o Estado e o empresariado, a modernização, pelo incremento da industrialização.

De acordo com Faillace (1999), desde a aprovação, na década de 1960, das leis: Lei 5106/1966, o Código Florestal de 1965 e o IDBF de 1967, o foco tem sido o de aumentar a área plantada, o financiamento subsidiado às unidades industriais com escalas mínimas crescentes de produção e a pesquisa pública.

Mediante essa conjuntura dinâmica, marcada por inúmeras mudanças, contradições e a necessidade de compreender as transformações no âmbito do desenvolvimento econômico, político e social buscou-se a realização dessa pesquisa que tem por objeto o significado da garantia de direitos sociais num contexto de acumulação da propriedade privada e de precarização das relações de trabalho vivenciado pelos habitantes do município de Belo Oriente – MG. Para a construção do caminho metodológico foi escolhido o método dialético, considerando que é o que mais coaduna com a realidade investigada porque indica categorias como a historicidade, totalidade e contradição, elementos conceituais que contribuem para analisar as mudanças estruturais decorrentes do processo de desenvolvimento econômico nesta região.

Realizou-se, para tanto, um estudo teórico, a partir da revisão da literatura acerca do processo de desenvolvimento em Minas Gerais, bem como na especificidade do município de Belo Oriente na atual conjuntura. Salienta-se que ancorou-se em uma revisão bibliográfica relacionada a produções consagradas no âmbito acadêmico e, especificamente, acerca do processo de ocupação de Minas Gerais, como: Prado Júnior (2003), Dulci (1999), Schwarz (2006), Fernandes (1981) e outros autores, que analisaram o processo de ocupação e a opção pelo desenvolvimento industrial em Minas Gerais, de uma maneira crítica, questionando especialmente as conseqüências ocasionadas à população.

Dessa forma, buscando analisar essa conjuntura, entende-se que o método dialético é o que oferece subsídios para desvendar essa realidade, pois esse busca compreender a sociedade capitalista, considerando que a mesma é dinâmica, complexa, contraditória e encontra-se em constante transformação, levando em

conta a conjuntura histórica, buscando identificar as relações sociais e os antagonismos existentes.

A historicidade é o eixo central da dialética, uma vez que a história deve ser compreendida para além do fato ocorrido, cuja trajetória não é linear. Esta se efetiva no interior desse estudo quando realizamos a construção da trajetória histórica do desenvolvimento em Minas Gerais, especialmente a região Leste do Estado, onde se localiza o município de Belo Oriente, o que possibilita uma leitura crítica acerca desse processo e seus impactos na população que habita tal região, tendo em vista, na trajetória histórica, a trajetória dos sujeitos envolvidos e o contexto no qual os mesmos estão envolvidos são elementos essenciais para analisar o processo em questão.

Foi também realizada uma pesquisa de campo cujos atores investigados foram cerca de 50 famílias moradoras do distrito de Perpétuo Socorro, pertencente ao município de Belo Oriente, local onde se instalou na década de 1970 a empresa Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA. Essa empresa recebeu por parte do governo, parte dos incentivos para a área florestal, que o mesmo destinou com o objetivo de fortalecer a política industrial no país.

A pesquisa foi conduzida a partir de entrevistas semi – estruturadas com os sujeitos citados acima, bem como com entrevistas em profundidade realizadas a partir das visitas domiciliares nas residências dos mesmos. Além desses, também foram coletados dados em um levantamento socioeconômico e habitacional realizado no município durante os anos de 2007 e 2008. As análises sobre os dados coletados foram realizadas a partir de uma dimensão histórica – teórica – política e metodológica, a fim de proporcionar uma compreensão acerca de como se deu o processo de desenvolvimento na região Leste de Minas Gerais, especialmente em Belo Oriente, a partir da instalação da empresa CENIBRA, na década de 1970. A pesquisa de campo foi de extrema relevância para o desenvolvimento do estudo proposto, uma vez que possibilitou identificar as questões que permeiam o cotidiano dos moradores do distrito de Perpétuo Socorro, fornecendo subsídios para a reflexão acerca da ausência de garantia de direitos a esses moradores, bem como à forma como seus direitos são tratados como favor.

Diante de tal proposta de assistência, parte-se da hipótese de que a ausência da garantia de direitos à população está no fato de que a relação do poder local com

os cidadãos não se constrói sobre uma cultura de direitos, dado que sua aliança fundamental se faz na defesa dos interesses do capital.

A razão da escolha do objeto de pesquisa se deu principalmente por dois aspectos, um teórico e outro prático. Em relação ao elemento prático, o interesse se deu pelo fato de que a autora dessa pesquisa se inseriu profissionalmente como assistente social, no ano de 2007, no município de Belo Oriente, para trabalhar no âmbito da política de assistência social, no distrito de Perpétuo Socorro. Tal interesse se fortaleceu, a partir do contato com a população, no qual foi possível identificar o alto índice de pobreza e miserabilidade em que tal população vem sobrevivendo na atualidade, e também pela falta de políticas sociais municipais que garantam direitos sociais a essa mesma população.

O contraste da pobreza, com a presença marcante da empresa CENIBRA, ou seja, com o fato da empresa instalada neste distrito ser considerada a quarta empresa exportadora de celulose do Brasil, e pelo fato desta empresa destinar uma vultosa quantia de seus impostos a esse município, o qual não é revertido em políticas para a população, foram em grande medida os impulsionadores do interesse para realização desta pesquisa. Mediante a conjuntura apresentada acima, emerge a necessidade de buscar compreender como vem sendo efetivada a garantia de direitos no município de Belo Oriente, quais os limites, obstáculos, inquietações e também as possibilidades que circundam o cotidiano da população local.

O elemento teórico está relacionado ao fato de se ter evidenciado a necessidade de ampliação do debate acerca desta temática, o qual possibilita ampliar e fortalecer a necessidade de se analisar até que ponto as alianças entre o Capital e o Estado podem ser prejudiciais à população, em nome do desenvolvimento econômico pretendido.

Essas inquietações apontadas acima, juntam-se a necessidade de que é imprescindível pensar a garantia de direitos à população, via fortalecimento das políticas sociais públicas, e mais especificamente da política de assistência social. A assistência social atualmente está direcionada para o atendimento integral à família, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, aprovado em 2004, tendo como um dos princípios norteadores a questão da territorialidade, da atenção às famílias que vivem em áreas de maior vulnerabilidade social no município, tornando-se um dos canais possibilitadores da garantia de direitos à população.

As análises construídas procuraram identificar elementos que poderão contribuir para pensar os rebatimentos do processo de desenvolvimento adotado em Minas Gerais, com foco em Belo Oriente, nas possibilidades de efetivação da garantia de direitos à população, expressos pelos tradicionais dispositivos de assistência, vinculados à caridade, ao assistencialismo e ao clientelismo.

A dissertação se organiza em três capítulos. No primeiro é discutida a trajetória histórica de constituição da ocupação do território em Minas Gerais, a partir de análises no padrão de organização desse processo, perpassando pelas estratégias econômicas desenvolvidas. O que se busca demonstrar é que anteriormente a década de 1950, a economia girava em torno da agricultura, e somente a partir deste período é que o Estado, em aliança com o empresariado, cria mecanismos de incentivo e manutenção do processo de industrialização em Minas Gerais. Como fruto destas estratégias de fortalecimento da indústria, se instalou no município de Belo Oriente, Leste de Minas Gerais, na década de 1970, a Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA. Ainda neste capítulo faz-se o debate dos impactos oriundos desse processo: o latifúndio, a expulsão dos pequenos produtores, a expansão urbana, que acelera e agudiza uma série de expressões da questão social, tais como a pobreza, o desemprego, a fome, a ausência de políticas sociais, e outros.

No segundo capítulo discutir-se-ão as questões conceituais, a trajetória histórica da dinâmica urbana, utilizando para tanto as categorias do trabalho e reprodução da pobreza. Examina-se a formação, na região Leste, dos Aglomerados Urbanos, como forma de organização do espaço, para favorecimento à reprodução das condições necessárias ao desenvolvimento do capital, ou seja, da industrialização, nesta região. Tais categorias são pensadas ainda na cidade de Belo Oriente, a partir do contexto de instalação da CENIBRA.

E por fim, no terceiro capítulo serão abordadas as perspectivas para questão da garantia de direitos, perpassando brevemente, pelo contexto de surgimento das políticas sociais no Brasil, para posteriormente abordar as possibilidades de efetivação de políticas sociais no município de Belo Oriente. Nessa discussão inicia-se por contextualizar o município, lócus deste estudo, a particularidade da organização da assistência social no município. Analisa-se ainda os parâmetros históricos, políticos e metodológicos que perpassam o processo de efetivação dos direitos no município, destacando os limites, possibilidades, bem como os desafios de garantir direitos, no contexto das alianças entre o empresariado e o poder público

local. Procurou-se também recuperar elementos teóricos discutidos ao longo do trabalho, para instigar uma análise crítica acerca da realidade da população local e a particularidade da assistência social, como alternativa de garantia de direitos à população.

Neste capítulo ainda foram analisados os elementos da pesquisa realizada junto à população do distrito de Perpétuo Socorro, bem como os documentos institucionais pesquisados, tais como o Plano Diretor Participativo do município de Belo Oriente fornecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os cadastros socioeconômicos e habitacionais fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS. Além desses foram ainda pesquisados o Plano de Manejo Florestal, disponibilizado pela CENIBRA, bem como cartilhas e livros do acervo da biblioteca da empresa. Infelizmente não foi possível entrevistar o representante do poder público local, por questões políticas atravessadas pelo município em 2008, especialmente por ser ano eleitoral, e também não foi possível entrevistar nenhum representante da CENIBRA, nesse caso por questões relacionadas à impossibilidade de agenda.

Em suma, percebe-se que a temática abordada neste estudo tem relevância muito grande para os profissionais do Serviço Social. Tal relevância está no fato de que historicamente, as políticas sociais no Brasil são o maior campo de atuação deste profissional, que tem o desafio de garantir direitos considerando que as políticas sociais não têm logrado alterar as condições de pobreza e miséria vivenciadas pela população, no entanto, sabe-se também que é urgente a necessidade de mudança, de transformação do modelo de política social adotado no país, que prima pelo econômico em detrimento do desenvolvimento social.

2 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO LESTE DE MINAS GERAIS.

Neste capítulo será abordada uma contextualização da história do desenvolvimento em Minas Gerais, com foco na região do Vale do Rio Doce, no leste do Estado com vistas a desvelar as principais características deste processo desde seu início, no século XVII até os dias atuais. O percurso de análise aponta para o fato de que em Minas Gerais a ocupação se fez pelas regiões próximas dos rios por ser bastante fértil e boa para o cultivo, posteriormente, por volta do século XVIII passa pelo ciclo do ouro que se mantém até o final desse mesmo século quando a agricultura volta ao cenário mineiro, mas desta vez juntamente com a indústria que se torna o principal alvo de investimento do capital e do Estado no século XIX. Neste capítulo ainda será apontado o contexto de instalação da CENIBRA no município de Belo Oriente, na região do Vale do Rio Doce como parte das estratégias do Estado e do empresariado de fortalecimento da indústria, bem como as consequências deste para a população local considerando que as estratégias de desenvolvimento estão voltadas para o fortalecimento da economia o que tem inviabilizado a implementação de políticas sociais, e, portanto, a garantia de direitos a esta população.

2.1 O projeto e suas opções: o Capital, o Estado e a Propriedade.

A análise da história do desenvolvimento no Leste de Minas Gerais está ligada diretamente à evolução da economia mineira e ao desmatamento. De acordo com Brito, Oliveira e Junqueira (1997), a relação da economia mineira e o desmatamento decorreu do fato de que houve uma despolitização da “questão das florestas” por meio da redução destas últimas à condição de meras fornecedoras de energia para diversos fins domésticos e comerciais.

Segundo pesquisa realizada pela Companhia Vale do Rio Doce (2002), desde a conquista das terras brasileiras, em plena renascença, a busca por novos mundos tinha dois únicos atrativos: o enriquecimento rápido e a conquista de fiéis para a Igreja Católica ou Protestante, dependendo do descobridor. Na terra de Santa Cruz,

cujo nome já indica a prevalência religiosa, além dos nativos – era sempre possível mão-de-obra gratuita e novas almas para o Reino de Deus - , o litoral revelava apenas abundante vegetação e madeira. Era forçoso, então, enfrentar o desconhecido. Mata adentro rio acima, ambição à frente e cruz à retaguarda, interesses nem tão conflitantes que não se tornassem comuns: todos são iguais perante o ouro.

Prado Júnior (2003) afirma que desde meados do século XVIII fixou-se no Brasil a colonização feita pelas regiões fronteiriças, sendo que cerca de 60% da população colonial, ou seja, quase 2.000.000 de habitantes concentram-se numa faixa litorânea que não ultrapassa para o interior, nos seus pontos de maior largura, algumas dezenas de quilômetros. Nisso se explica o fato de que todo o restante, cerca de 90% da área do território sobrava. Esse desequilíbrio entre o litoral e o interior expressa o caráter dominante da colonização no Brasil, que era inicialmente agrícola, pois preferia as terras quentes, úmidas e férteis da baixada marinha. O povoamento somente começa a entrar no interior do país, alguns anos mais tarde.

A dispersão pelo interior, intensa e rápida é por volta da segunda metade do século XVIII quando o ouro descoberto sucessivamente em Minas Gerais, no último decênio do século XVII, em Cuiabá, em 1719, e Goiás, seis anos depois, desencadeia esse movimento. Surgem colonos novos, vindos da Europa, e escravos diretamente da África. Outros, porém ocorrem dos estabelecimentos agrícolas do litoral. É esse um período sóbrio para a agricultura litorânea, que assiste ao encerramento do seu primeiro ciclo de prosperidade, tão brilhante até aquela data. A vida cessava aí, para renascer vigorosa e pujante, no eldorado das minas. (PRADO JÚNIOR, 2003, p.77).

Em Minas Gerais, o centro de condensação está localizado numa faixa que se estende de sul a norte, da bacia do Rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha, mais precisamente onde se formam a Vila de Lavras e o arraial do Tejuco, hoje a cidade de Diamantina; nas proximidades da Serra do Espinhaço, e geologicamente, a uma formação peculiar do terreno, onde se verificam os principais afloramentos de ouro no país¹.

¹ Prado Júnior (2003) explica que em torno desse núcleo central, que se constitui propriamente as Minas Gerais foram surgindo outros secundários, como: Minas Novas, a nordeste, ocupada desde 1726, Minas do Itajubá, onde se formaria a cidade de Itajubá, exploradas a partir de 1723, e outras. Para manter a alimentação dos colonos foi estimulada a implantação de fazendas ao longo das margens dos rios, e aos poucos ocorreu também o progresso da pecuária nessa região, favorecida pelas condições naturais do relevo acidentado e das pastagens integradas ao solo.

Ainda segundo Prado Júnior (2003) a colonização começava a avançar pela mata e ia desbravando-a. A administração tornava-se menos intolerante e animava um avanço que detivesse a agressividade do gentio. Na bacia do Rio Doce² a colonização também avançava, a ocupação nessa região se fazia pelo aldeamento de índios selvagens catequizados, muito numerosos, e que uma vez submetidos ao controle dos senhores coronéis praticavam a agricultura e eram aproveitados nas fazendas que se iam estabelecendo.

Com a entrada dos bandeirantes vasculhando essas terras à cata de ouro e pedras preciosas, na exploração do Pau-Brasil e outras riquezas, começava a depravada captura e extermínio dos gentios. Tudo se fazia em nome da chamada civilização e do progresso da nação. Na verdade, a causa era outra: a ambição de levar ao reino de Portugal, as riquezas do Brasil, país pelo qual foi dominado por 389 anos. (ABREU, 2002, p.41).

Os índios que habitavam o litoral da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo foram os primeiros a serem atingidos pelo extermínio, em virtude de habitarem pontos estratégicos que propiciavam boas condições de desembarque aos estrangeiros. O mesmo aconteceu no Espírito Santo e posteriormente em Minas Gerais pelo fato dos portugueses terem descoberto a facilidade da via de acesso pela foz do grande rio navegável de água doce. O Rio Doce, por localizar-se entre o Espírito Santo e Minas Gerais, ofereceu facilidade de comunicação e transportes, propiciando a entrada e o retorno pelo mesmo rio e, conseqüentemente, alcançando os países europeus pelo Oceano Atlântico.

Esses índios, apesar de serem intrépidos lutadores em defesa de seus direitos, não tiveram alternativa a não ser a de morrer na defesa de seu território, ou render-se ao inimigo branco invasor. Os senhores coronéis, fazendeiros apoiados pelo domínio imperialista, os aprisionavam usando métodos pouco lícitos, transformando-os em trabalhadores escravos, obrigando-os a desvendar os segredos e mistérios das matas, das quais eles não tinham qualquer conhecimento, e usufruindo, assim, da utilidade dessa informação, para apoderarem-se dos tesouros da terra, para enriquecimento próprio. (ABREU, 2002, p.41).

² O Rio Doce é um rio brasileiro da região sudeste que drena os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, sendo a mais importante bacia hidrográfica totalmente incluída na região sudeste. O principal formador do Rio Doce é o Rio Piranga, cuja nascente localiza-se na serra da Mantiqueira, no município de Ressaquinha, Minas Gerais. Com um total de 853 km de percurso. O Rio Doce tem sua foz no Oceano Atlântico, na localidade de Vila de Regência, pertencente ao município de Linhares, no Estado do Espírito Santo. Apresenta uma significativa extensão territorial, com cerca de 83.400 Km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Estado do Espírito Santo. (WIKIPÉDIA, 2008)

As terras, antes pertencentes aos índios, passaram aos domínios dos senhores coronéis e fazendeiros, doadas em forma de sesmarias medindo meia légua em quadra (equivalente a três quilômetros), sem contar às que invadiam. É válido destacar que essas invasões de terras por posseiros acontecem até hoje, não só em Minas Gerais, mas em todo território nacional.

A autora afirma que a partir de 1808, por ordem do governo imperial, formavam-se as divisões militares. Foram criados os quartéis pela Carta Régia do mesmo ano, constituídos de civis e instalados nas fronteiras com os índios para proteger os fazendeiros e posseiros dos ataques dos mesmos. Nesses conflitos constantes entre os brancos e os índios é que foram se formando os primeiros grupos habitacionais e as aldeias foram desaparecendo.

Em 1808, quando foram instaladas as Divisões Militares em Minas Gerais, na região do Rio Doce, ao sul, havia muitas tribos que praticavam a antropofagia, razão pela qual a Imperial cidade de Ouro Preto estabeleceu presídios públicos na área. (ABREU, 2002, p.44).

Nessa luta pela sobrevivência, predominava de ambos os lados, entre civilizados e índios, constante inquietação e medo. Os fazendeiros contavam com a força de seus capatazes e escravos, e os índios terminavam sempre derrotados. As gerações indígenas tiveram maior baixa quando surgiram os engenhos de cana-de-açúcar, tendo em vista que os senhores, donos dos engenhos, achavam mais viável, menos arriscado e mais barato, matar os índios e comprar os negros seqüestrados das savanas africanas. Não queriam correr o risco de aproximação com os índios, nem ter mais gastos para amansá-los e adestrá-los ao trabalho.

Conforme Prado Júnior (2003), em fins do século XVIII³ a situação da economia se modifica. A mineração quase se extinguiu naqueles pontos extremos da colonização, já citados acima. Em Minas Novas, onde tivera bastante importância, praticamente já não existia. Nesse contexto, a agricultura viera substituir a sua falta, sobretudo a cultura do algodão, pois essa vai marcar

³ Segundo a Companhia Vale do Rio Doce (2002), ao final do século XVIII, parecia claro aos colonizadores que o isolamento da bacia do Rio Doce, antes justificado pela exuberância da extração do ouro, não tinha mais razão de ser, já que desde 1760 as minas davam sinais de exaustão. Ao mesmo tempo, apesar das proibições da Coroa e da constante ameaça representada pelas tribos que ocupavam a “área proibida”, sempre se manteve um incipiente comércio entre Minas Gerais e o Espírito Santo através do Rio Doce, ainda que insuficiente para promover desenvolvimento estável de qualquer povoação naquela região.

profundamente a grande expansão algodoeira que assinala o desenvolvimento econômico da colônia no último quartel do século XVIII.

Nesse sentido, Dulci (1999, p.54) aponta que,

A extração do ouro e de pedras preciosas havia sido o móvel da ocupação da região, mas declinara acentuadamente desde fins do século XVIII; para o futuro, o aproveitamento dos recursos minerais dependia do acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos apropriados. No entanto, é significativo que, em 1876, quando a idéia afinal se concretizou, o eixo da economia havia transitado do urbano para o rural, da mineração do ouro para a agricultura, consolidando-se este processo com a introdução do café.

O algodão experimentou uma escala de 9.300 toneladas em 1934, para 35.000 em 1937. Foi um êxito em termos de substituição de importações, uma vez que em 1933, a indústria têxtil mineira consumia cerca de 15.000 toneladas de algodão em pluma, tendo, portanto, que adquirir boa parte da matéria-prima em outros estados.

A área do cultivo dos três cereais básicos – o arroz, o feijão e o milho – aumentou consideravelmente. Quanto ao valor de produção, enquanto o café declinava, cresciam os cereais, principalmente o arroz e o feijão. Já em meados da década de 1930, a produção mineira de feijão passou a ocupar o primeiro lugar no Brasil, o mesmo sucedendo com o milho. Quanto ao arroz e à cana-de-açúcar (outro produto importante da cultura regional), as posições oscilaram entre os principais estados produtores, estando Minas sempre entre os primeiros. (DULCI, 1999, p.67).

A pecuária demonstrava também bom potencial para o que o governo tinha em vista. É na pecuária que o Estado demonstra no período dos anos 1930, as tendências mais evidentes de progresso. Nesses anos amadurecia a idéia no Brasil de criação do gado zebu.

Foi nos anos 1920 e 1930 que tomou forma a ocupação da fronteira leste do Estado, tendo como base também a criação de gado. A ferrovia Vitória-Minas⁴ e depois a Rodovia Rio - Bahia funcionou como corredores do desenvolvimento,

⁴ De acordo com Martins (2006), com a implantação da Ferrovia Vitória-Minas, no início do século XX, apareceram também os contornos da nova região que surgia em torno das bacias dos rios Doce e Piracicaba, principal afluente do Rio Doce. Além disso, a exploração do território, com a descoberta das reservas de ferro de Itabira, explorada pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD contribuiu para a delimitação dessa região. Com o avanço da ferrovia, surgiram novos municípios e novas empresas exploradoras do minério, consolidando assim a característica industrial da região.

integrando o leste mineiro ao circuito internacional e dinamizando o seu potencial para a exploração do gado de corte⁵.

No tocante à produção de cereais e à pecuária, a participação do governo estadual limitou-se, afora os serviços rotineiros de defesa sanitária, à concessão de créditos, principalmente pelo Banco Mineiro de Produção. Por sinal, os negócios do gado zebu foram também bastante financiados pelo Banco do Brasil, gerando uma enorme onda especulativa, que viria a gerar uma crise por volta de 1945, quando os créditos foram restringidos. (DULCI, 1999, p.68).

Houve outro setor da economia mineira no pós-30 que se destacou, induzido por condições propícias de mercado, trata-se da indústria siderúrgica. Analisando a evolução deste setor destaca-se que a produção de ferro gusa, estimada em menos de 2.000 toneladas em 1920, alcançou 158.739 toneladas, em 1940. “Em fins da década de 1930, Minas Gerais participava com aproximadamente 90% de ferro gusa, 60% do aço e 50% dos laminados produzidos no Brasil”. (DULCI, 1999, p.70).

Nesse sentido, o crescimento da produção de siderurgia, em boa medida, relacionava-se às empresas siderúrgicas implantadas nos anos 1920 – como a Belgo Mineira e a Ferro Brasileiro que agora frutificavam no ambiente favorável a indústria nacional que se seguiu à crise do modelo agroexportador.

O crescimento que vinha experimentando a indústria mineira pela expansão de seu parque siderúrgico seria grandemente fortalecido caso fosse implantado em Minas o projeto da grande siderurgia que o governo federal estudava na segunda metade dos anos 1930. No entanto, o local escolhido foi Volta Redonda, a despeito dos argumentos e dos esforços da elite regional para fixar a idéia de que Minas era a localização mais adequada para a futura Companhia Siderúrgica Nacional. (DULCI, 1999, p.70).

Esse episódio deixou patente a conveniência, ou mesmo a necessidade de uma estratégia endógena da industrialização. Assim, em 1940, enquanto na instância federal eram tomadas as decisões finais acerca da implantação da usina de Volta Redonda/RJ, o governo Valadares promoveu uma profunda inflexão em sua escala de prioridades econômicas; da agricultura as atenções se voltaram para a indústria. Assim, quase ausente das agendas em 1930, a indústria tornou-se objeto

⁵ Em 1930 o quadro de exportações evoluía no Brasil, sendo que foram exportadas para outras partes do país 444.297 cabeças, em 1936, 598.117 cabeças e em 1942, 905.310 cabeças. (DULCI, 1999, p. 68).

de uma abordagem mais sistemática que assumiu os contornos de uma política industrial.

Segundo Dulci (1999), com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o governo de Minas viu-se diante de sérios obstáculos à continuidade da experiência de diversificação agrícola que vinha praticando, sobretudo no que diz respeito à interrupção nos fluxos tradicionais de comércio que a sustentavam. A indústria também era afetada, mas de modo diferente, pois o crescimento industrial era limitado pela dificuldade de obtenção de insumos essenciais de bens de capital que possibilitassem a ampliação da capacidade. Por outro lado, a produção de determinados tipos de bens podia desenvolver-se sem a alternativa de suprimento externo.

Nesse sentido, o autor afirma que,

Tais iniciativas, por outro lado, encontravam ambiente favorável no cenário político e ideológico do Estado Novo, com sua mescla peculiar de centralização, dirigismo econômico e parceria técnica entre o Estado e o empresariado, com vistas a uma modernização que passava, antes de qualquer coisa, pelo incremento da industrialização doméstica. (DULCI, 1999, p.71).

O Governo Valadares, em Minas Gerais, imprimiu uma política de suporte à industrialização, como alternativa de crescimento e de geração de empregos em face das limitações experimentadas pelo esforço de diversificação agrícola que vinha se realizando até então. A nova política teve como primeira e principal medida a criação do Parque Industrial, mais tarde denominado Parque Industrial de Contagem, nas proximidades da capital mineira. Em 1941, Israel Pinheiro a retomou, inaugurando com isso o sistema dos distritos industriais que seria gradualmente construído em Minas ao longo das décadas seguintes.

Somente em 1951, quando o Partido Social Democrático - PSD voltou ao poder com Juscelino Kubitschek, é que as diretrizes econômicas da última fase de Valadares seriam efetivamente retomadas, transformando-se num programa definido de desenvolvimento regional. "O governo de Juscelino se direcionou a concentrar-se no problema da infra-estrutura para impulsionar o desenvolvimento industrial". (DULCI, 1999, p.94).

Na mesma direção, Ianni (2004, p.105) afirma que,

Desde os anos 30, e mais ainda a partir dos 50, o poder público investiu largamente na expansão e diversificação da economia. Mobilizou recursos para transportes, geração e fornecimento de energia, comunicações, serviços de infra-estrutura urbana. Investiu diretamente na produção de insumos considerados estratégicos para a produção do desenvolvimento industrial, como no caso da siderurgia e do petróleo, da mineração e dos transportes. Em geral, através de empresas estatais ou de associações destas com o capital privado nacional e estrangeiro. Cresceram a urbanização, a industrialização e as exportações de manufaturados, além das exportações de matérias-primas e gêneros.

Nesse sentido, ao invés de concentrar-se na expansão articulada da agricultura, da indústria e da busca do equilíbrio entre cidade e campo, agora desenvolvimento significava industrialização e era algo que se referia basicamente ao espaço urbano.

No caso de Minas Gerais deu-se a particularidade de que o papel original do poder público foi bastante ativo na fase colonial, executando uma política severa de tributação e controle da mineração. Mas o processo de ruralização que sucedeu o declínio da atividade mineradora fez a atividade estatal refluir para o padrão que vigorou no restante do Brasil durante a hegemonia agrária: cabia ao Estado manter a ordem e a propriedade.

Com a República afirmou-se o coronelismo, sistema de mediação que já apontava para uma presença crescente do poder público como mobilizador de recursos a serem distribuídos segundo critérios políticos. Desde o início do século XX, o Estado foi acionado pelos cafeicultores para proteger seus interesses, o que implicava atribuir-lhe poder econômico, mesmo que setorial. (DULCI, 1999, p. 114).

Na sociedade que emergiu com o crescimento urbano-industrial, as funções do Estado se ramificaram no campo econômico. O Estado posicionou-se enquanto agente crucial para a acumulação, tanto como coordenador, quanto como mais tarde, como produtor de bens e serviços. Essa situação insinuava um quadro de composição de interesses que teria propiciado politicamente as transformações socioeconômicas, concomitantemente as teria circunscrito a certos limites.

Nesse contexto, é indicada a sobrevivência da elite tradicional ao longo do processo de modernização. Essa elite tradicional se formou pela interligação de dois setores – a oligarquia rural e a classe política – que ocupavam os espaços de poder num contexto predominantemente rural, através de formas típicas como a luta de família e o “coronelismo”.

Nesse sentido,

A diversificação econômica e a modernização social não deslocaram do poder a elite tradicional. Essa, ao contrário, se antecipou e procurou conduzir o processo, adaptando-se ao novo contexto derivado da crise do modelo agroexportador, da centralização política pós-1930 e da crescente vocalização de interesses urbanos. (DULCI, 1999, p.115).

Duas conseqüências resultaram dessa atitude antecipatória da elite tradicional. De um lado, ela lograva amortecer o impacto político da mudança estrutural, mantendo, tanto quanto possível o jogo do poder em seus termos convencionais, isto é, restrito aos setores dominantes. O Estado conservava sua feição oligárquica, mesmo que fosse ampliando seu raio de ação por força das exigências da modernização. Dessa forma, a antiga elite evitava que emergissem focos antagônicos de articulação política. O clientelismo, com um aparelho estatal fortalecido e em expansão, permitia revigorar o seu domínio numa sociedade mais complexa.

De outro lado, os grupos dirigentes, engajando-se na mudança social, sofriam modificações de vulto. Novos setores, correspondentes à estrutura urbano-industrial passaram a integrá-la: o empresariado e a tecnocracia. As elites se diferenciaram, implicando maior variedade de interesses a compor. Em conseqüência, o Estado assumiu gradualmente funções de coordenação macroeconômicas.

Dulci (1999, p.116) afirma que,

Um fator relevante é a diversificação de papéis da elite tradicional. Partindo de sua base agrária, ela passou a abranger interesses industriais financeiros e outros. Esta diferenciação de funções alcançava também a esfera governamental, na medida em que os setores modernizados ligados ao aparelho estatal originavam-se em boa medida da própria elite tradicional.

O ponto chave da convergência de interesses não se dava em torno do projeto econômico, mas em torno da fórmula política. Havia grandes diferenças entre os proprietários, no tocante ao tamanho de suas terras, ao volume de sua produção, ao tipo de tecnologia por eles utilizada. No entanto, o traço comum que os unia a todos era a percepção do campo como seu domínio privativo. Para assegurá-lo, a função estatal de manutenção da ordem era determinante e nisto residia a razão mais profunda do vínculo da elite agrária com o poder público estatal.

Segundo Dulci (1999) cabe a ressalva de que a defesa do direito irrestrito de propriedade, por suposto, se referia à estrutura oligopólica da terra constituída desde as sesmarias coloniais. Não se estendia aos direitos dos posseiros e pequenos

produtores. A concessão de terras devolutas refletia esse conceito exclusivista, representando uma das formas relevantes de acomodação dos interesses da elite agrária dentro do arranjo desenvolvimentista.

De acordo com a Constituição Mineira de 1947, em seu artigo 119, apenas a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 250 hectares dependia de prévia autorização legislativa, sendo que áreas menores seriam concedidas mediante procedimento administrativo, na órbita do Executivo. Assim, como não se utilizava em Minas o sistema de discriminação cadastral das terras como base para a emissão de títulos pelo Estado, a norma adotada legalizou a “grilagem” de terras e a expulsão dos posseiros pelos grandes proprietários, com acesso aos mecanismos (caros e burocráticos) de concessão fundiária. O exemplo mais patente deste resultado foi a ocupação do leste mineiro, que estava em curso na época.

No caso específico de ocupação do Vale do Rio Doce, localizado ao leste de Minas Gerais, é importante ressaltar que originalmente toda essa região era composta pela formação vegetal denominada de Mata Atlântica. Conforme Martins (2006) a Mata Atlântica é uma unidade de vegetação heterogênia que ocorre desde o nordeste do Brasil, Cabo de São Roque, no estado do Rio Grande do Norte, até o Rio Taquari, localizado no estado do Rio Grande do Sul. Esse bioma caracteriza-se por apresentar uma formação vegetal pluvial Montana e costeira, ocupando uma faixa ao longo da costa brasileira com amplas variações de latitude, altitude e condições climáticas e edáficas.



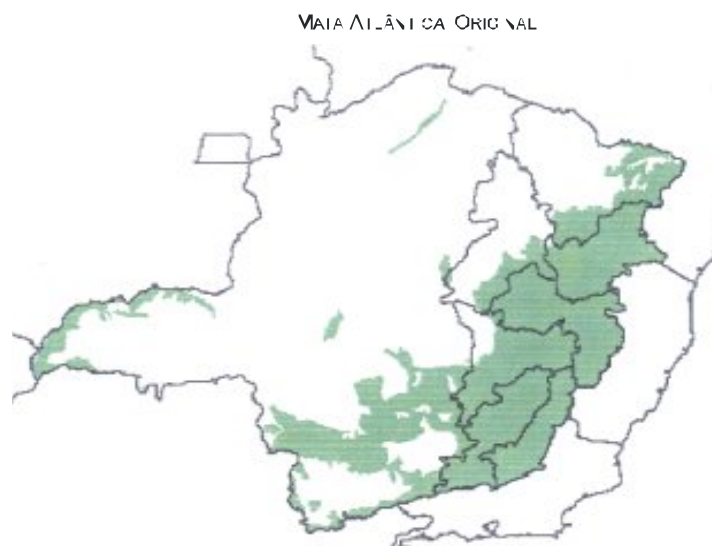
Mapa 1: Minas Gerais e suas macrorregiões.
Fonte: Associação dos Municípios Mineiros, 2009.

De acordo com Bernardes, Machado e Rylands (1990), em função dessas variações, destaca-se o grande número de espécies vegetais e animais, com distribuição restrita a uma determinada região. Assim, a Mata Atlântica apresenta-se como um dos ecossistemas mais ricos em espécies do planeta, sendo também o primeiro grande bioma a ser extensamente ocupado no Brasil e, desde os mais de 500 anos após a colonização portuguesa, as alterações se mostram profundas e diversificadas.

Essa região é hoje responsável pela maioria das atividades econômicas do país, além de concentrar os maiores centros urbanos. Aproximadamente 60% da população brasileira se distribuem na região de Mata Atlântica. Como resultado, estima-se que menos de 10% de sua cobertura florestal permanece inalterada, sendo em grande parte representada por vegetações secundárias.

Ainda de acordo Bernardes, Machado e Rylands (1990) a porção mineira da Bacia do Rio Doce, inserida no domínio da Mata Atlântica foi uma das regiões desse bioma a ser explorada. Os desmatamentos ocorridos na bacia do Rio Doce foram impulsionados por várias políticas de incentivo às atividades econômicas e de ocupação da terra, sobrepostas no espaço e no tempo. Conforme Machado citado por Martins (2006), no século passado vários ciclos econômicos se sucederam, cujo

resultado global foi a destruição de mais de 90% das florestas da região do Vale do Rio Doce.



Mapa 2: Cobertura de Mata Atlântica Original.
Fonte: Monte-Mór et al, 1997.



Mapa 3: Cobertura remanescente de Mata Atlântica.
Fonte: Monte-Mór et al, 1997.

Segundo Martins (2006) os primeiros reflexos da industrialização no Vale do Rio Doce se fazem sentir em alguns municípios, inclusive Belo Oriente⁶, visto que os autoforos da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM) eram alimentados com

⁶ Sobre a Cidade de Belo Oriente, localizada no Vale do Rio Doce estarei me debruçando no próximo item desta dissertação.

carvão vegetal. Nessa época, inicia-se o processo de desapropriação de terras e expulsão dos posseiros, intensificando-se, a partir de então, o desmatamento de grandes áreas e a redução de agricultura existente.

Na década de 1940 inicia-se o processo de industrialização do Vale do Aço com implantação da Acesita e posteriormente a Usiminas em municípios próximos a Belo Oriente (Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo), o que vem colaborar com o desequilíbrio econômico da região. (ABREU, 2002, p.32).

A floresta natural e as culturas tradicionais são substituídas por reflorestamento de eucaliptos, até atingir a situação atual na qual quase todas as terras de municípios, como Belo Oriente, por exemplo, estão ocupadas por este tipo de cultura. A devastação da mata, segundo a autora, teve início quando a Companhia Belgo Mineira começou a comprar terra, promover parceria e compra de carvão vegetal na região. Com esse disfarce iniciou a grilagem de terras devolutas e particulares. Tudo teve maior impulso a partir de 1944 com a implantação das Indústrias de Aços Especiais Itabira (Acesita)⁷, no município de Timóteo/MG. Cresceu o consumo de carvão e a produção do carvão vegetal é incentivada pelos encarregados compradores do produto. A maioria dos proprietários de reservas florestais, sem o conhecimento sobre a preservação ambiental acabou destruindo por completo suas reservas, transformando-as em carvão e a mata atlântica teve o mesmo fim. (ABREU, 2002).

Dos anos de 1945 a 1955, os proprietários e posseiros de terras, moradores nas proximidades das margens do Rio Santo Antônio, em Belo Oriente, sofreram a mais terrível violação dos direitos de cidadão. Foram situações dramáticas e cruciantes da triste história de invasão de propriedades por grilheiros de terras, crimes praticados por jagunços que tinham cobertura de autoridades maiores, civis e militares de Governador Valadares e da Comarca de Mesquita.

De acordo com Abreu (2002), em Belo Oriente, os capangas se disfarçavam como fiscais de terra da companhia, mas na verdade eram cooperadores e informantes dos grilheiros de terras. A “jagunçada” traçava à risca tudo o que os Coronéis da região ordenavam. Esses homens apresentavam-se como empreiteiros nas terras da Belgo e eram procedentes de Governador Valadares, agiam em função dos coronéis criadores de gado e das empresas.

⁷ A partir de 2008, a empresa passou a ser denominada de Arcelor Mittal Inox Brasil.

As terras de cultivo dos posseiros eram usurpadas pelos grileiros e posteriormente repassadas por ganho de comissão, ou vendidas à companhia citada. Esses criminosos coagiam e ameaçavam as pessoas, ou fingindo-se de “bons samaritanos” pegavam-lhes os documentos das terras, aproveitando da boa fé dos donos, dizendo-lhes que era para ajudar a legitimá-las, com isso, consumiam os papéis. Sem documentos, os donos eram obrigados a vendê-las por bagatelas e se não aceitassem eram expulsos à força, destituindo-lhes do direito, sob ação policial comandada pelo tenente e seus soldados. Se o posseiro resistisse, poderia morrer. Muitos saíram ameaçados de morte e tiveram o barraco queimado por agentes fiscais.

Nos terrenos situados à margem do rio, por suas terras férteis e matas propícias à produção de carvão, foi maior a grilagem de terras. Usavam uma prática criminosa com os recursos usados pelos esclarecimentos da lei. Faziam queimadas para formar pastos para a Companhia. De acordo com Schwarz (2000, p.36),

É sabido que a emancipação política no Brasil, embora integrasse a transição para a nova ordem do capital, teve caráter conservador. As conquistas liberais da independência alteravam o processo político de cúpula e redefiniam as relações estrangeiras, mas não chegavam ao complexo sócio-econômico gerado pela exploração colonial, que ficava intacto, como que devendo uma revolução. Noutras palavras o senhor e o escravo, o latifúndio e os dependentes, o tráfico negreiro e a monocultura de exportação permanecia igual, em contexto local e mundial transformado.

A grilagem de terras de cultura, somada à oferta de emprego pelas indústrias de Aços Especiais Itabira (Acesita), fundada em 1944 e Usina Siderúrgica de Minas Gerais S/A (USIMINAS), em 1956, implantadas em Timóteo e Ipatinga respectivamente, provocou grande êxodo do homem do campo de Belo Oriente para fora do município. Decaiu a cultura do feijão, arroz, algodão, mandioca, cana-de-açúcar e derivados. Com essa desordenada transformação, caiu o comércio varejista e atacadista do produtor rural e cresceu o consumo de produtos industrializados. Entrou em declínio a agricultura, que cedeu lugar à cultura do eucalipto.

No próximo item, a análise se debruçará sobre o processo de expansão da cultura do eucalipto e a instalação da CENIBRA, no município de Belo Oriente, na década de 1970, com a proposta de mostrar que a instalação desta empresa

corresponde exatamente ao ritmo do desenvolvimento que se processou em Minas Gerais.

2.2 O projeto de desenvolvimento em Belo Oriente: a instalação da CENIBRA.

A cidade de Belo Oriente é oriunda da criação do Quartel do Galo, em 1823, por ordem do Tenente Coronel Guido Tomás Marlière⁸. Assim como em toda Minas Gerais, a região de Belo Oriente, localizada ao leste do estado, era habitada pelos índios que nessa região predominavam: os botocudos. Segundo Abreu (2002) as tribos eram compostas por fortes e bravos guerreiros. Eram senhores absolutos e primitivos dessas ricas e fecundas terras, mas sucumbiram à consciência civilizadora, sobrevivem atualmente algumas poucas comunidades, praticamente aculturadas e miscigenadas, conservando muito pouco da sua cultura primitiva.

Em 1923, o Galo é elevado a povoado, pertencente à Mesquita. Em 1934, o povoado se fez representar na Câmara Municipal, elegendo seus vereadores. Em decorrência da ditadura do Governo Vargas, três anos depois eles perderam seus mandatos. Pelo Decreto/Lei nº. 1.058 de 31 de dezembro de 1943, o povoado se eleva a distrito, adotando o nome de Belo Oriente. Emancipou-se pelo Decreto/Lei nº. 2.734 de 30 de dezembro de 1962.

Somente em 1º de março de 1963 a cidade foi emancipada. Nesse sentido, segundo Abreu (2002) o Arraial do Galo, a partir de 1940, foi a primeira localidade do Vale do Rio Doce a contar com uma grande empresa, e, conseqüentemente, meios de comunicação e transportes muito modernos para a época. Até a metade do século XX, a região do Rio Santo Antônio⁹ foi grande produtora e exportadora de madeira, café, milho, feijão, algodão e guaxima. A criação de gado era restrita, não havendo grandes pastagens até pelo menos os anos 1960.

⁸ De acordo com (Abreu, 2002), após permanecer três anos no Rio de Janeiro, Marlière foi mandado para Vila Rica, em Minas Gerais, primeira capital do Estado, mais tarde denominada cidade Imperial de Ouro Preto, hoje tornada patrimônio histórico da humanidade. Antes que ele fosse ordenado a seguir para o Rio Doce, outras personalidades já viviam por aqui, como o mineiro Teófilo Otoni, de Vila do Príncipe.

⁹ O Rio Santo Antônio é uma rio da região do Vale do Rio Doce, cuja nascente localiza-se nas proximidades da cidade de Guanhães, e o mesmo percorre os municípios de Açucena, Belo Oriente, Naque, até desaguar no Rio Doce, na altura do município de Naque.

Atraídas pela oferta de terras boas para o cultivo muitas famílias chegam à região se fixando nas imediações da atual Praça da Jaqueira, em Belo Oriente. Nesta época os habitantes se dedicavam à agricultura, à cultura de café, algodão, milho e feijão. Como as matas eram abundantes, inclusive pelo fato de Belo Oriente estar rodeado pela Mata Atlântica, inicia-se um processo de desbravamento para extração, beneficiamento e comercialização de madeira. A cultura de café entra em declínio em função de ataque de pragas e vai sendo substituída pela cultura de algodão.

Na barra do Rio Santo Antônio, onde se localizavam os quartéis do Galo e Naknanuk haviam se fixado muitas famílias de posseiros, ex-degradados e presidiários da redondeza. As boas terras para o cultivo atraíram, ainda, mais fugitivos da Justiça de Ouro Preto e Ferros, que aqui procuravam esconder-se, trabalhando livres na roça, ou no arranque de poaia para vender. Por isso, o povo de Belo Oriente, Açucena e Naknanuk eram tidos como “povo bravo”, devido às origens de seus habitantes. (ABREU, 2002, p.105).

O município de Belo Oriente está localizado na macrorregião do Vale do Rio Doce, sendo que esta é uma das doze mesorregiões do Estado de Minas Gerais. A macrorregião é formada pela união de 102 municípios agrupados em sete microrregiões e tem como cidades principais: Aimorés, Caratinga, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Ipatinga, Mantena e Timóteo. Essa região tem como atividades econômicas principais: a indústria, o comércio, a agricultura e a pecuária.¹⁰

Belo Oriente situa-se na microrregião de Ipatinga, Leste de Minas e há aproximadamente 285 km da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2007) sua população é de 21.369 (vinte e um mil trezentos e sessenta e nove) habitantes e possui uma área territorial de 337 km² (quilômetros quadrados). A cidade de Belo Oriente faz limites com os municípios de Açucena, Ipaba, Bugre, Iapu, Naque, Mesquita e Santana do Paraíso.

O município tem um Produto Interno Bruto – PIB anual de R\$281.944,00 (duzentos e oitenta e um mil novecentos e quarenta e quatro reais) sendo que o PIB “per capita” anual é de R\$13.257,00 (treze mil duzentos e cinquenta e sete reais). A composição setorial do PIB gira em torno do setor de agropecuária, com 1,1% do total. O setor de indústria com 60,4% do total e os serviços com 26,9% do total do

¹⁰ Com base no site <http://pt.wikipedia.org/minasgerais>; consultado em 09/03/2008.

PIB. Esses dados mostram que a receita do município gira em torno da indústria, mas é importante ressaltar que a grande parte da população economicamente ativa do município não trabalha no setor industrial. A população em geral, se localiza principalmente em atividades sociais, administração pública e outras atividades que em 1970 representavam 8,12% e, em 1990, atingiu o índice de 32,6%, enquadrando no ano de 2000, 55,18% da população inserida em outras atividades, sendo que somente a administração pública representava 34,96% das pessoas que se encaixavam em outras atividades.

De acordo com Abreu (2002) a cidade de Belo Oriente, até meados do século XX, era região produtora de produtos agrícolas, como milho, arroz, guaxima, e outros. No entanto, a partir deste período a região muda seu aspecto em relação à produção e manutenção, uma vez que com a introdução da indústria, a região abandona definitivamente a produção agrícola e cede suas terras para o cultivo do eucalipto necessário para produção da celulose, matéria-prima da Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA, para produção de papel.

No limiar dos tempos, no território de Belo Oriente e arredores, predominava vastíssima parte da Mata Atlântica. A maior extensão do município de Belo Oriente era coberta por exuberante restinga dessa mata temida e afamada. Grande parte dela foi propriedade particular do senhor Frederick Muller, de nacionalidade alemã. Abrigava parte da mais rica fauna e flora regionais, berço de vida das mais variadas espécies de animais e aves silvestres, terrestres e aquáticos, e entre as muitas pequenas lagoas que nela existiram, está a lagoa da marola. (ABREU, 2002, p.129).

O marco das mudanças introduzidas pelo processo de industrialização, no município de Belo Oriente, foi a partir da década de 1960 quando se instalou na região a CENIBRA, empresa cujo produto final é a celulose¹¹ branqueada de eucalipto, que tem na planta do eucalipto sua matéria-prima. A empresa entrou em

¹¹ De acordo com Celulose Nipo-Brasileira (2004), o processo de produção da celulose se dá primeiro com a produção de mudas no viveiro da empresa e o plantio nas áreas dos municípios nos quais a empresa se faz presente. Após sete anos, o eucalipto já pode ser cortado e transportado para a Fábrica, em seguida faz-se o descascamento das toras em tambores rotativos, para depois serem picadas em pequenos cavacos, o que permite o cozimento químico sob altas temperaturas e pressão, em um reator chamado de digestor contínuo. Terminado o cozimento, a madeira se transforma em uma pasta de cor marrom escura. A lavagem da celulose com água quente retira os resíduos, recuperando a soda usada no cozimento. Para o branqueamento são aplicados oxigênio, soda e dióxido de cloro, em quatro ou cinco etapas de reação e lavagem. Ao final do branqueamento e secagem as folhas de celulose são cortadas em formas retangulares e são empilhadas formando fardos de até 2000 Kg. Posteriormente são exportadas, via Portocel, terminal especializado em embarque de celulose, localizado no Estado do Espírito Santo.

funcionamento no município na década de 1970, juntamente com outras indústrias na região leste de Minas Gerais, como a Usina Siderúrgica de Minas Gerais – USIMINAS, em 1956 e a Usina de Aços Especiais Itabira – ACESITA, também na década de 1950, provocaram grande êxodo do homem do campo de Belo Oriente para as cidades vizinhas, com fins de trabalhar na indústria.

Segundo Martins (2006), a CENIBRA está sediada em Belo Oriente, às margens do Rio Doce, situada no km 172 da BR 381, leste do Estado de Minas Gerais e foi formada da união da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development CO - JBP. Em julho de 2001, com a decisão da CVRD de se desfazer de sua participação das empresas de base florestal, a JBP passou a ser detentora do controle acionário total da CENIBRA. A JBP é um grupo de empresas japonesas, de larga experiência no relacionamento com o Brasil. Além da unidade industrial produtora da celulose, que está instalada no município de Belo Oriente, a CENIBRA possui ainda uma empresa dedicada ao plantio de eucalipto, a CENIBRA Florestal.

A empresa, com atuação em 68 municípios mineiros¹², utiliza os sistemas de gestão ISO 9001¹³: 2000 e ISO 14001: 1996. Os 68 municípios em que atualmente a empresa está presente estão situados na bacia Rio Doce e nas sub-bacias dos rios Santo Antônio, Piracicaba, Suaçuí Pequeno, Corrente Grande e Suaçuí Grande. Toda a área de influência da empresa está cortada de norte a sul pela BR 381, que é utilizada para o transporte de madeira para a fábrica de celulose em Belo Oriente. Parte da madeira de áreas mais distantes da fábrica é transportada por ferrovia.

¹² De acordo com Celulose Nipo-Brasileira (2008), alguns dos principais municípios de atuação da empresa são: Açucena, Alvinópolis, Antônio Dias, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Caeté, Cantagalo, Caratinga, Catas Altas, Coroaci, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Dolores de Guanhanes, Divinolândia de Minas, Ferros, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhanes, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Itabira, Joanésia, Mariana, Marliéria, Materlândia, Mesquita, Naque, Nova Era, Paulistas, Peçanha, Periquito, Pingo D'Água, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santa Bárbara, Santa Maria de Itabira, Santana do Paraíso, Santo Antônio do Itambé, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João Evangelista, Sardoá, Senhora do Porto, Virginópolis, Virgolândia.

¹³ Segundo informações da Gazeta Mercantil citada por Faillace (1996), a série ISSO 9000 é o mais famoso dos programas para a área industrial, no Brasil. Criada em 1987 pela Organização Internacional de Normatização (ISO), que congrega 90 países membros, a série ISO 9000 estabelece padrões internacionais de qualidade para a indústria e serviços. E dá à empresa, em geral, a qualificação como fornecedora ou exportadora preferencial foi resultado de um consenso entre os países que desejavam diminuir as barreiras técnicas e facilitar o comércio internacional de mercadorias e serviços.

virtualmente à totalidade da cultura contemporânea mediante a expansão de modalidades sociais que se estavam tornando a execução do mundo civilizado.

Concordando com essa análise, Martins (1993, p.109) afirma que,

A grande expansão territorial do capital, especialmente no início do século XIX, estimulou despejos e violências. Porém, sem a contrapartida de uma lei escrita ou costumeira que reconhecesse os direitos da vítima, ao menos com força política suficiente para mobilizar autoridades e instituições no seu cumprimento. [...] O processo foi, pois, o da progressiva conversão do agregado e posseiro, legalmente, em força de trabalho da grande propriedade, ou suas simples expulsão. Os direitos que tinham eram morais e dependiam exclusivamente da vontade e da benevolência do proprietário.

É interessante destacar que, embora a instalação da empresa Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA tenha ocasionado diversas mudanças na região do Leste Mineiro, especialmente em Belo Oriente, as características que as mesmas imprimiram à população foram aquelas advindas do período inicial de colonização da região. Ou seja, a própria empresa adentrou no município através de práticas de grilagens de terras, usurpação de direitos dos trabalhadores e outros traços de expropriação das riquezas do município.

Nas análises de Fernandes (1981, p.42),

Não se estabeleceu na era industrial - como não estabelecera anteriormente com a produção e a exportação de produtos primários – uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização. Para se expandirem e se consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas socioeconômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes. Por isso os novos surtos de crescimento econômico renovam e fortalecem desigualdades econômicas, sociais e políticas que são incompatíveis com a ordenação em classes sociais. Incapaz de provocar uma revolução urbana – como foi incapaz de produzir uma revolução agrícola – o capitalismo em questão faz com que a história social do campo se reproduza na evolução das grandes metrópoles e das cidades.

Contribui com essa análise, os apontamentos de Schwarz (2006) quando afirma que no Brasil o estatuto colonial do trabalho, desassistido de quaisquer direitos, passava a funcionar em proveito da recém constituída classe dominante nacional, a cujo adiantamento a sua continuidade interessava diretamente. A mão-de-obra culturalmente segregada e sem acesso às liberdades do tempo deixava de ser uma sobrevivência passageira, para fazer parte estrutural do país livre, a mesmo

título que o parlamento, a constituição, o patriotismo revolucionário, igualmente indispensáveis.

Segundo Abreu (2002) a instalação das indústrias na região trouxe o chamado progresso econômico, tanto pela instalação da malha rodoviária, pois o município é cortado pela BR 381, que liga a capital Belo Horizonte ao Estado da Bahia, quanto pela malha férrea, uma vez que a cidade se localiza na rota da Estrada de Ferro Vitória a Minas, construída pela Companhia Vale do Rio Doce. No entanto, esse chamado progresso trouxe também para o município muitas conseqüências, tais como o êxodo do homem rural para a cidade, em busca do sonho da riqueza, mas não encontrando trabalho, passa a sofrer com o desemprego e a miséria e vive junto com sua família na mais extrema pobreza.

O êxodo rural no município de Belo Oriente é possível ser comprovado devido principalmente à diminuição da área total plantada das terras do município no período de 1970/1980. De acordo com IBGE (2007), em 1970 a área total era de 32.436ha, passando para 19.426ha, em 1996. Houve um aumento nas áreas de mata e florestas plantadas e naturais de 33,4% e uma diminuição bem expressiva na área de pastagem, correspondente a 56,9%, de lavouras permanentes e temporárias de 72,7% e de terras em descanso e produtivas não utilizadas de 88.63%. Essa redução em geral ocorreu devido à saída do produtor do campo, em busca de outras formas de trabalho na cidade.

Ainda segundo a autora, a formação do pólo siderúrgico levou a concentração de propriedade das terras na região e, com isso, à origem de imensas plantações de eucalipto que resultaram no esvaziamento populacional das áreas rurais e no aumento da população nas áreas urbanas da região. A tabela abaixo ilustra as variações nas taxas de urbanização no município entre os anos de 1970 a 2007. (ABREU,2002).

TABELA I – SÍNTESE DEMOGRÁFICA – BELO ORIENTE/MG – 2007.

Demografia

Síntese Demográfica

| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2007 |
|-----------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| População Total | 9.978 | 12.623 | 16.718 | 19.516 | 21.369 |
| Masculina | 5.024 | 6.403 | 8.496 | 9.851 | 10.393 |
| Feminina | 4.954 | 6.220 | 8.222 | 9.665 | 10.480 |

| | | | | | |
|---------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Urbana | 3.494 | 5.657 | 12.485 | 16.217 | 17.892 |
| Rural | 6.484 | 6.966 | 4.233 | 3.299 | 3.477 |
| Taxa de Urbanização | 35,0% | 44,8% | 74,7% | 83,1% | 83,7% |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e estimativas de 2007.

Analisando os dados da tabela I é possível concluir que desde 1970 o índice de urbanização no município veio crescendo em proporções assustadoras, chegando em 2000 a atingir 83,1% do total, o que mostra estar havendo um processo de desruralização provocado pelo êxodo rural na região. Nesse sentido, em Belo Oriente, a população sofre os impactos da expansão capitalista, o que confirma as análises de Martins (1993), ao afirmar que os projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, hidrovias, planos de colonização de grande impacto social e ambiental, embora tragam o dito progresso econômico, não têm por destinatárias as populações locais.

Conforme Ianni (2004) a característica fundamental da sociedade brasileira é um profundo dualismo. De um lado, uma moderna sociedade ocidental e de outro, uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência no mundo rural ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas.

Percebe-se que o processo de industrialização na região leste de Minas Gerais e no caso específico de Belo Oriente vai deixando marcas visíveis do que Florestan Fernandes chamou de Modernização do Arcaico. De acordo com Fernandes (1981, p.47),

Percebe-se que sob a vigência do antigo sistema colonial, tanto o mercado quanto o sistema de produção foram cuidadosamente resguardados de impulsão que poderiam minar ou destruir o sentido explorador da colonização. Em consequência, enquanto se manteve, o antigo sistema colonial impediu que o mercado e o sistema de produção assimilassem as formas e os dinamismos da economia e da sociedade de mercado, imperantes no mundo metropolitano.

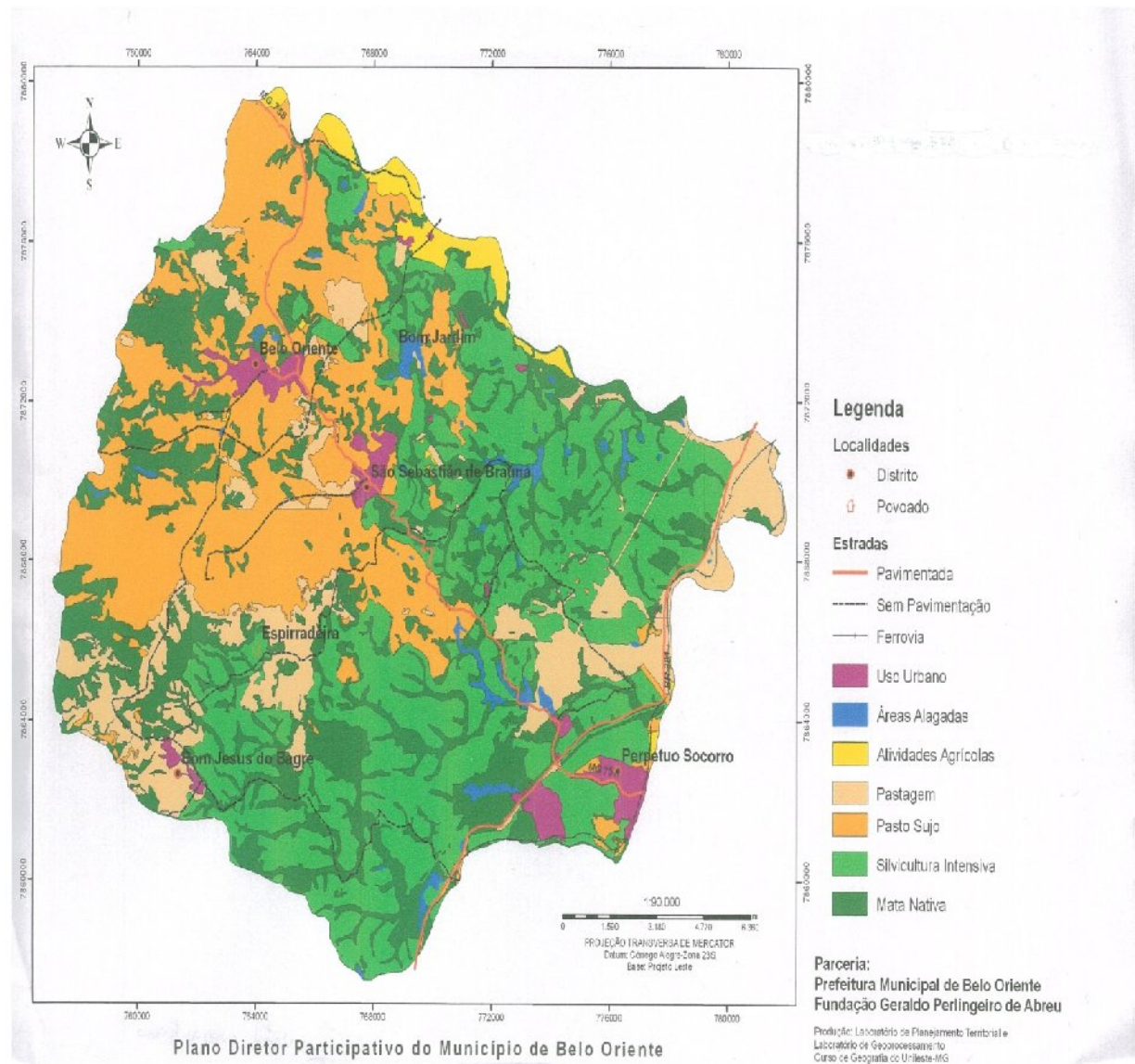
Para entender esse processo no qual nas palavras de Fernandes (1981:48), “o arcaico se moderniza e o moderno se arcaiciza”, é importante entender as consequências mais diretas da instalação da CENIBRA no leste de Minas Gerais.

Nesse sentido, de acordo com Celulose Nipo-Brasileira (2008), a atividade do eucalipto iniciou-se na região do Vale do Rio Doce com plantios realizados pela Siderúrgica Belgo Mineira, que tinha como principal finalidade a produção de carvão destinado ao abastecimento de seus autoforos. Em 1973, com a instalação da Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA no município de Belo Oriente, o plantio de eucalipto se intensificou na região, chegando a ocupar em 2000 cerca de 5,22% da área total da região, sendo que das áreas plantadas, 30,30% pertencem à empresa de celulose e apenas 0,16% são “plantadas em parceria”, mediante programa de fomento.

O aumento da área de matas e florestas pode ser atribuído ao plantio do eucalipto e da área de mata preservada. O avanço da monocultura do eucalipto nesta região esteve relacionado ao fornecimento de carvão proveniente do eucalipto para abastecer os autoforos das empresas que utilizam o carvão vegetal e para a manutenção da CENIBRA. (CELULOSE NIPO-BRASILEIRA, 2008, p.53).

A região onde se encontram os plantios de eucalipto da empresa é utilizada desde a década de 1940 para este tipo de cultivo, tendo se expandido a partir da década de 1960 devido aos incentivos fiscais federais dos quais a atividade foi objeto.

Como consequência desse processo de ocupação das terras para o plantio do eucalipto e consequente progresso econômico, de acordo com informações da Celulose Nipo-Brasileira (2008), a empresa atualmente maneja uma área própria que chega a 250.829,31 hectares, assim distribuídos: áreas destinadas a plantios com eucaliptos: 126.180,81ha, áreas de reserva legal e preservação permanente: 97.539,91ha, áreas disponíveis para plantio, estradas, aceiros, lagoas, etc.: 27.108,59ha. Essas extensões de terras estão distribuídas pela cidade de Belo Oriente e ainda de Ipaba, Guanhães e Nova Era.



Mapa 5: Cobertura Vegetal e Uso do Terreno.
 Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Belo Oriente, 2006.

Para garantir a instalação da fábrica e a formação desta base florestal, inclusive a do Programa Fazendeiro Florestal, a Cenibra contou ainda com recursos despendidos pelo governo brasileiro. À época da criação da CENIBRA, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES adotou a política de concessão de apoio financeiro para o setor de celulose e papel.

De acordo com Celulose Nipo-Brasileira (2008), o projeto inicial da empresa, apesar de ter capacidade de produção inferior à prevista para obtenção dos recursos previstos pelo Banco foi enquadrado dentro dos propósitos governamentais de estimular a instalação de grandes grupos industriais exportadores no país. Desse

modo, entre 1974 e 1983, a CENIBRA recebeu do BNDES financiamentos superiores a U\$180 milhões para a instalação e melhoramentos da unidade fabril. Este montante representou 8% do total despendido pelo BNDES para todo o setor produtor de celulose e papel neste período. Nesse sentido, nas análises de Ianni (2004, p.119),

O planejamento governamental e o engajamento do poder público nas atividades produtivas permitem dinamizar a reprodução ampliada do capital. Aos poucos forma-se uma poderosa aliança entre o capital financeiro nacional e estrangeiro com o Estado nacional.

O mesmo autor complementa suas argumentações afirmando que desde que o poder público foi levado a atuar de modo combinado com o capital privado nacional e estrangeiro, a transformação do sistema econômico foi substancial.

De acordo com Gonçalves (2002), ademais, a entrada em funcionamento da Cenibra foi possível porque a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD duplicou a Estrada de Ferro Vitória a Minas, capacitando-a para o transporte de celulose. Aliás, a localização da Cenibra, em Belo Oriente, concretizou-se em boa medida graças à utilização dessa ferrovia da CVRD, o que possibilitou a redução dos custos da celulose por ela produzida e, com isso, um aumento da sua competitividade em relação às demais firmas do setor localizadas no litoral (Aracruz Celulose, no Espírito Santo; Jari Celulose, no Amapá e Riocell, no Rio Grande do Sul), com as quais a CENIBRA competia diretamente no mercado exterior. Porém, aproveitando-se da linha férrea expandida e tendo em vista a distribuição do seu produto a partir do estado do Espírito Santo, a Cenibra associou-se à Aracruz na aquisição de um porto especializado no embarque de celulose.

Assim, tendo à sua disposição um meio de transporte barato e garantido e um porto especializado (em sociedade com uma de suas principais concorrentes), a CENIBRA firmou sua presença no mercado internacional. Esse conjunto de fatores tornou, pois, a empresa a quarta maior exportadora de celulose de eucalipto do Brasil.

Ainda segundo Gonçalves (2002), a partir daí a expansão da produção e das exportações da CENIBRA foi elevada. Em 1980, a empresa já era a segunda maior produtora de celulose de fibra curta branqueada do país, atrás apenas da Aracruz, controlando cerca de 25% do mercado, percentagem essa que só diminuiu depois

de 1992, com a entrada em operação da empresa Bahia Sul Celulose. Mais de três quartos de toda a sua produção foram vendidos para o exterior na década de 1980, sendo que a partir de 1990 esse percentual superou a casa dos 80% (conforme relatórios anuais da Cenibra de vários anos).

De acordo com Celulose Nipo-Brasileira (2008), um dos fatores que possibilitaram essa evolução na porcentagem de exportações realizadas pela empresa foi sua rede de distribuição logística, que é organizada de maneira a atender as características específicas de cada mercado, visando a melhor eficiência na entrega ao cliente final conciliando rapidez com qualidade.

Para o mercado interno, a totalidade das entregas é feita através de caminhões que são carregados em uma área abrigada dentro do armazém da fábrica (que possui capacidade de estocagem de cerca de 40.000 toneladas) e viajam diretamente para a área de recebimento dentro da fábrica do cliente, não sendo permitido transbordo em nenhum momento.

Para o mercado externo, a vasta maioria das entregas é efetuada via marítima através de Portocel (terminal especializado em produtos florestais) do qual a CENIBRA detém 49% das ações. O Portocel, que se localiza em Barra do Riacho, distante 70 km de Vitória no Espírito Santo, é ligado à CENIBRA por uma linha ferroviária, a Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, por onde se dá a transferência da celulose a ser exportada. Para esse tipo de operação são utilizados 113 vagões completamente dedicados com saídas diárias da fábrica para o porto. A CENIBRA detém no porto uma área de estocagem de cerca de 53.000 metros.

De acordo com Celulose Nipo-Brasileira (2008), em 2007 a CENIBRA exportou 1.043.085 toneladas para diversos mercados, sendo o Mercado Asiático o maior importador. Para a distribuição da celulose no exterior, a empresa mantém estoques em consignação nos principais portos da Europa e Estados Unidos e, mais recentemente, inaugurou uma nova operação em Changshu na China para atender o mercado que tem apresentado continuada expansão.

Por outro lado, essa expansão foi também possibilitada pela ampliação do controle da produtividade do trabalho, o que se fez inclusive por intermédio da "terceirização". Um dos trabalhadores da empresa, entrevistado certa época por um pesquisador, afirmou que quando ele entrou na empresa, por volta de 1988, ele sentiu-se "orgulhoso de ter entrado numa firma que realmente era uma boa firma, tinha um bom salário na época (...) tinha um Sindicato (...) e estava tendo muitas

conquistas para o trabalhador”. Porém, entre o final da década de 1980 e meados dos anos 1990, “o trabalhador da CENIBRA perdeu muito, hoje [1994] é o pior salário da região”.

Segundo depoimento favorável à empresa prestado pelo deputado Bonifácio Mourão, a CENIBRA “planta eucaliptos em cerca de 40 municípios da região. Hoje [1996], há plantio de eucaliptos em, mais ou menos, 10% da área de cada um desses municípios” (Minas Gerais, 2008, p.03) e cerca de 94% da renda do município de Belo Oriente, onde está instalada a fábrica de celulose, por exemplo, provém dos impostos pagos pela empresa.

Nos anos de 1960, o governo adotou uma intensa política de incentivo fiscal para o reflorestamento, voltada para as grandes indústrias siderúrgicas e de papel e celulose. Essas indústrias, que estavam em franca expansão, eram obrigadas por força de lei a manter áreas próprias para sua produção de matéria-prima. A política florestal do governo criou uma série de instrumentos que, até meados dos anos 1980, incentivou e financiou as grandes empresas florestais. (MINAS GERAIS, 2008, p. 02).

Até meados da década de 1950, o governo brasileiro oferecia subsídio para a importação de polpa de celulose. A partir da Ditadura Militar, ou seja, depois de 1964, foram estabelecidas sucessivas políticas florestais para a promoção das plantações e das companhias de grande escala, orientadas para a exportação de polpa, por meio do estabelecimento de imensos subsídios fiscais, sociais e ambientais, além de empréstimos generosos. (FASE, 2002, p.04).

Uma estratégia empresarial do setor de papel e celulose no Brasil é o uso múltiplo dos plantios industriais pelas empresas líderes do setor de papel e celulose o que reforça a necessidade destas empresas de adquirirem madeira em qualidade e quantidades suficientes para suas metas empresariais. Para tanto, procuram obter madeira via terceiros, através de programas privados de reflorestamento do tipo Fomento Florestal. Tais programas, de acordo com Faillace (1996), contam, em geral, com o apoio do Estado e se utilizam de terras de pequenas e médias propriedades rurais para o fornecimento de madeiras visando a sua industrialização, podendo alcançar em programas individualizados uma área total que varia entre 30 e 40 mil hectares.

Em 1985, outra forma de parceria do Estado, através do Instituto Estadual de Florestas - IEF com a empresa CENIBRA e os proprietários rurais foi a implantação

do Programa de Fomento Florestal. O objetivo deste programa foi de expandir as áreas de cultivo de eucalipto e nos argumentos das empresas incentivar a cultura do eucalipto enquanto alternativa econômica.

O “fomento”, apesar das variadas modalidades existentes no Brasil em função da região e da empresa-contratante baseia-se, em geral, em um contrato firmado individualmente entre uma empresa florestal e o pequeno ou médio produtor no qual o último se compromete a utilizar uma área de sua propriedade para o plantio de uma espécie vegetal cedida em forma de muda pela empresa contratante, com a obrigação de venda do primeiro corte para esta. A empresa contratante se responsabiliza pela qualidade das mudas adiantadas ao produtor (que têm o seu custo descontado quando do pagamento ao produtor) e pela assistência técnica (pelo menos nos primeiros dois anos). Os custos quanto ao plantio, tratos culturais, corte e transporte correm por conta do produtor, que se compromete a entregar a mercadoria num ponto de recebimento determinado pela empresa. (FAILLACE, 1996, p.23).

Esse programa, de acordo com informações da Celulose Nipo-Brasileira (2008), atualmente está presente em 60 municípios de Minas Gerais, o programa já conta com 680 proprietários rurais, com uma área cultivada de 11.242 hectares, o que corresponde a uma área média de 8,8 hectares por propriedade.

Conforme Faillace (1996), os programas do tipo “fomento” florestal surgiram após o fim dos incentivos fiscais para o reflorestamento (1988) num contexto de crise das finanças públicas do Estado Brasileiro. Com a consequente redução na participação expressiva do Estado, não mais facilitando a aquisição barata das terras, e também dadas as dificuldades políticas e sociais para obtenção de terra, a alternativa encontrada pelo setor de papel e celulose (e também o siderúrgico) foi a associação com parceiros já proprietários de florestas, independentemente da escala.

Nessa parceria, a CENIBRA fornece o adubo, as mudas e os formicidas, além de uma constante assistência técnica, o que garante os plantios de alta qualidade e produtividade. A empresa adianta um valor para cobrir os custos com as manutenções (capinas, aceiros). Ao final de sete anos a compra do primeiro ciclo é garantida pela CENIBRA. Os ciclos posteriores (14 e 21 anos) são do proprietário que pode produzir carvão, moirões para cerca, utilizar em construções, ou vender novamente para a CENIBRA, caso seja interessante para ele. O papel do Instituto Estadual de Florestas - IEF é o de orientar o proprietário rural sobre a localização adequada do plantio do eucalipto e outras práticas ambientais saudáveis, além de

promover a legislação ambiental da propriedade, pois para participar do programa, exige-se a averbação da reserva legal.

Ao desviar os minguados recursos públicos existentes para os interesses privados de empresas de papel e celulose (e siderúrgicas), o Estado viabiliza as condições legais e institucionais para a penetração do capital mas não propicia à sociedade civil, no mais das vezes, a oportunidade de uma discussão aberta, ampla e profunda sobre empreendimentos do tipo “fomento florestal”. (FAILLACE, 1996, p.24).

Tendo em vista que os programas de “fomento florestal” são parte do processo de expansão das empresas de papel e celulose, o que está em jogo e por trás deste discurso “sócio-ambiental” do setor é a resolução dos conflitos envolvendo a aquisição e diminuição dos custos relativos à terra, aliada à constituição de um estoque de terras estratégico aos planos de expansão das empresas do setor.

O grande número de pequenos produtores junto aos programas de “fomento” também leva à diluição e transferência dos impactos sócio-ambientais e do custo da terra à pequena produção, dificultando, desta forma, o controle público sobre o “fomento”. Além do mais, a relação direta empresa/pequeno produtor individual também o subordina técnica e economicamente sem que a empresa se responsabilize sobre o seu futuro e sobre as novas relações de trabalho criadas sob este contrato. (FAILLACE, 1996, p.25).

A utilização do trabalho familiar pelo pequeno produtor, aspecto cultural e econômico deste grupo social significa, na prática, uma redução de custos para as empresas nos programas de “fomento”, uma vez que mais pessoas, não apenas o chefe de família estarão sendo utilizadas nas atividades de plantio e tratos culturais.

Na sequência, é possível vislumbrar problemas no uso de agrotóxicos pelos pequenos produtores, uma vez que a adubação química – pesticida, herbicida, fertilizante - é fundamental para o plantio de eucalipto para uso industrial. O uso incorreto de agrotóxicos por parte dos pequenos produtores, principalmente para aqueles inexperientes neste manuseio, acarretará problemas graves para a sua saúde e de sua família, pois pode-se supor também o pequeno produtor visará a redução de custos, seja nos equipamentos de proteção exigidos por lei para a atividade, seja na utilização de mão-de-obra. A já conhecida ineficiente e escassa fiscalização do poder público potencializará os problemas aí gerados. (FAILLACE, 1996, p.25).

Quanto às novas relações de trabalho, a autora afirma que há atividades dentro do plantio de eucalipto que exigem especialização que o pequeno produtor não possui como o corte das árvores e seu empilhamento. Dado o desemprego crescente na área

florestal em função do processo de reestruturação industrial das empresas de papel e celulose, pode-se supor que a mão-de-obra requisitada para a atividade de corte será aquela advinda do desemprego citado. As denúncias de subempreitadas e terceirização funestas já são suficientes para se imaginar a dimensão futura desta questão caso não sejam criadas regras e implementados instrumentos legais para a fiscalização desta atividade. E tudo isto sem que a empresa-mãe, promotora do “fomento” se responsabilize pela atividade florestal terceirizada, podendo vender lepidamente à sociedade e ao mercado sua maquiagem sócio-ambiental.

Além do mais, pode-se indagar qual será o futuro do pequeno produtor do que a médio e longo prazo substituir a área reservada para a agricultura alimentar pelo plantio de eucaliptos para uso industrial. Afinal de contas, o eucalipto não contempla todas as necessidades básicas do pequeno produtor: é impalatável para a criação e não serve de adubo para as frutas. (FAILLACE, 1996, p.25).

Como parte de uma nova estratégia do setor de papel e celulose, o “fomento florestal” sustenta-se, portanto, em uma abordagem restritiva das questões sócio-ambientais para as quais os movimentos sociais e ambientais devem estar atentos. Outro fator que segundo Gonçalves (1991) precisa de atenção imediata é o latifúndio. O autor afirma que desde a introdução dos primeiros plantios florestais com eucalipto pela Companhia Belgo-Mineira na década de 1940, a escala dos latifúndios de “florestas” plantadas aumentou enormemente. Assim, em 1970, o Vale do Rio Doce possuía a principal área plantada com eucaliptos do estado de Minas Gerais, com um total de 70.996 ha, que quer dizer 51% do total plantado estadual.

A entrada destes plantios foi realizada através da compra de terras de forma indiscriminada, mas sempre determinada pela busca das melhores em termos de fertilidade e topografia. Assim, as empresas não só concentraram uma grande porção de terra como passaram, com a implantação e a expansão de suas fontes de matéria-prima, a controlar as terras de melhor qualidade, deixando para os produtores que insistiram em permanecer aquelas mais inclinadas e de menor fertilidade, onde a criação de gado e a produção vegetal se realizavam em condições inadequadas e menos produtivas.

De acordo com Gonçalves (2002), mesmo com essas condições adversas, os dados dos Censos Agrícolas mostram que entre 1960 e 1980 o número de estabelecimentos agrícolas da região cresceu aproximadamente 33%, enquanto a

área ocupada por eles cresceu cerca de 38%. Apesar da área das propriedades rurais ter se elevado esse não é um indicativo de evolução da produção agropecuária. Na verdade, boa parte da expansão da área deveu-se mais ao crescimento das grandes propriedades e, principalmente, à incorporação de terras pelo plantio de eucaliptos. Da mesma forma, a empresa responsável pelos Estudos de Impacto Ambiental das obras de duplicação da CENIBRA, em seu relatório sobre o uso do solo na região de influência da empresa, conclui que,

O uso e ocupação do solo urbano e rural (...) têm sido acentuadamente marcados pelas consequências do centralismo das atividades produtivas da região no setor secundário, propiciando tanto a transformação de antigos núcleos populacionais em centros urbanos (...) quanto distanciando progressivamente os mesmos (já na esfera municipal) de uma auto-suficiência no setor primário em virtude da ocupação extensiva do solo pelos florestamentos industriais nas áreas rurais. [...] No que concerne a zona rural, verificou-se que tais empreendimentos vieram por desarticular a produção agrícola, que mais do que a pecuária na época, constituía-se na base de sustentação da economia local. [...] Do mesmo modo, a atividade pecuária tem demonstrado pelos seus efetivos a tendência, ou prática, ao investimento em rebanhos que prescindam da utilização de grandes áreas de pasto (avícola e suíno), ou que possam conviver em áreas periféricas aos centros urbanos, facilitando a comercialização (NATRON CONSULTORIA E PROJETOS, 1988, p.1-2).

Nesse sentido, é interessante analisar a evolução do tamanho da propriedade em alguns dos municípios da área de influência direta da CENIBRA, ou seja, entre 1960 e 1980, a área média dos imóveis destes municípios com menos de 10 ha reduziu-se 14%. De outro lado, a área média dos estabelecimentos com mais de 500 ha aumentou, no mesmo período, o equivalente a 69%. Mesmo sabendo-se que tal índice de área esconde algumas variações, não se pode negar que ocorreu um processo combinado de concentração da propriedade e de minifundização.

Nesse sentido, as análises realizadas pela empresa NATRON Consultoria e Projetos (1988, p.03) mostram que,

As áreas de florestamento na região ainda têm avançado determinantemente as suas fronteiras, com maiores concentrações nos municípios de Açucena, Belo Oriente e Mesquita (estima-se que aproximadamente 60% da área do município de Belo Oriente já esteja sob propriedade industrial, especificamente da CENIBRA, +/- 35%, e da Companhia Belgo Mineira, +/- 25%, contando o município com uma reduzida população rural de aproximadamente 2500 pessoas), seguindo-se o município de Ipatinga, em segundo lugar, os municípios de Cel. Fabriciano e Governador Valadares, em terceiro, e, por último, o município de Timóteo. Tais avanços da propriedade industrial ainda vêm incidindo sobre áreas de potencial agrícola, que mesmo quando não imediatamente florestadas, têm permanecido improdutivas,

preocupando algumas secretarias municipais no sentido de, pelo planejamento conjunto com as empresas, efetivar-se a otimização da ocupação do solo para ambos os fins. Da mesma forma, o processo de substituição das áreas de matas nativas, utilizadas inicialmente para a produção carvoeira e liberadas em seguida para os florestamentos, apenas em alguns casos tem favorecido a expansão da pecuária.

Analisando os dados acerca da capacidade de produção da empresa, de acordo com Celulose Nipo-Brasileira (2008), ao longo desses mais de 35 anos de existência, percebe-se que a mesma teve sua unidade industrial entrando em operação em 1977. Já em 1988 sua capacidade de produção aumentou de 255 mil toneladas/ano para 350 mil toneladas/ano. Em 1995 foi concluído um Projeto de Expansão, com investimentos de US\$742 milhões, que duplicou a capacidade de 350 mil para 700 mil toneladas anuais. Em 2004 aumentou sua produção para 940mil toneladas/ano. Hoje o complexo industrial conta com duas linhas de produção e uma fábrica de produtos químicos, ocupando uma área construída de 475.593m²¹⁴. A área florestal da CENIBRA, responsável pelo suprimento da matéria-prima, administra aproximadamente 200.000ha de terras, onde estão implantados 107.800ha de floresta de eucalipto e cerca de 68.000ha de vegetação nativa em preservação permanente.

Ainda como parte do complexo industrial, a empresa possui um dos mais modernos Viveiros Florestais¹⁵ do mundo, considerando as técnicas empregadas na produção de mudas de eucalipto por clonagem. Instalado em área de 40 mil m², próximo à Unidade Industrial da empresa, o complexo agrega o que de mais inovador e sofisticado existe hoje em termos tecnológicos. Conta com uma estrutura que permite controlar os fatores de produção, tais como temperatura, umidade, luz,

¹⁴ De acordo com reportagem do Jornal Mercado Comum, em 2008, devido à expectativa de retomada do mercado, a Cenibra manterá os investimentos previstos para os próximos anos de acordo com o presidente. A companhia deverá investir aproximadamente US\$ 2 bilhões entre 2008 e 2014. Os aportes serão para o plantio de eucalipto e a construção da terceira linha de produção no município do Vale do Aço. Para a base florestal serão aportados cerca de US\$ 400 milhões, conforme Fonseca, atual presidente da empresa. A expectativa é que dois anos antes dos eucaliptos serem cortados seja iniciada a construção da nova linha. Em seu projeto de expansão a empresa já investiu US\$ 340 milhões na construção da segunda linha. Com as inversões concluídas em 2007 a capacidade instalada passou de 940 mil toneladas/ano para 1,140 milhão de toneladas anuais de celulose.

¹⁵ De acordo Celulose Nipo-Brasileira (2008), o Viveiro de Mudas foi projetado para produzir mudas no processo de miniestaquia, que consiste na utilização das próprias mudas para a produção dos brotos a serem usados na formação de estacas. As mudas assim produzidas apresentam alto vigor da parte aérea e do sistema radicular. Cada fase do processo é monitorada para garantir a qualidade total do processo. Esses controles fazem parte dos procedimentos que seguem as normas das séries ISO 14000 e ISO 9000.

nutrientes e água. O viveiro permite a produção de mudas de qualidade superior e a custos ainda mais diferenciados.

Tal informação torna ainda mais relevante as preocupações com as conseqüências advindas da instalação da empresa na região de Belo Oriente, tendo em vista que a área atualmente ocupada pela empresa já demonstra uma concentração fundiária enorme e a grande escala de produção de mudas aponta para o fato de que cada vez mais a empresa vem empregando tecnologias mais e mais sofisticadas com o intuito de expandir sua produção. Tal situação conseqüentemente aprofunda não somente a concentração de terras, como também os impactos sobre a vida da população que reside em seu entorno, aumentando o desemprego, gerando impactos sobre o meio ambiente e contribuindo para o aumento da concentração urbana desordenada na região. É essa preocupação, o eixo da discussão que se segue.

3 DINÂMICA URBANA: TRABALHO E REPRODUÇÃO DA POBREZA.

A proposta deste capítulo é discutir algumas questões conceituais, a trajetória histórica da dinâmica urbana, utilizando para tanto as categorias do trabalho e reprodução da pobreza. Examina-se a formação, dos Aglomerados Urbanos, na região do Vale do Rio Doce, como forma de organização do espaço, para favorecimento à reprodução das condições necessárias ao desenvolvimento do capital, ou seja, da industrialização, nesta região. Tais categorias são pensadas ainda na cidade de Belo Oriente, a partir do contexto de instalação da CENIBRA.

A instalação da empresa no município de Belo Oriente ocasionou uma série de mudanças na organização e na forma do espaço urbano da cidade. O aumento populacional gerado pelo processo de imigração do campo para a cidade, o aumento no fluxo de veículos, tendo em vista que o transporte de trabalhadores para as empresas prestadoras de serviço à CENIBRA se faz via Vans e transportes coletivos, a degradação dos rios e nascentes devido ao uso de agrotóxicos e formicidas aplicados nas plantações de eucaliptos, são exemplos dessas transformações que rebatem diretamente nas condições de vida da população que habita a cidade de Belo Oriente, tendo em vista que agravam a pobreza, aprofundam o desemprego e aumentam a segregação entre as classes própria do capitalismo.

3.1 Formação de uma nova região metropolitana.

A cidade, criação central na evolução humana e berço (até por definição etimológica) da civilização sofreu modificações profundas nos dois milênios que se estendem da *pólis* grega à *metrópole mercantil* européia. De acordo com Monte-Mór e outros (1997), nada se compara à brutal transformação urbana resultante da emergência e consolidação hegemônica do capitalismo industrial, na Europa e na América do Norte, nos últimos dois séculos. Nesses continentes a indústria prosperou e as metrópoles barrocas sofreram a invasão da indústria, aos poucos submetendo-as à lógica da produção capitalista industrial.

As grandes cidades sofreram conforme Lefebvre citado por Monte-Mór e outros (1997) um duplo processo de *implosão* sobre si mesma na sua área central histórica e *explosão* sobre o espaço circundante, invadindo vilas e campos, dando origem às primeiras intervenções urbanísticas modernas de grande porte.

Paralelamente à grande metrópole industrial que se desenvolveu por sobre as cidades mercantis existentes, surgiu também uma cidade industrial “pura”, a *cidade monoindustrial*, isto é, resultante da necessidade do capital de criar as *condições gerais de produção* (organização e reprodução da força de trabalho, infra-estrutura e serviços de transporte, energia, saneamento e vida social) sempre que as exigências locacionais da produção se centram nos recursos naturais utilizados no processo de produção industrial (matérias-primas, energia, dejetos) em áreas distantes dos centros de produção e consumo. Assim, quando uma ou mais empresas (em geral, indústrias intermediárias) cuja produção, fortemente dependente de recursos naturais, se localiza (weberiana-mente) no “campo”, faz-se necessário criar localmente as condições de (re) produção que lhe são necessárias. (MONTE-MÓR, E OUTROS, 1997, p.137).

O resultado tem sido a construção de uma cidade nova e/ou a urbanização daquele novo espaço industrial, seja a partir do espaço natural/rural, seja justapondo-se e/ou sobrepondo-se a uma pequena cidade pré-industrial já existente. A cidade *monoindustrial* é aqui, então, tomada como sendo o espaço urbano-industrial resultante da ação de uma ou mais indústrias que buscam produzir um espaço urbano restrito às suas necessidades. Na medida em que as condições gerais de produção se alteram, altera-se a relação indústria/espaço produzido. Nesse sentido,

Cada momento da história tende a produzir sua ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social. É necessário entender sua realidade a partir de forças que, freqüentemente não são visíveis a olho nu. (SANTOS E SILVEIRA, 2008, p. 289).

A metrópole industrial moderna, tal como a conhecemos é criação do início século XIX, desenvolvendo-se com as tecnologias eletromecânicas, do motor a explosão e do concreto armado, expandindo-se nos países capitalistas periféricos em vias de industrialização com o Estado intervencionista que emerge da crise do capitalismo central nos anos 1930. A retomada da expansão capitalista no pós-guerra consolidou o taylorismo e o fordismo como modos de integração produtiva dominantes em todos os espaços onde a indústria se desenvolveu.

As cidades industriais terceiro-mundistas responderam - particularmente no Brasil - ao impacto industrial fordista com uma velocidade e intensidade de crescimento que gerou níveis de carência (espaço urbanizado e serviços sociais e urbanos) insuportáveis, mas duradouros e ainda muito distantes de serem resolvidos de forma comparável aos países capitalistas do centro ou mesmo do bloco socialista. A mercantilização do solo e a conseqüente disputa pela renda fundiária, no contexto do capitalismo industrial que se implantou celeremente, aliadas à fragilidade econômica, cultural e social da maioria da população migrante, fizeram da cidade industrial periférica/brasileira um espaço social dicotomizado entre "haves & have-nots", proprietários e destituídos. (MONTE-MOR, E OUTROS, 1997, p. 138).

As cidades monoindustriais, resultantes das demandas urbanas de uma única firma ou indústria, ilustram essa situação exemplarmente, segmentando o espaço urbano entre a *cidade particular* - controlada diretamente pela indústria e da qual os destituídos estão excluídos - e a *cidade pública*, espaço do pequeno capital comercial e dos serviços tradicionais locais e/ou microrregionais da cidade mercantil, mas também, muitas vezes, espaço de urbanização periférica e incompleta transformada em refúgio dos excluídos. Esse quadro urbano dual é encontrado em todo o Brasil, do Sul ao Nordeste e à Amazônia, ilustrando em cores vivas o espaço social dicotomizado que caracteriza o tecido urbano-industrial do país nas últimas décadas.

Sobre essa questão, antes de avançarmos na discussão acerca da dinâmica industrial e a produção do espaço, torna-se importante caracterizar o que se entende neste trabalho enquanto espaço. Para tanto, reportando as análises de Santos e Silveira (2008, p.289), entende-se que o espaço é,

Um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações. Trata-se de caracterizar uma situação, na qual em cada área, os objetos tendem a exercer funções, e os processos são, em grande parte, submetidos ao papel regulador de instituições e empresas.

Em Minas Gerais, de acordo com Monte-Mór e outros (1997), dada sua vocação industrial de bens intermediários, com conseqüente orientação locacional weberiana para matérias-primas, as cidades monoindustriais proliferaram desde os tempos das minas de ouro e diamantes, muitas vezes (re)conquistadas neste século pelo taylorismo, como nos casos de Ouro Preto, Sabará e Itabira, entre outros.

As transformações contemporâneas na organização da produção industrial (e dos serviços) afetam tanto as grandes cidades industriais quanto as monoindustriais, ainda que de formas diferenciadas. De fato, na íntima relação existente entre a

dinâmica industrial e a produção do espaço urbano-regional, os dois termos da equação são modificados quando há uma alteração nas relações internas a qualquer dos termos.

A emergência da cidade industrial na Europa no século XIX teve sua correspondência no Brasil no início deste século. A cidade dita industrial, gerada por uma fábrica, é uma novidade histórica própria do capitalismo. Apenas as cidades mineradoras de modos de produção anteriores partilham dessa especificidade de organização do espaço onde riqueza, poder e festa se juntam no espaço da produção e do trabalho, submetidas ao controle da produção. Nas Minas Gerais do século XVIII (assim como nas cidades garimpeiras da Amazônia contemporânea), apenas quando a exploração mineral decaiu é que se estrutura mais claramente o espaço da cidade. (MONTE-MÓR E OUTROS, 1997, p.139).

O planejamento de cidades modernas no Brasil sempre primou pela exclusão dos trabalhadores da cidade, expulsos para as áreas suburbanas, como em Belo Horizonte, ou caricatadamente para “cidades satélites”, como em Brasília. Esses grandes projetos de cidades políticas caracterizaram um “urbanismo de luxo” voltado para a expressão monumental do poder de Estado.

De acordo com Monte-Mor e outros (1997, p.139),

As cidades industriais projetadas para servir de suporte a uma grande empresa industrial apresentam características distintas das cidades políticas. Organizadas em função das necessidades das empresas que as construíram, visavam atender às demandas da reprodução coletiva da força de trabalho dessas empresas, assim como aos requisitos mais amplos das condições de produção exigidas pela produção industrial.

Nesses casos, a inclusão da força de trabalho no espaço da cidade é sua própria condição de existência. Por outro lado, o espaço urbano produzido pela indústria apresenta maior rigidez e controle, pois é uma extensão do espaço da produção da fábrica/usina. A exclusão de parte da força de trabalho não diretamente contratada pela indústria do seu espaço urbano precípua tem também sido uma constante nas estratégias capitalistas de gestão da força de trabalho.

Para o autor,

A exclusão dos trabalhadores do espaço do poder é uma estratégia de controle dos grupos dominantes desde o início da cidade. De fato, integra mesmo o conceito de cidade como o *lócus* do excedente econômico, do poder social e institucional e da “festa” cultural e religiosa, isto é, como o espaço da concentração dos elementos estruturadores de uma formação social. Em sociedades agrárias, a cidade templária, a cidade político-militar

e mesmo a cidade comercial integram o circuito da produção econômica apenas no momento de sua apropriação, circulação e/ou consumo. É a cidade industrial que traz para dentro de si a produção, conseqüentemente justapondo ao espaço do excedente/poder/festa o espaço do trabalho. (MONTE-MÓR E OUTROS, 1997, p.136).

Acompanhando o processo de industrialização brasileiro do início do século XX, a constituição da região do Vale do Rio Doce, tem sua organização espaço/territorial¹⁶ intimamente relacionada ao surgimento das indústrias, inicialmente para exploração do minério de ferro e posteriormente, para a produção de carvão vegetal, necessário para manutenção destas mesmas indústrias.

Nesse sentido,

Na Bacia do Rio Piracicaba foi a implantação da ferrovia Vitória-Minas que, no início do século XX, conferiu à região o seu contorno básico futuro como parte privilegiada do Vale do Rio Doce. Deslocada do seu traçado original para Diamantina, a Vitória-Minas estendeu-se serra acima para atingir as imensas reservas de ferro descobertas em Itabira, iniciando o império mineral da Companhia Vale do Rio Doce. (MONTE-MÓR E OUTROS, 1997, p.92)

Na década de 1940 foram criados a cidade de Barão de Cocais, ex-distrito de Santa Bárbara transformado em “cidade monoindustrial” e Coronel Fabriciano (desmembrado de Antônio Dias), base de atuação da Companhia Vale do Rio Doce e pólo florestal da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira - CSBM, fortalecido temporariamente com a implantação da Acesita no distrito de Timóteo.

A fragmentação municipal tem se mostrado mais frequente nas áreas urbano-industriais e cercanias, onde há maior concentração populacional (e da propriedade da terra rural), quais sejam o Aglomerado Urbano do Vale do Aço¹⁷ - AUVA e a concentração urbano-industrial de João Monlevade.

As décadas de 1940 e 1950 assistiram a uma intensificação da urbanização nas áreas de concentração industrial. A região como um todo urbanizou-se a taxas mais altas que a média estadual, mais do que triplicando sua população urbana nas

¹⁶ Sobre os conceitos de território e espaço, ver: SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 11ª edição, Editora Record.: Rio de Janeiro, 2008.

¹⁷ De acordo com Pereira (2007) a região antes conhecida como Aglomerado Urbano do Vale do Aço - AUVA, a partir da Lei Complementar 90/2006 compõe a Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA, composta atualmente de 04 municípios: Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo e Santana do Paraíso. A RMVA está situada dentro do Colar Metropolitano do Vale do Aço, que além desses quatro municípios integra ainda: Açucena, Belo Oriente, Mesquita, Antonio Dias, Braúnas, Bugre, Córrego Novo, Dom Cavati, Dionísio, Entre Folhas, Jaguarapu, Iapu, Ipaba, Joanésia, Marliéria, Naque, Periquito, Pingo d'água, São José do Goiabal, São João do Oriente, Sobralia e Vargem Alegre.

duas décadas. Em 1960, o município de Coronel Fabriciano e os distritos de Timóteo e João Monlevade já apresentavam um grau de urbanização superior a 80%, enquanto Barão de Cocais aproximava-se de 70%. Além destes, sete outros municípios (ou distritos emancipados em seguida) apresentavam grau de urbanização superior à média estadual, que já atingia 40%.

Cabe notar que,

A implantação da ferrovia e da siderurgia foram indutoras também de um crescimento demográfico no campo. A população rural da região cresceu quase quatro vezes mais que a população rural de Minas Gerais. Na década de 1950, com a política de garantia de carvão vegetal por parte da CSBM e a implantação da Acesita, ambas as empresas demandando grandes extensões de terras para o plantio de eucalipto, aquele crescimento transformou-se em perda relativa de população rural (taxa inferior à média estadual) para dar lugar, desde então até 1991, a taxas negativas de crescimento rural, como de resto em Minas Gerais como um todo. (MONTE-MÓR E OUTROS, 1997, p. 97).

Na década de 1960¹⁸ o processo de concentração urbana acentuou-se. De fato, Ipatinga passou de uma vila de menos de 10.000 habitantes em 1960 para uma cidade de quase 50.000 pessoas em 1970. Ao lado, Coronel Fabriciano mais que dobrou de população, superando os 40.000 habitantes, enquanto Timóteo somava mais de 30.000 e o Aglomerado Urbano do Vale do Aço - AUVA se constituiu em uma região urbana quase-conurbada e interfuncional, com mais de 120.000 habitantes.

Essas cidades da região continuaram a crescer intensamente durante toda a década de 1970, até sofrer brusca desaceleração na década de 1980. De fato, nos anos 1980, três das quatro cidades do AUVA, sendo Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, além das cidades de João Monlevade e Itabira cresceram a taxas bastante inferiores às médias regional e estadual. Ao contrário, foram as cidades menores da Bacia as que mais cresceram: Barão de Cocais e Santa Bárbara no Alto Piracicaba e Belo Oriente e Mesquita no Baixo Piracicaba. De acordo com Monte-Mor e outros (1997) neste caso, não são as “cidades” de Belo Oriente e Mesquita que cresceram, mas sim algumas áreas urbanas desses municípios, sedes distritais invadidas pelo tecido urbano-industrial urdido no AUVA e estendido sobre a periferia

¹⁸ Em 1962, de acordo com Monte-Mór e outros (1997) foram criados os quatro municípios que abrigam as quatro maiores indústrias da bacia: João Monlevade (CSBM), Timóteo (ACESITA), Ipatinga (USIMINAS) e Belo Oriente (CENIBRA). Desde então, apenas nesta década foram criados novos municípios na região, quando se emanciparam de Mesquita e Caratinga seus respectivos distritos de Santana do Paraíso e Ipaba, resultantes do transbordamento do Aglomerado Urbano do Vale do Aço - AUVA sobre sua periferia imediata.

“metropolitana”. De fato, o AUVA cresceu em Mesquita, em Belo Oriente, em Jaguarauçu e Ipaba e também na área rural de Marliéria.

Para tratarmos especificamente do processo de constituição do espaço/território na região do Vale do Rio Doce, torna-se necessário antes, caracterizar, o que são as cidades médias, tendo em vista que as principais cidades que constituem em grande o eixo central desta região¹⁹ são consideradas cidades médias.

Nesse sentido, somente a partir do século XIX, com a fase industrial do capitalismo, é possível conceber a cidade média,

A rede de cidades da Europa e da porção nordeste dos Estados Unidos passa pelo duplo e intenso processo de integração e diferenciação, a par do considerável crescimento econômico e demográfico. Na integração e diferenciação demográfica e funcional emergem centros metropolitanos, cidades médias e cristalizam-se demograficamente inúmeros centros, considerados a partir de então como pequenas cidades. O padrão anterior, caracterizado por cidades de diversos tamanhos e pouco articuladas entre si, é substituída por uma rede urbana mais articuladas e dotadas de centros funcionalmente mais diferenciados entre si. Pode-se então, falar em cidades médias. (CORRÊA, 2007, p.28).

Em relação às cidades médias, Spósito e outros (2007), afirma que ao analisar o processo de aparecimento e crescimento das metrópoles no Brasil, durante o século XX, especialmente a partir de 1950, observa-se com facilidade o papel desempenhado pelo desenvolvimento industrial e a preferência locacional pelas metrópoles, quando se constata as escolhas feitas pelos grandes conglomerados industriais e empresas de médio porte em alguns ramos deste setor.

Mas, ainda de acordo com os autores, no caso específico das cidades médias, nem sempre essa associação direta pode ser estabelecida, pois muitas delas não são cidades industriais, o que não significa que a industrialização não tenha imposto novos papéis às cidades da rede urbana brasileira, tendo em vista que nesse processo as dinâmicas estiveram orientadas para a constituição de um mercado consumidor nacional.

As cidades médias, no geral, tiveram, então, seus perfis funcionais orientados pelos interesses de distribuição da produção industrial em escala nacional. Assim, o consumo teve papel mais importante na orientação dos papéis intermediários dessas cidades do que propriamente a produção industrial. (SPOSITO E OUTROS, 2007, p. 39).

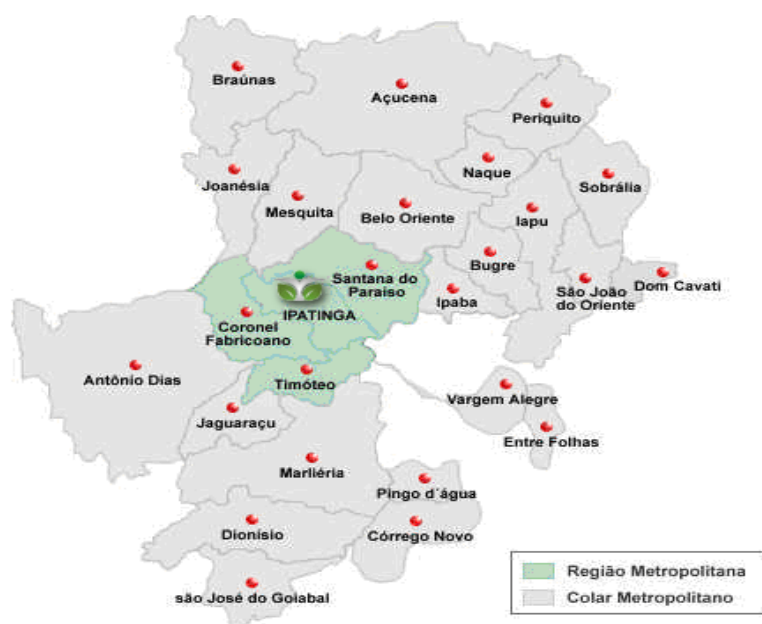
¹⁹ A região do Vale do Rio Doce é constituída por cidades como Ipatinga, Coronel Fabriciano, Caratinga e Governador Valadares, todas elas atualmente com mais de 1000.000 habitantes, portanto, conhecida como cidades de porte médio.

Não são apenas as cidades que se estendem; são também as condições de produção exigidas pela dinâmica industrial, incluída aí a reprodução coletiva da força de trabalho. Essas novas áreas “urbanizadas” são criadas, em alguns casos, quase como caricaturas das vilas industriais construídas pelas empresas, espaço urbano legítimo de suporte à função industrial.

De acordo com Monte-Mór e outros (1997), as cidades comerciais tradicionais - os lugares centrais - tomadas pela indústria “explodem”, transformando-se no “tecido urbano-industrial” que se estende, respondendo por um lado à dinâmica do capital - e do capital imobiliário em particular - e de outro às estratégias de sobrevivência das populações destituídas das condições mínimas da cidadania, excluídas da *pólis*. O tecido urbano-industrial consolida-se nas cidades e estende-se para além delas, ocupando os espaços rurais circundantes com infra-estrutura produtiva, acampamentos de suporte à produção, concentrações proto-urbanas ao longo das estradas e no interior das matas (de eucalipto), com casas de campo e espaços de lazer, empalidecendo as distinções marcadas entre o rural e o urbano²⁰.

Essas características do tecido urbano-industrial são verificadas no aglomerado urbano do Vale do Aço, onde se localizam cidades médias, tais como Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, e também as pequenas cidades circunvizinhas que dependem dessas cidades médias para o consumo, o acesso a bens e serviços, dentre outros.

²⁰ De acordo com Monte-Mór (1994), essa é uma visão Lefebvreana do fenômeno urbano.



Mapa 6: Região Metropolitana do Vale do Aço e do Colar Metropolitano do Vale do Aço.
Fonte: Wikipédia, 2009.

O Vale do Aço é um conjunto urbano, um aglomerado metropolitano, desde o surgimento das próprias cidades. Vários conceitos são adotados quando se fala de conjunto urbano ou de aglomerado. O mais imediato deles é essencialmente físico, geográfico no sentido estrito da palavra, pois trata da expansão e/ou do transbordamento da área urbanizada para além das fronteiras municipais. A extensão contínua e eventual encontro das áreas urbanizadas de dois ou mais municípios recebe o nome de *conurbação*.

Usualmente, a conurbação refere-se aos espaços construídos ou pelo menos parcelados. Nesse caso, porém, incorporam-se também os espaços não-construídos que é parte do conjunto. Isto é, mesmo em termos puramente físicos, a idéia de conurbação urbana, nesse caso, corresponde a uma sucessão de bairros, de atividades econômicas de grande porte, de pedaços de cidade entremeados por vazios ou espaços não-construídos. (MONTE-MÓR E OUTROS, 1997, p.129).

Para o autor, o segundo aspecto enfatizado pela idéia de aglomeração urbana é o de que há relações de interdependência e complementaridade entre as cidades e entre os diversos núcleos que as integram tanto em termos funcionais quanto de

uma hierarquia de níveis de atendimento às necessidades da população, bem como de disponibilidade de recursos a partir das atividades produtivas existentes. Dentro dessa idéia, a noção de acessibilidade é crucial para que esses centros efetivamente se complementem.

Finalmente, a idéia de conjunto urbano é por excelência dinâmica, ou seja, refere-se a um processo em constante transformação. A noção de continuidade física do tecido urbano, de conurbação entre os municípios, não só aparece explicitamente, como parece ser considerada desejável. A expansão urbana ao longo do Rio Piracicaba viria a representar a manifestação espacial do crescimento econômico e urbano dos três municípios, sendo dessa forma previsível e compatível com as idéias de modernidade e progresso incorporadas ao projeto.

No início da década de 1970, essa idéia fica mais claramente expressa no trabalho pioneiro de Monte-Mór e Drummond (1974), que enfatiza a BR-381 como elemento estruturador da aglomeração, bem como o aparecimento de núcleos de habitação e serviços de apoio ao longo da estrada. Segundo os autores, “nitidamente, inicia-se um processo de conurbação, apoiado neste eixo principal e tendo como respaldar a crescente complementaridade entre os três centros” (p.129). Tal processo é, já naquele momento, considerado irreversível.

As noções de interdependência e complementaridade dizem respeito ao funcionamento das diversas atividades urbanas nos três municípios como uma única área urbana. São usualmente expressas pelo constante deslocamento da população do município de residência para os demais, seja por motivos de estudo, trabalho, compras, lazer e outros.

Os espaços, ao longo do eixo principal rio/ferrovia/rodovia constituíam localização privilegiada, principalmente pelas facilidades de comunicação e transporte, enquanto os limites municipais apareciam como elementos secundários na localização das indústrias ou de atividades ligadas a ela. São exemplos que reforçam a idéia de continuidade linear induzida pelos investimentos públicos ou privados: a Acesita, que já nasce separada de Coronel Fabriciano pelo Rio Piracicaba, limite entre este município e o de Timóteo; o bairro Amaro Lanari, destinado a funcionários da Usiminas, que é construído em Coronel Fabriciano; o Distrito Industrial “de Ipatinga”, localizado no município de Santana do Paraíso (desmembrado de Mesquita); a implantação da Cenibra em Belo Oriente. Pode-se considerar o processo descrito como a tendência principal de expansão do Vale do Aço. (MONTE-MOR E OUTROS, 1997, p.130).

Houve uma expansão espacial do conjunto urbano, através da incorporação de novos municípios, entre os quais Santana do Paraíso e Belo Oriente, de forma direta, além de Mesquita e Ipaba. A estreita vinculação entre os centros urbanos já aparece de forma constante desde as primeiras análises realizadas nos anos 1970, que têm como referência os três municípios originais, partilhando a visão de que o aglomerado funciona como uma única cidade, bem como adotando a idéia de complementaridade como princípio norteador para a formulação de propostas e políticas públicas a serem implementadas pelo conjunto dos municípios.

O conjunto urbano constitui-se de forma polinucleada, muito embora identificando-se uma hierarquia entre os núcleos. Inicialmente Coronel Fabriciano exerceu o papel de principal centro terciário de apoio às indústrias que se instalavam nos outros dois municípios, em termos de localização de atividades comerciais e de serviço, como também de possibilidade de fixação de uma parcela significativa da população que se (MONTE-MOR E OUTROS, 1997, p.132).

O aspecto mais marcante da capacidade de polarização de Ipatinga ao longo dos anos 1980 diz respeito à crescente importância do aglomerado urbano tanto no contexto microrregional, caracterizado pelos municípios do entorno imediato, alguns deles já parte do conjunto urbano do Vale do Aço, como no contexto regional mais amplo, numa clara alteração da hierarquia urbana preexistente. De acordo com documento da Prefeitura Municipal de Ipatinga - PMI/MPC, citado em Monte-Mór e outros (1997), estudos recentes sobre a área de influência potencial de Ipatinga vêm apontando para a perda de dinamismo de Governador Valadares, tido até então como o principal pólo da região do médio Rio Doce, em contraposição ao reforço do papel polarizador do Vale do Aço.

A primeira metade da década de 1990 é marcada pela cristalização das seguintes tendências de ampliação do conjunto urbano do Vale do Aço, já detectadas nas duas décadas anteriores: Apesar de a concentração *relativa* do terciário em Coronel Fabriciano ser quase cinco vezes maior que a dos demais municípios. Incorporação de novos municípios aos três municípios originais: Santana do Paraíso, Mesquita, Belo Oriente e parte de Caratinga são municípios que integram o Vale do Aço, em termos físicos e/ou pela densidade de relações econômico-demográficas; Criação de novos municípios: Santana do Paraíso, que se emancipa de Mesquita, e Ipaba, que se emancipa de Caratinga; Iniciativa dos prefeitos e vereadores de criar a Região Metropolitana do Vale do Aço, integrada pelos 13 municípios seguintes: Antônio Dias, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Ipaba, Santana do Paraíso, Mesquita, Iapu, Joanésia, Jaguarapu, Marliéria e São João do Oriente, em discussão na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. (MONTE-MOR ET AL, 1997, p.131).

Há uma maior fragmentação do espaço em termos político-administrativos. Paralelamente, há um movimento no sentido de reconhecer o caráter global que deve ser dado ao tratamento desse espaço e das questões que afetam sua população, representado pela proposta de constituição da Região Metropolitana.

Já Belo Oriente (e seu entorno imediato), ao abrigar a CENIBRA, passa a constituir um fato gerador de grande dinamismo regional do ponto de vista da produção do espaço e da distribuição espacial da população. Essa nova frente de expansão industrial do Vale do Aço, pela proximidade e dependência do conjunto urbano, faz surgir novas formas de urbanização, deixando marcas indeléveis na dinâmica espacial e demográfica de sua área de influência. (MONTE-MÓR E OUTROS, 1997, p.132).

Ainda em Belo Oriente, nota-se que há possibilidade, discutida principalmente a partir da década de 1990, de desmembramento de seu distrito mais importante, Perpétuo Socorro, que sedia a CENIBRA e grande parte do crescimento urbano do município, representando a possibilidade de fixação de parte do fluxo migratório que circula pela região. Representa uma periferia espacialmente deslocada, mas com vínculos estreitos, do núcleo central representado pelo conjunto urbano do Vale do Aço. A emancipação do distrito acarretaria uma perda financeira considerável para Belo Oriente, a exemplo do ocorrido em Mesquita, quando da emancipação de Santana do Paraíso, ou mesmo com Mateus Leme, este na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ainda de acordo com o autor, o que está em jogo nesses casos é a maior ou menor capacidade financeira dos municípios para lidar com as demandas e necessidades de sua população. A comparação entre os índices de transferência de ICMS aos municípios e as respectivas populações constitui uma aproximação da capacidade de resposta às demandas da população.

Há uma disparidade acentuada entre os municípios em termos financeiros, que se acentuará ou não em função da implantação de novas atividades produtivas, do ritmo do crescimento demográfico e da distribuição espacial da população na região. Por outro lado, é expressivo o potencial do conjunto dos municípios, ocupando o quarto lugar no Estado de Minas Gerais em termos de Imposto sobre circulação de mercadoria e prestação de serviço - ICMS e de população.

De acordo com Monte-Mór e outros (1997) a criação da Região Metropolitana do Vale do Aço e a institucionalização de outras formas conjuntas de gestão podem representar uma ação política poderosa, com potencial para minimizar tais

disparidades financeiras e administrativas, frente à magnitude das questões comuns ao conjunto dos municípios. O arcabouço institucional para lidar com realidades complexas e diversificadas como a do Vale do Aço existe e, diferentemente das regiões metropolitanas instituídas no início dos anos 1970, as atuais têm de passar pela adesão voluntária de cada um dos municípios-membros, o que representa um avanço considerável em relação ao processo anterior. Representa também a possibilidade de tratar situações diferentes de modo diferente, a partir de uma perspectiva de conjunto.

Belo Oriente, conforme já apontado, é um município de aproximadamente 22 mil habitantes, cuja renda per capita é bastante alta, se comparada com outros municípios de mesmo porte, no entanto, não se percebe qualquer forma de mobilização deste potencial financeiro, com vistas à implantação de uma gestão que destine tais recursos para atendimento à população em geral. Como proposta de discutir tal questão, segue no próximo item a análise acerca do trabalho e da pobreza na região.

3.2 Sujeitos: Trabalho e reprodução da pobreza

O setor de papel e celulose é considerado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO como o segundo setor industrial mais poluente e impactante do mundo. No bojo da discussão do desenvolvimento sustentável - equilíbrio entre os sistemas econômicos, social e ambiental -, o setor de papel e celulose vem sendo fortemente criticado e pressionado por entidades ambientalistas, principalmente na Europa e nos EUA, visando a mudança no processo industrial. (FAILLACE, 1996). “Estas, conjuntamente com entidades de ação direta dos países em desenvolvimento veem criticando o setor quanto à extensão dos plantios industriais e os impactos sociais oriundos deste espraiamento”. (FAILLACE, 1996, p.01).

Como parte da política econômica adotada pelo Estado brasileiro desde a década de 1950 de inserir o Brasil no movimento do capitalismo internacional, o setor de papel e celulose expandiu-se e consolidou-se graças ao forte apoio financeiro, institucional, creditício e legal fornecido pelo Estado Brasileiro tanto na

área industrial quanto florestal. A crescente geração de divisas obtida pela exportação, principalmente da celulose de mercado, tem sido uma das razões utilizadas pelos empresários do setor e por representantes do Estado para a contínua injeção de recursos em um setor altamente impactante do ponto de vista ambiental e social.

O custo mais baixo da celulose brasileira em relação aos competidores internacionais, razão de sua competitividade mundial e justificativa para a promoção contínua do setor pelo Estado brasileiro, esteve calcado não só em excelentes condições edafo-climáticas para o rápido crescimento do eucalipto, mas também em espúrias vantagens comparativas como terras baratas por força de incentivos fiscais governamentais, a expulsão da população originalmente ali sediada; energia subsidiada, salários baixos, além de uma ineficiente, quando não ausente, fiscalização quanto ao controle ambiental. (FAILLACE, 1996, p.01).

A concentração espacial, econômica e técnica, característica do setor de papel e celulose, ao invés de promover um mosaico social nas regiões onde se instalam as grandes unidades fabris, levando um maior desenvolvimento social e econômico a estas regiões resulta, pelo contrário, na exclusão econômica e social de uma população que não participa efetivamente dos benefícios que deveriam ser gerados por estes empreendimentos.

É nesse contexto que após 35 anos de instalação da Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA no município de Belo Oriente, verifica-se um agravamento da situação econômica, política e social, devido aos impactos da instalação da empresa nesta região.

O aumento no plantio do eucalipto e, portanto, da ocupação de terras no município para o plantio do mesmo é evidente em Belo Oriente, no qual se evidencia que atualmente dos 32.300ha do município, 16.317, relativizando um total de 50,51% pertencem à CENIBRA. Estando desse total, 9.785,31ha da área plantada com eucalipto, o que se reflete na redução do número de grandes propriedades, já que o município apresenta apenas uma propriedade que possui área no estrato de 1000 até menos de 10.000ha.

Segundo informações da Celulose Nipo-Brasileira (2008), no que se refere às formas de posse de terra, observa-se que durante 25 anos prevalece a categoria de proprietários no município. Em Belo Oriente, 97,22% dos estabelecimentos rurais em 1970 se enquadram na categoria de proprietários e em 1996: 76,48%. Observa-se que houve uma diminuição no número de proprietários de terras passando de 350

para 270, isso aconteceu devido à grande aquisição de terra pela empresa nesse período, além do fato do produtor preferir ir buscar novas oportunidades na cidade.

É importante destacar que o processo de aquisição de terras pela empresa na região de Belo Oriente se deu a partir de mecanismos nada legais, como a grilagem de terras e expulsão de pequenos posseiros. Nesse sentido, de acordo (FASE, 2002, p.18),

A partir de meados da década de 1960, em plena Ditadura Militar, as empresas utilizaram vários intermediários para tomar posse das terras. Nos relatos existentes, o primeiro passo foi expulsar os habitantes indígenas e outros das terras que estavam destinadas ao plantio de eucalipto e à construção da primeira fábrica de celulose.

Os índios que ocupavam a região de Belo Oriente não tinham documentos garantindo a posse das terras. A compra das mesmas e o registro em cartório eram tarefas simples. Na região do Vale do Rio Doce, onde se instalou a Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA, a substituição da mata atlântica pelo plantio dos monocultores do eucalipto, iniciados durante a década de 1970, transtornou radicalmente todo o modo de vida da população, violada nas condições próprias sobre que se ergueu sua singular cultura.

As comunidades que formavam essas regiões tomadas pelas empresas eram constituídas de um número considerável de famílias, variando conforme o lugar e a época. A princípio, ninguém tinha o título da propriedade e o uso do território era comum, sem limites estabelecidos, a não ser aqueles que eles mesmos demarcavam para diferenciar uma residência da outra. As estradas foram sendo abertas por eles próprios para facilitar o acesso às outras comunidades e, também, com os grandes centros, onde vendiam seus produtos e compravam suplementos alimentares. (FASE, 2002, p.26)

A violenta chegada da empresa na região do Vale do Rio Doce, isola comunidades rurais, tais como as comunidades negras rurais, expulsa a população para as periferias urbanas, promove intensa fragmentação familiar, destrói o material usado para o artesanato, envenena a pesca, afugenta a caça, esvazia os festejos, transfigura os costumes e religiões. O direito à terra, mas também à cultura foi e continua sendo violado.

Ainda segundo FASE (2002), no processo de expulsão dos pequenos produtores, comunidades quilombolas e indígenas para instalação das fábricas em geral, um dos argumentos apresentados como positivo é a geração de novos

empregos. Sabe-se que no início de seu funcionamento toda empresa precisa de um grande número de trabalhadores, porém, com o tempo as empresas começaram a mecanizar e automatizar cada vez mais as cadeias produtivas, tanto do plantio do eucalipto quanto em relação à produção de celulose. E então ocorre a demissão em massa dos trabalhadores. Outro fator que merece destaque, é o fato de que a terceirização do processo produtivo, notadamente no setor dos plantios, gerou uma degradação radical das condições de trabalho e vínculos empregatícios.

Analisando o caso da CENIBRA, atualmente, a empresa gera cerca de 10.000 empregos, sendo que 1.978 próprios, e 8.023 terceiros, o que comprova a situação relacionada acima. Sua base territorial atualmente conta com uma população de 1.320.000 pessoas, das quais estima-se que 58.236 pessoas se beneficiam indiretamente de empregos gerados pela empresa. (CELULOSE NIPO-BRASILEIRA, 2008, p.53).

Porém, tendo em vista a lógica da competitividade e da acumulação empregada pela CENIBRA na primeira metade da década de 1990, a empresa demitiu cerca de 1.100 trabalhadores na fábrica e nas unidades de plantações, além de terceirizar vários setores das suas unidades. As demissões nesse período estão relacionadas com a desestatização da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD que detinha mais da metade do controle acionário da empresa. Mas não se pode dizer que essa é a única ou a principal razão – há que se levar em conta o objetivo de redução dos custos de produção²¹.

Na área florestal, os impactos destas demissões vêm sendo significativos já que ao concentrarem a terra em milhares de hectares, as empresas de papel e celulose tornam-se, em algumas situações, a única fonte significativa de trabalho na região próxima à unidade fabril e sua extensão florestal. A demissão na área florestal, sem a existência de outra alternativa a curto e médio prazo para os trabalhadores demitidos, aumenta os índices sociais e econômicos negativos nos municípios ocupados parcialmente ou totalmente pelos extensos plantios florestais. (FAILLACE, 1996, p.26).

A retórica da geração de empregos sempre foi um fator ressaltado pelos empresários do setor de papel e celulose brasileiro para mostrarem-se legítimos representantes do desenvolvimento. Estes sempre assinalam os projetos de infra-

²¹ Informações obtidas a partir de documentos no qual registram depoimentos de dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais - FTIEMG, que congrega vários Sindicatos de trabalhadores assalariados das empresas plantadoras de eucaliptos da região, e de dados da Cenibra.

estrutura na área de sua influência, o que contribui para a divulgação de uma imagem positiva das empresas do setor. Contudo, esta “ação social” tende a ficar restrita ao campo imediato das empresas: os seus funcionários e não a população ali sediada, que acaba por ficar alijada dos esperados resultados econômicos e sociais dos empreendimentos de papel e celulose.

O aspecto mais relevante, no entanto, segundo Gonçalves (2002), para pensar a ação da CENIBRA no território e como essa ação impacta as formas de organização dos trabalhadores assalariados da empresa e dos agricultores locais é o da terceirização. Apesar de parecer um fenômeno novo na indústria, típico da reestruturação produtiva que se seguiu às mudanças na organização econômica internacional e nacional na década de 1980 (MACHADO, 1998), no âmbito da agricultura a presença dessa prática de terceirizar funções e tarefas por meio de “empreiteiras” é antiga e articula-se ao modo como evoluíram as monoculturas, dentre elas as plantações florestais.

Na região do Vale do Rio Doce, a lógica adotada inicialmente pelas empresas plantadoras de florestas homogêneas baseou-se na utilização do empreiteiro para a contratação de trabalhadores para aquelas atividades que dependiam de menor qualificação (como a preparação do terreno e o plantio de mudas no solo). Isso decorre do fato que para as empresas de celulose os pontos nevrálgicos da sua atividade são os relacionados com os tratos culturais após o plantio e com a “colheita” da madeira. Não por outra razão, na CENIBRA Florestal cerca de 90% dos seus 1.816 trabalhadores “próprios” encontra-se “classificado” nessa última atividade²².

Em Belo Oriente os levantamentos realizados junto à população local pelo Setor de Serviço Social da Prefeitura Municipal²³ tem apontado exatamente para o que mostram as informações acima pontuadas, ou seja, a maioria da população que está atualmente prestando serviço na CENIBRA está empregada nas empreiteiras²⁴,

²² Conforme informações da Diretoria de Recursos Humanos da empresa em junho de 2000 ao jornal Diário do Aço, da cidade de Ipatinga.

²³ É importante destacar que os dados levantados foram obtidos mediante os levantamentos socioeconômicos e habitacionais realizados pelos assistentes sociais do município, entre 2007 e 2008, através de relatórios e formulários de pesquisa. A equipe que compõe o serviço social no município é de quatro assistentes sociais e três estagiárias de serviço social. Sendo que dois profissionais trabalham no setor de assistência social do distrito de Perpétuo Socorro, juntamente com as três estagiárias e as demais assistentes sociais encontram-se trabalhando no centro do município de Belo Oriente.

²⁴ Informações obtidas nos cadastros socioeconômicos do Setor de Serviço Social em 2007 e 2008 apontam para o fato de que os trabalhadores empregados diretamente na CENIBRA são em sua

ou seja, pequenas empresas que são terceirizadas e prestam serviços na área da empresa matriz. O que os moradores relatam é que,

“(...) na CENIBRA o salário é melhor, muito melhor, mas eles exigem uma qualificação muito elevada, exigem muito estudo, tem casos que tem até que falar outra língua.” “Nas empreiteiras a situação é mais fácil, eles empregam até gente que tem mais de 50 (cinquenta) anos, só que o trabalho é mais pesado, tomar lenha, aplicar remédio, e o salário é menor que o mínimo.”

De acordo com Martins (2006), embora o município de Belo Oriente seja a sede de uma empresa de celulose de grande porte, a maioria da população do município não trabalha no setor industrial, fato que pode ter sua explicação devido à falta de qualificação profissional da maioria da população²⁵. Dessa forma, muitos jovens saem da cidade para procurar emprego em outros locais, o que pode ter causado um declínio na população jovem no município.

É importante destacar também que embora se tenha o argumento de que a falta de qualificação profissional deve ser a responsável pelo fato de grande parte dos jovens e adultos economicamente ativos do município não trabalharem na indústria; sabe-se que os postos de trabalho que a empresa mantém não seriam suficientes para comportar a maior parte dos moradores do município trabalhando na mesma. Isso explica o fato de que grande parte dos moradores que trabalham para a empresa serem contratados pelas empreiteiras, que hoje ainda absorvem a maior parte dos trabalhadores na indústria, porém em condições muito precárias de trabalho.

Essa afirmação comprova os dados obtidos nos cadastros socioeconômicos realizados pela equipe do Setor de Serviço Social no município de Belo Oriente, tendo em vista que em relação à questão da ocupação profissional vê-se que uma grande proporção das famílias tem seus esposos e filhos maiores de 18 anos trabalhando no “trecho”, ou seja, muitas famílias mudaram para o município na esperança dos filhos e esposos trabalharem na CENIBRA, ou empreiteiras, mas

maioria moradores de outras cidades como: Ipatinga e Coronel Fabriciano, localizadas próximas a Belo Oriente.

²⁵ Os dados obtidos, através de formulários de pesquisa e relatórios realizados ao longo dos anos de 2007 e 2008 pelo Setor de Serviço Social do município mostram é de que cerca de 80% da população de adultos não chegou a concluir o ensino médio. Entre os jovens esse índice é um pouco melhor, embora ainda muito alto, chegando a 35% dos jovens que não concluíram o ensino médio. No entanto, mesmo considerando que a escolarização dos jovens tenha melhorado nos últimos anos, ainda assim eles não são aproveitados pela empresa, e saem do município a procura de trabalho em outras cidades.

como essas não absorvem toda a mão-de-obra, e ainda, remuneram muito mal, segundo informações dos próprios moradores, os homens têm que procurar trabalho em outras cidades e até em outros estados.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais no Estado de Minas Gerais (2006), a questão salarial na indústria na microrregião de Ipatinga apresenta valores bastante baixos, especialmente em se tratando de remunerações a trabalhadores que em sua maioria tem famílias em torno de 05 (cinco) a 07(sete) pessoas. A região mantém um salário base, em 2007 - 2008, em torno de R\$500,00 (quinhentos reais) para trabalhadores contratados diretamente pela CENIBRA, valor firmado em acordo coletivo de trabalho. Mas, em relação às empreiteiras as famílias relatam que o salário bruto não ultrapassa o salário mínimo vigente.

Assim, a terceirização baseou-se originariamente na prática da contratação de trabalhadores menos qualificados que podiam ser mais facilmente demitidos e recontratados. Comparando-se os dados de dois levantamentos feitos pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - FTIEMG (o de 1998 e um outro datado de 1994), sabe-se que até 1994 o número de empreiteiras era igual a dez (contratadas pela CENIBRA e outras três empresas); em 1998 o número de empreiteiras passou a ser de 51 para as mesmas empresas contratadoras.

Mas a terceirização articula-se com uma outra questão, especialmente importante no caso da fabricação de celulose. Conforme argumenta Machado (1998), as exigências para a obtenção de uma floresta com um ciclo curto de produção, inclusive a base fundiária extensa, gerou uma divisão do trabalho específica, distinta daquela existente nas demais agroindústrias caracterizadas pelo processo de apropriação. De fato, a produção de florestas plantadas para a produção de pasta de celulose permitiu a formação de uma distinção na etapa florestal da produção dessa *commoditie*, tratando-se pois de,

Um tipo particular de separação entre concepção e execução do trabalho, de parcelização de tarefas e de controle do tempo de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que, considerando a totalidade do espaço rural ocupado com o "reflorestamento" (...) as diversas operações que compõem a execução do processo de trabalho florestal (preparação do terreno, plantio, manutenção, colheita etc.) são realizadas simultaneamente no tempo e no espaço. Evidentemente, os obstáculos naturais remanescentes (a pluviosidade, a topografia, entre outros) colocam dificuldades para uma

taylorização stricto sensu do trabalho (no sentido da alocação precisa – científica – dos tempos e movimento) e, onde é factível, a mecanização, em função do aspecto territorial – como no caso da agricultura, conduz o processo de trabalho a uma direção que se opõe ao fordismo (no sentido da imposição do tempo de trabalho pela máquina). Não obstante, através da parcelização e simultaneidade das tarefas, tornou-se possível desencadear um determinado processo de racionalização e controle da mão-de-obra, com efeitos positivos sobre a produtividade do trabalho, de tal forma a permitir a generalização da relação de assalariamento (formal) (MACHADO, 1998, p.81).

De acordo com Martins (2006), quando de um lado tem-se tamanha precarização das condições de trabalho, conforme descrito acima, bem como uma ocupação desordenada de terras para plantio do eucalipto, de outro tem-se que atualmente a celulose da CENIBRA é comercializada nos principais mercados mundiais e que a empresa comercializou em 2007 um total de 1.133.788 toneladas de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto, sendo que 92% das vendas foram destinadas ao mercado externo e 8% ao mercado interno. Percebe-se claramente com as análises de Fernandes (1981), quando o mesmo afirma que o capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento social, cultural e político. Em ambos os casos, ele une o arcaico ao moderno e suscita seja a arcaização do moderno seja a modernização do arcaico.

As mudanças trazidas pelo desenvolvimento industrial ocorrido na região do leste de Minas Gerais a partir da década de 1960, ou seja, aquelas advindas do sistema capitalista que insere no campo muitas tecnologias, além do processo de industrialização cada vez mais crescente e interfere diretamente no cotidiano das famílias é que vem modificando ao longo dos anos as características da família na região de Belo Oriente.

No âmbito desses processos de implantação da grande empresa produtora de pasta de celulose e seus impactos sobre a população rural familiar local nessa área de ocupação humana antiga e polarizada pela aglomeração de um denso tecido industrial e urbano, formou-se uma categoria profissional nova - a dos trabalhadores assalariados rurais ou assalariados da extrativa. (GONÇALVES, 2002, p.23).

A “especialização produtiva” da região, baseada na ocupação original da região, centrada nas atividades mineradoras de ouro e na agricultura de subsistência que a acompanhou ao longo dos séculos XVIII e XIX, permitiu que se desenvolvesse um conjunto de mecanismos de utilização de recursos políticos e econômicos pelas elites locais que garantiram o acesso ao poder estatal local e federal. Essa foi a

forma pela qual a elite local e os atores subalternos iniciaram a construção da “identidade” regional, de cima para baixo. Nesse sentido,

Num contexto crescentemente urbano, o “coronelismo” se metamorfoseia em clientelismo de massas ou em cartorialismo. Do ponto de vista do eleitor, o vínculo se torna mais instrumental, mais pragmático, do que no ambiente rural em que lealdades herdadas ocupam lugar de destaque. Porém, para as elites, o resultado é o mesmo em termos de manutenção e reforço de seu domínio. O problema crucial continua sendo o de manter os laços verticais e evitar ao máximo a agregação autônoma de interesses – de classes ou de comunidades – que escapem a seu controle. (DULCI, 1999, p.126).

A identidade forjada como região mineradora foi ainda reforçada pela presença pujante da Mata Atlântica, fonte de matéria prima para construções civis privadas e públicas e para o combustível (carvão vegetal) das ferrovias e da incipiente siderurgia – além de território sobre o qual deveria avançar a produção rural, apropriando-se da fertilidade naturalmente produzida para usufruto dos homens. Dessa história nasceram então as empresas consumidoras de montanhas de minério e de florestas, sob o comando de capitais privados, de capitais estatais e de firmas organizadas sob a associação de ambos – como foi o caso da Cenibra.

Mesmo que possam ser entendidas como entidades que definem as suas estratégias pela determinação imperiosa da produção e apropriação privada do lucro, a presença das empresas consumidoras e produtoras de produtos e subprodutos madeireiros não pode ser analisada somente pela sua lógica econômica. A observação das empresas na região indica que a sua presença e a sua permanência viabilizaram-se porque foi possível para elas construir um projeto regional que tornou uma suposta vocação florestal da região consoante os interesses fabris.

Assim, a produção desse território não foi apenas econômica; ela decorreu de um movimento de subordinação de uma determinada sociedade e de seus projetos a um determinado projeto capitalista. Não qualquer projeto, mas aquele que combinou graças à trajetória histórica dessa sociedade nessa região a oferta de determinados bens minerais com terra disponível para ocupação com as plantações florestais.

Ainda de acordo com Gonçalves (2002) a própria disponibilidade dessa terra, por sua vez, decorreu do enfrentamento entre os projetos capitalista local e forâneo à região e dos agricultores, sobretudo os familiares. A vitória capitalista na produção

do território dos Vales do Aço e do Rio Doce como espaço das plantações homogêneas deveu-se, nesse sentido, a uma socialização da região pela sua “domesticação” ao capital. E é a partir desse tipo de interpretação que se pode afirmar que nesse processo de subordinação do território e de seus habitantes originais à lógica capitalista que se produzem novos sujeitos – no caso em questão - os assalariados das plantações de eucaliptos.

Nesse sentido, de acordo com Lefebvre (2008, p. 51),

Há na sociedade em ato, ou seja, na produção e reprodução das relações sociais: o capital e o lucro do empreendedor, isto é, da burguesia; a propriedade do solo, com as rendas múltiplas: do subsolo, da água, do solo edificado, etc.; e o trabalho com o salário destinado à classe operária.

Para o autor, esses elementos unidos na sociedade são representados como separados e sua separação tem um sentido, pois cada grupo parece receber uma parte determinada do “rendimento” global da sociedade. Há, portanto, aparência alienada das relações sociais, aparência que representa um papel real. “Os elementos que aparecem separados aparecem como fontes distintas de riqueza e da produção, ao passo que é somente sua ação comum que produz essa riqueza”. (LEFEBVRE, 2008, p.51).

Para Gonçalves (2002), as razões que determinaram que essa firma específica tivesse escolhido essa região radicam na constituição de um projeto de dominação sobre o espaço e sobre a sociedade – o que supõe: 1º) uma determinada leitura sobre esse espaço e seus habitantes; 2º) a introdução de outras lógicas de organização do trabalho, da troca e do uso dos “recursos” e 3º) a tentativa de substituir (pela conquista de legitimação, pela força ou pela desqualificação simbólica e cultural) experiências e comportamentos que permitem a conformação de uma identidade própria e distinta daquela que é requerida pelo capital.

Assim, então, se inicialmente a população que ocupou originariamente esse território definiu sua existência e sua identidade pela vinculação às atividades agrárias (de subsistência e mercantis) e à mineração e transformação metálica, a incorporação da região ao modo capitalista de produção e ao regime de produção do capital de base florestal implicou uma nova dinâmica espacial, que teve como elementos causadores e simultaneamente resultantes a (1º) subordinação da atividade agrícola à urbanização e às plantações florestais; (2º) subsunção do trabalho e sua transformação em trabalho assalariado e (3º) criação de novas dinâmicas políticas e sociais espacialmente ordenadas (GONÇALVES, 2002, p.26).

Desse modo, gestaram-se novas relações de trabalho não tradicionais e, da mesma forma, foram geradas as condições para o aumento do número de trabalhadores. Ambas as situações implicaram numa desconstrução parcial das formas sociais vigentes anteriormente à implantação das novas regras da sociabilidade capitalista de organização do trabalho (que envolviam trabalhadores rurais independentes como as principais formas de solidarização no meio rural regional).

Segundo Gonçalves (2002), com a expansão das plantações homogêneas de árvores e com a produção em larga escala de madeira para sustentar o crescimento da oferta industrial de pasta celulósica (além de aço), aquela desconstrução foi radicalizada com a interdição do uso, para muitos dos trabalhadores rurais, dos meios tradicionais de vida, uma vez que as condições de acesso a terra também foram modificadas. Ou seja, a construção de um novo tipo social (o assalariado rural subordinado a um regime fabril de produção) demandou a transformação ou até mesmo, como dito anteriormente, a desconstrução de um sujeito preexistente. O que esse sujeito perdeu, nessa transformação, foi a sua independência. Mas, juntamente com ela, perdeu também as condições de poder transformar-se em produtor e de poder controlar o processo produtivo a partir de um outro ordenamento econômico, social e cultural que não o capitalista.

Na região de Belo Oriente, essas perdas foram também representadas por uma ruptura com o passado originada de um fato aparentemente singelo: agricultores não plantam ou raramente plantam árvores em escala significativa - muito menos eucaliptos. Também, pelo menos originalmente, não as plantavam para retirar as suas fibras de celulose.

Além dessas mudanças geradas nas condições de trabalho, bem como na forma de organização das famílias, de acordo com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (2009), uma das principais críticas em relação ao cultivo do eucalipto tem se dado na área ambiental por se tratar de uma espécie exótica, piorar o déficit hídrico, reduzir a fertilidade e o Ph do solo, afugentar a fauna, e o fato de que as plantações formam um grande latifúndio e monocultura.

No município de Belo Oriente percebe-se que em relação à dinâmica de ocupação do solo, houve um aumento considerável de áreas de matas e florestas plantadas devido especialmente ao cultivo do eucalipto. Essas áreas de matas e florestas plantadas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

– IBGE, citado por Martins (2006), avançou de 32.436ha em 1970 para 19.426ha, em 1996, o que demonstrou um aumento de 33,4% dessa. Em contrapartida, uma diminuição expressiva na área de pastagens de 56,9%, e de lavouras permanentes e temporárias de 72,7%. Grande parte dessa redução deveu-se, segundo a autora ao fato de que os pequenos produtores tiveram que aos poucos ceder suas terras à monocultura e foram procurar trabalho na cidade.

Nesse sentido, a monocultura do eucalipto, dentre outras conseqüências, gera não somente a expulsão de populações tradicionais de suas terras, com profundas alterações da estrutura fundiária, mas também a ocupação de áreas coletivas por empresas privadas com a limitação de acesso e uso das terras, o que por conseqüência agrava as condições alimentares das populações vizinhas de cultivo de eucalipto (MINAS GERAIS, 2008). Além das conseqüências já mencionadas, é importante ainda frisar os impactos que têm sido causados também pelo fato de que há um crescimento desordenado dos centros urbanos em decorrência da migração rural.

Tais informações são confirmadas nos cadastros socioeconômicos realizados pelo Setor de Serviço Social da Prefeitura Municipal de Belo Oriente, nos anos de 2007 e 2008, tendo em vista que a grande maioria dos usuários que procuram o serviço não é natural do município de Belo Oriente, ou seja, muitos relatam que vieram de zonas rurais de diversas cidades de Minas Gerais e até de outros Estados, alguns de outras cidades da região do Vale do Rio Doce, ou mesmo da zona rural de Belo Oriente, uma vez que venderam suas terras onde antes seus pais ou avós plantavam e mantinham suas famílias, para procurarem empregos nas empresas privadas da região, tanto na Celulose Nipo-brasileira – CENIBRA, sediada no município de Belo Oriente, quanto na USIMINAS, sediada em Ipatinga – MG ou mesmo na ACESITA, em Timóteo - MG.

Em Belo Oriente, “na área de agricultura, o plantio que ainda prevalece é o da cana-de-açúcar, que serve principalmente para produção de água ardente e para alimentação do gado” (MARTINS, 2006:46). Segundo a maioria dos pequenos produtores, a que se tem contato, quando os mesmos procuram pelo Setor de Serviço Social do município, o que foi possível constatar é um desânimo muito grande em relação ao plantio para subsistência, é comum os seguintes depoimentos: “o que eu planto é muito pouco, quase não mexo mais com isso, não compensa mais plantar”.

A grande maioria dos moradores que são produtores destaca que faltam recursos financeiros, as estradas da zona rural estão em péssimas condições e falta mão-de-obra, e mesmo quando ela existe é muito cara para o produtor que não tem condições de pagar. Para agravar ainda mais a situação, os filhos dos produtores, especialmente os maiores de 18 anos, não ficam nas propriedades para ajudar os pais com a agricultura de subsistência, pois vão para a cidade em busca de qualificação e emprego na indústria.

Ainda em relação aos impactos negativos²⁶ causados pelo cultivo da monocultura do eucalipto, em Minas Gerais (2008) é possível encontrar referências à biodiversidade onde há um empobrecimento biológico devido à substituição de florestas nativas (Cerrado e Mata Atlântica) pela monocultura de eucalipto, além do desrespeito às áreas de preservação permanente e de reservas legais. Essa substituição das florestas nativas faz com que várias espécies de pássaros e animais próprios da mata nativa acabem desaparecendo porque não encontram na monocultura as condições propícias para sua sobrevivência.

Outro elemento é o impacto causado à água e ao solo, sendo que os principais são: a erosão, soterramento de nascentes e alterações nos níveis dos lençóis freáticos por manejo inadequado do solo, a contaminação da água e do solo pelo uso de fertilizantes e defensivos agrícolas (MINAS GERAIS, 2008). Nos relatos das famílias entrevistadas muitas vezes foram feitas afirmações de que a água no município não é de boa qualidade para ingestão, ou seja, eles afirmam que a água não é tratada e que constantemente, se usada de maneira inadequada, sem filtrar ou ferver, causa náuseas e diarreias. Algumas famílias chegam a afirmar que esse fato se deve ao alto índice de uso de fertilizantes e defensivos agrícolas tóxicos, que são aplicados no solo constantemente para combater as pragas existentes nas plantações de eucaliptos.

Agregado ao fato da água não ser própria para o consumo é comum os relatos dos moradores de que o cultivo da monocultura do eucalipto tem secado as

²⁶ É possível encontrar também o ponto de vista daqueles que defendem o plantio do eucalipto argumentando sobre sua importância para o setor na economia do país, com geração de empregos e desenvolvimento para os estados e municípios, tendo em vista que geram impostos, principalmente. Entidades do setor de silvicultura garantem que os problemas apresentados no cultivo do eucalipto já foram superados, com a introdução de novas tecnologias e na evolução no gerenciamento florestal pela adoção de novas regras para o cultivo, formalização do emprego e assistência ao trabalhador (MINAS GERAIS, 2008).

nascentes e lagos existentes na região pelo alto consumo de água. Os relatos em geral são de que, “antes tinha muita água na região, mas hoje até as lagoas estão secando, e peixes já foram encontrados em grandes proporções, mas atualmente eles estão sumindo.”

Por fim, Martins (2006) afirma que hoje existem mais de 250 companhias de polpa e papel em todo o país, sendo o total da área plantada com eucaliptos ao redor de três milhões de hectares e afirma que se encerra, em verdade, uma situação paradoxal já que, em geral, as empresas de papel e celulose não são capazes de gerar uma cadeia produtiva junto a si, espraiando benefícios econômicos e sociais para além da unidade fabril. Assim, ao lado de um núcleo competitivo, formada pela unidade fabril, as empresas de papel e celulose, sustentam-se sobre condições ruins de trabalho e de vida gerados por elas próprias. Sem proposta efetiva de desenvolvimento para a região em que se localizam as empresas de papel e celulose não se responsabilizam pelos resultados negativos provocados na área próxima ao empreendimento, tendendo a caracterizá-los como acidentes de percurso.

4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DE BELO ORIENTE.

Neste capítulo serão abordadas as perspectivas para a garantia de direitos, perpassando brevemente, pelo contexto de surgimento das políticas sociais no Brasil, para posteriormente abordar as possibilidades de efetivação de políticas sociais no município de Belo Oriente. Nessa discussão inicia-se por contextualizar o município, lócus deste estudo, bem como a particularidade da organização da assistência social no mesmo. Analisa-se ainda, com base na pesquisa realizada com os moradores do município, usuários dos serviços de assistência social, os parâmetros históricos, políticos e metodológicos que perpassam o processo de efetivação dos direitos sociais no município, destacando os limites, possibilidades, bem como os desafios em um contexto de alianças entre o latifúndio e o capital.

4.1 Políticas Sociais e Direitos Sociais.

A herança ibérica do município como unidade autônoma é um dos marcantes legados coloniais à organização sócio-espacial do Brasil. A força legisladora das casas de câmara na tradição municipal, em permanente choque com o patrimonialismo centrado na posse das terras, teve papel fundamental na estruturação do Estado brasileiro.

De acordo com Yazbek (2008), estudos sobre as políticas sociais, particularmente na periferia capitalista (Behring e Boschetti, 2006; Sposati, 1988; Vieira, 1983 e 2004;) apontam que elas são estruturalmente condicionadas pelas características políticas e econômicas do Estado e de um modo geral expressam as contradições inerentes ao sistema capitalista de produção.

Desse modo,

(...) as políticas sociais públicas só podem ser pensadas politicamente, sempre referidas a relações sociais concretas e como parte das respostas que o Estado oferece às expressões da “questão social”, situando-se no confronto de interesses de grupos e classes sociais. (YAZBEK, 2008, p.04).

A política social pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental, entre outros. É nesse sentido que as políticas públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado.

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas. (NETTO, 1992, p.21),

Dessa forma, o Estado assume funções econômicas que direta e indiretamente garantem os superlucros dos monopólios. Ainda de acordo com Netto (1992) as funções econômicas diretas estão relacionadas à administração dos setores básicos não rentáveis, fornecendo materiais fundamentais para a produção a baixo custo, responsabilização de empresas capitalistas em dificuldades, significando a socialização das perdas; a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado.

As funções indiretas dizem respeito às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, garantindo a valorização do capital excedente, configurando-se num mix produzido socialmente, destinado à produção dos monopólios e reprodução da força de trabalho.

A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno estratégico, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazo; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise. (NETTO, 1992, p.22).

Sendo assim, o Estado reproduz a lógica capitalista integrando os aparatos privados dos monopólios com as instituições estatais. E a administração dos ciclos de crise é realizada através da garantia de reprodução e manutenção da força de trabalho e o favorecimento das condições para a acumulação e valorização do capital monopolista. “O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das

suas finalidades econômicas, o comitê executivo da burguesia monopolista.” (NETTO, 1992, p.22)

A institucionalidade do Estado burguês na fase monopólica e das políticas sociais está vinculada à reprodução ampliada do capital, ou seja, ainda que sejam atendidas algumas reivindicações dos trabalhadores, a sua lógica fundamental é contribuir para o controle da tendência de queda dos lucros e garantia do consumo.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da questão social, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. (NETTO, 1992, p.26).

Vale ressaltar que as políticas sociais e a legislação social que emerge em torno destas estão voltadas à manutenção da ordem social vigente e que o Estado dominante burguês ardilosamente insiste em transformar exclusivamente em concessão, negando assim, o caráter contraditório existente neste espaço, ou seja, se por um lado as políticas sociais atendem ao interesse do capital, possibilitando a manutenção da acumulação capitalista, por outro, são também o resultado histórico da luta de classes, sendo transferidas para o interior das políticas sociais, contradições existentes na sociedade capitalista.

Conforme Netto (1992), a principal funcionalidade das políticas sociais do Estado burguês no capitalismo monopolista é a preservação e o controle da força de trabalho e, sincronizadas na orientação econômico-social, asseguram as condições apropriadas ao desenvolvimento monopólico.

De acordo com Vieira (2007), as políticas sociais aparecem no capitalismo construídas a partir de mobilizações operacionais, durante as revoluções industriais. São entendidas como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais e somente pôde existir com a efervescência dos movimentos populares. No entanto, antes de ser uma estratégia governamental, é referente a um contexto de reivindicações trabalhistas, uma vez que não se podem compreender as políticas sociais sem se referir a questão do desenvolvimento econômico.

No Brasil, de acordo com Behring e Boschetti (2006), a formação do capitalismo²⁷ deu-se de forma particularizada, uma vez que aqui as relações tipicamente capitalistas se desenvolveram de forma bem diferente dos países de capitalismo central.

De acordo com Behring e Boschetti (2006) não houve um Estado de Bem-Estar Social – um modelo de proteção social com ações e políticas de caráter universal, desenvolvido pelos países centrais após a Segunda Guerra Mundial – uma vez que as medidas adotadas pelo Estado brasileiro²⁸ eram fragmentadas, residuais, que excluía a maioria da população.

As políticas sociais no Brasil surgem no governo de Vargas – 1937 a 1945 - num contexto em que o governo buscou integrar o mercado interno e desenvolver a industrialização mantendo, concomitante, uma economia baseada na exportação de produtos agrícolas, sem estagnar o processo de dependência dos países industrializados.

De acordo com Santos (1979), nesse contexto de criação das políticas sociais, percebe-se implicitamente o caráter de cidadania regulada, uma vez que eram considerados cidadãos somente aqueles que se encontravam entre as ocupações reconhecidas e definidas em lei²⁹.

A cidadania era compreendida tomando como base três eixos: a regulamentação das profissões, a carteira de trabalho e o sindicato. Com relação à carteira de trabalho é bom salientar que a mesma representava um instrumento jurídico que comprova o contrato entre o Estado e a cidadania regulada.

De acordo com Couto (2008) o governo de Juscelino Kubstisheck – JK (1955–1960) buscou um governo pautado no nacionalismo desenvolvimentista, ou seja, no

²⁷ De acordo com Coutinho (1988), em relação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil é importante ressaltar que a grande propriedade fundiária transformou-se em empresa capitalista agrária e com a internacionalização do mercado, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social, ou seja, no Brasil, a passagem para o capitalismo se deu através de uma revolução passiva. Dessa forma percebe-se que a burguesia no Brasil tem suas raízes no poder oligárquico e este se renovou perante os interesses industriais e financeiros.

²⁸ De acordo com Behring e Boschetti (2006:73) “(...) o Estado é visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado”. Desse modo entende-se que o Estado brasileiro já nasce mediante os interesses capitalistas e não como uma unidade nacional em consonância com os interesses da população.

²⁹ De acordo com Santos (1979), o Decreto 22.132, de 25 de novembro de 1932 preconiza que somente os trabalhadores cuja ocupação estivesse reconhecida por lei e que pudesse estar registrado num sindicato tinham o direito de apresentar queixas trabalhistas às Juntas de Conciliação e Julgamento.

incentivo ao desenvolvimento industrial do país. O Plano de Metas foi o instrumento estratégico de planejamento que orientava as questões no âmbito político, econômico e social para o desenvolvimento do Brasil.

O Plano de Metas previa altos investimentos em infra-estrutura, sendo que as áreas prioritárias foram a energia, o transporte, indústrias básicas, alimentação e educação. O Plano possibilitou ao governo priorizar a abertura econômica do país para o investimento externo, bem como para o processo acelerado de industrialização. No entanto, a preocupação com as políticas sociais ficou em segundo plano, ou nem isso, haja vista que o teor social presente neste governo refere-se apenas à formação profissional para o desenvolvimento da indústria. Nesse sentido, o Plano de Metas adotado pelo governo visava o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social.

No contexto da Ditadura Militar, as políticas sociais, de acordo com Behring e Boshetti (2006), foram marcadas pela intensa institucionalização da previdência, da saúde e, com muito menor importância, da assistência social. Um exemplo deste modelo foi a unificação, uniformização e centralização da Previdência Social ao Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, em 1966.

Em 1974, de acordo com Behring e Boschetti (2006), começam a transparecer as primeiras fissuras e sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime, em função dos impactos da economia internacional, restringindo o fluxo de capitais e também dos limites internos. Os anos que se seguem serão marcados pela abertura lenta e gradual do regime, num processo de transição para a democracia que irá condicionar a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais.

Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição Federal de 1988. Nesse período houve uma redefinição das regras políticas do jogo, a qual segundo as autoras direcionou-se em sentido da retomada do Estado democrático de direito. A Constituinte tornou-se uma arena de disputas e de esperança de mudanças para os trabalhadores e movimentos sociais. A ação dessas categorias interferiu na agenda política ao longo dos anos 1980 e pautaram alguns eixos da Constituinte, a exemplo da reafirmação das liberdades democráticas, impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais.

O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil, as propostas de construção de um Ministério da Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotadas, dentre outras, a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica. (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p.75).

Os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais para o Brasil se depararam com uma espécie de híbrido entre velho e novo, uma Constituição pragmática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares.

No caso das políticas sociais, apesar dos avanços inscritos no texto constitucional, também houve orientações que deram sustentação ao conservantismo. Exemplo desta situação é a convivência entre universalização e seletividade, bem como o suporte legal ao setor privado, em que pese a caracterização do dever do Estado para algumas políticas.

Na década de 1990, o presidente eleito, Fernando Collor de Melo assume o poder (1990 – 1992) e suas reformas vieram na contramão aos direitos regulamentados na Constituição Federal de 1988, uma vez que ao adotar o ideário neoliberal³⁰, observa-se um agravamento das expressões da questão social, como um agravamento da desigualdade, o trabalho precarizado, regulamentações trabalhistas flexíveis, a vulnerabilidade social, dentre outros.

De acordo com Netto (2003), o governo Collor foi mais um caso de polícia do que de política, haja vista que o mesmo “... desorganizou o Estado e tornou intolerável a corrupção, algo escancarado”.

Observa-se que a partir da década de 1990 o neoliberalismo dissemina-se e se desenvolve sob as bases de criação de uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil. O Estado se retrai dos investimentos na área social – políticas sociais – justificando tal situação a partir de uma crise estatal e econômica. Nesse

³⁰ De acordo com Abreu (1997), o projeto neoliberal trata-se de um conjunto de exigências que submete os Estados capitalistas à dinâmica da globalização, transferindo as responsabilidades e as decisões do Estado para o mercado, da esfera pública para a iniciativa privada, da soberania da nação para a ordem social capitalista dominante no cenário mundial. (sugiro levar essa nota para a primeira vez que citar algo sobre o neoliberalismo, nos capítulos anteriores).

contexto, as políticas sociais são cada vez mais precarizadas, tornando-se mais focalizadas e seletistas.

Segundo Yamamoto (2001), além das precarizações das políticas sociais regulamentadas na Constituição Federal de 1988, outras consequências do ajuste neoliberal são: o desemprego, o emprego informal, a desregulamentação das leis trabalhistas, dentre outras. Assim, na atualidade a questão social ganha outra roupagem por causa da complexificação da globalização e da tecnologia, porém, a base da questão social continua sendo a contradição entre capital e trabalho.

As medidas para enfrentamento da questão social no Brasil dão-se de forma a atualizar a articulação “assistência focalizada/repressão”, através do caráter repressivo do Estado em detrimento da consolidação de um regime democrático. E tais medidas estão numa perspectiva de atribuir ao indivíduo a responsabilidade por sua situação. Nesta perspectiva ao analisar os problemas sociais como problemas individuais perde-se a dimensão coletiva, isentando o fato de a sociedade estar dividida em classes sociais, onde predomina a desigualdade social entre estas classes.

De acordo com Sader (2004), a diminuição dos recursos destinados pelo Estado para as políticas sociais e a consequente expansão dos serviços privados – planos de saúde privados, segurança privada, escolas privadas, fundos privados de pensão, transporte privado, e outros – dificultam o acesso da população aos bens e serviços garantidos constitucionalmente enquanto direitos.

Assim, os “mercados” na atual hegemonia do capital financeiro, ocupam um lugar central: o de regulamentadores das relações sociais. Tais mercados não conhecem direitos e se expandem à medida que o Estado retrai e os direitos sofrem os mais terríveis desmontes.

Quando se tem uma sociedade em que a maioria não tem sequer emprego formal, a cidadania é um direito restrito. Porque cidadão significa sujeito de direitos. Se a maioria não tem uma relação formal de trabalho com os direitos correspondentes, não é um cidadão. É um indivíduo, mas não existe para o Estado porque não é cidadão. (SADER, 2004, p.9).

Nesse sentido, ao contrário do que vem acontecendo no Brasil, para Vieira citado por Yazbek (2008), as formas de governo e de organização do Estado devem expressar nas suas políticas sociais, o reconhecimento de direitos, da cidadania e da justiça. Nesse sentido, afirma que a política social sem justiça e sem direitos não

passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto. Complementa: “na realidade, não existe direito sem sua realização. Do contrário, os direitos e a política social continuarão presa da letra da lei irrealizada”.

No entanto, segundo Santos (2007, p.15),

O progresso material obtido nestes últimos anos no Brasil teve como base a aceitação extrema de uma racionalidade econômica exercida pelas firmas mais poderosas, estrangeiras ou nacionais, e o uso extremo da força e do poder do Estado na criação de condições gerais de produção propícias à forma de crescimento adotada.

Essas condições gerais não se restringiram apenas à criação de infra-estruturas e sistemas de engenharia adequados, mas chegava à formulação de condições políticas que assegurassem o êxito mais retumbante à conjunção de esforços públicos e privados, no sentido de ver o país avançando, para a forma superior de capitalismo.

A noção de direitos políticos e de direitos individuais teve que ser desrespeitada, se não freqüentemente pisoteada e anulada. Sem esses pré-requisitos, seria impossível manter como pobres milhões de brasileiros, cuja pobreza viria de fato a ser criada pelo modelo econômico anunciado como redentor. (SANTOS, 2007, p.15).

De acordo com o autor, os modelos políticos e cívicos foram instrumentais ao modelo econômico. E complementa que as esperanças com que a economia acenava para as massas eram muito sedutoras e estas massas cada vez mais eram despertadas para a necessidade e o interesse do consumo e não para o exercício da cidadania, que era cada vez mais amputada.

Nessas condições, deve-se falar de um modelo cívico-territorial, a organização e a gestão do espaço sendo instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, isto é, tendente à atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada indivíduo.

A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e cultura. Ambos têm que com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território, tal como ele atualmente é, que a

cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade. (SANTOS, 2007, p.18).

Nas análises do autor em relação à cidadania o indivíduo quando nasce já está revestido de vários direitos inalienáveis, apenas por ingressar na sociedade humana. É preciso entender, portanto que,

O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância. (SANTOS, 2007, p.19).

No entanto, Santos (2007) afirma que existem várias tipologias de formas de vida não-cidadãs, desde a retirada, direta ou indireta, dos direitos civis à maioria da população, às formulas eleitorais engendradas para enviesar a manifestação da vontade popular, ao abandono de cada um a sua própria sorte. E acrescenta a essa afirmação a constatação de que,

As burocracias, estilo brasileiro, nos tratam como se fossemos objetos, desde a filosofia do emprego as exclusões consagradas. O Brasil inscreve na Constituição Federal de 1988 que o trabalho é um direito e a assistência social prerrogativa de todos. Mas institui, ao mesmo tempo, o não-trabalho, por meio da falácia do FGTS, que encoraja a rotatividade e consagra a não-assistência. (SANTOS, 2007, p.32).

De acordo com Ramos (2005, p.129),

É no espaço municipal que essa desigualdade se mostra em toda a sua agudeza, impondo aos governos municipais uma tomada de posição na busca de respostas plausíveis, na medida em que a função que lhes cabe, dentro do processo ampliado de produção social, está fundamentalmente relacionada às condições gerais da reprodução da força de trabalho.

O poder local na sociedade contemporânea, precisa ser referenciado à constituição e processualidade do espaço urbano que, nos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo, sofre suas determinações. Esse espaço urbano, configurado dentro de uma perspectiva de totalidade, se insere como realidade histórica - econômica social e política, no processo ampliado de produção social, incluindo estruturas e processualidades do processo de produção imediata e dos

demais momentos daquele processo, participando dos ciclos da metamorfose do capital, inclusive, embora não tão-somente, mas de forma fundamental do processo de reprodução da força de trabalho e de sua luta por meios de consumo coletivo.

Em relação à implementação de políticas urbanas, por iniciativa do poder público, a autora afirma que,

Ela está relacionada às estratégias do capital em face da sua sobre- acumulação e da tendência à queda da taxa de extração do lucro, com impactos nas estruturas do poder local e na vida dos habitantes das cidades. No estágio atual do desenvolvimento do capitalismo, a cidade sofre os efeitos da reestruturação produtiva e dos processos de mundialização do capital, no esforço empreendido pelo grande capital de manter crescente a extração do excedente, a reprodução do próprio capital, segundo a sua lógica particular. (RAMOS, 2005, p.131).

Nesse sentido, Lojkin citado por Ramos (2005) afirma que quanto aos efeitos da mundialização do capital nas políticas urbanas é necessário primeiro distinguir seu conteúdo ideológico - que naturaliza um processo histórico que não tem nada de irreversível - chamada por alguns de modernização, da mutação real, que indica um acontecimento que é a passagem da revolução industrial para a revolução informacional. Nesse sentido, afirma que há um perigo de os poderes públicos se submeterem à uma modernização cega, sem levar em conta as novas e possíveis alternativas engendradas pela revolução informacional.

Para Ramos (2005), o governo municipal está colocado no centro das contradições quando têm que adotar políticas urbanas de gestão dos serviços públicos, tais como rede de água, transportes coletivos, tratamento de lixo e dejetos, saúde pública, rede elétrica. Opondo-se, de um lado, às estratégias dos grandes grupos mundiais que querem se apossar desses novos mercados dos serviços urbanos e de outro, às das populações urbanas usuárias que buscam qualidade de serviços e acesso igual para todos, enquanto as classes médias são atendidas por um serviço privado privilegiado, as classes populares, como no Brasil, com grandes desigualdades sociais, procuram simplesmente um serviço gratuito ou quase gratuito.

Nesse sentido, de acordo com Costa (2005), na região de Belo Oriente, a implantação da CENIBRA constitui um fato gerador de grande dinamismo regional, do ponto de vista da produção do espaço e da distribuição da população. Nova frente de expansão industrial do Vale do Aço, ela faz surgir novas formas de

urbanização na região, condicionando a dinâmica espacial e demográfica de sua área de influência. Portanto, lança-se o desafio ao governo municipal, que precisa acompanhar esse dinamismo, adotando políticas públicas que deem à população a garantia de serviços de qualidade.

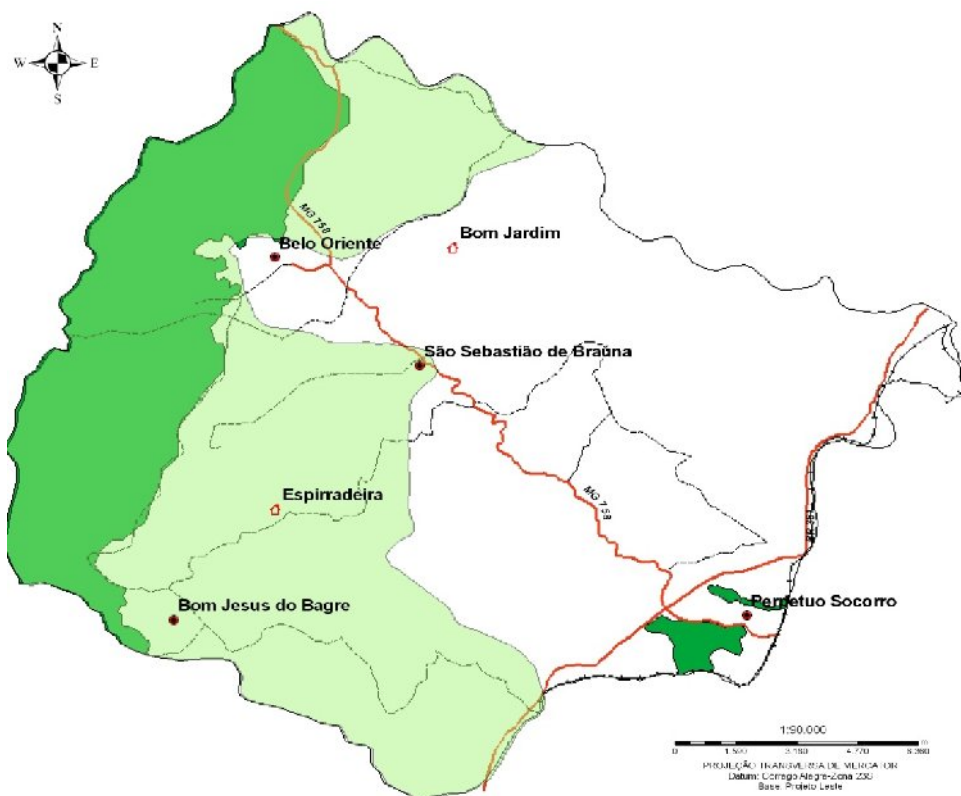
No entanto, de acordo com Monte-Mór e outros (1997), no caso específico de Belo Oriente, além da indústria, o poder local³¹ esteve tradicionalmente ligado aos proprietários fundiários, que em muito se beneficiaram das generosas obras públicas de apoio à produção - sistema viário, principalmente - que contribuíram para estender a outras partes da cidade a aparência de modernidade típica de sua porção planejada.

Segundo Corrêa (1995), os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente quando pretendem adquirir o lucro comercial sobre as terras. Nesse sentido, os proprietários fundiários podem exercer pressão sobre o Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Exemplo desses processos nos quais o poder público local pode favorecer os proprietários fundiários são geralmente os investimento em infraestrutura, especialmente a viária, favorecem não somente a valorização das terras, mas também, no caso específico da CENIBRA, o transporte da matéria-prima, ou seja, do eucalipto, até a fábrica da empresa.

4.2 As Políticas Sociais: O caso de Belo Oriente

O público do estudo compreendeu a população usuária do Serviço Social do distrito de Perpétuo Socorro, todos moradores deste distrito que pertence ao município de Belo Oriente, às margens do Rio Doce e da Rodovia BR 381, na microrregião do Vale do Aço, há 253 km da capital mineira, Belo Horizonte.

³¹ Em Belo Oriente, o que aqui se denomina de poder local está relacionado ao representante do poder público municipal, que desde a emancipação do município tem sido representado pelos grandes coronéis e fazendeiros que estão inseridos nos processos políticos locais.



Mapa 7: Localização do distrito de Perpétuo Socorro, no município de Belo Oriente.

Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Belo Oriente, 2006.

O desenvolvimento das entrevistas foi estrategicamente definido no distrito de Perpétuo Socorro, tendo em vista que a população residente no distrito, em sua grande maioria é conhecedora do processo de implantação da CENIBRA na região e também porque vem vivenciando todas as transformações políticas, sociais e econômicas trazidas pelo chamado progresso econômico na região.

A coleta de informações deu-se a partir de entrevistas com questionários de pesquisa, bem como a partir de pesquisas em profundidade, aplicadas durante as visitas nas residências de moradores, especialmente os mais antigos, com vistas a apreender os aspectos mais relevantes de sua história de vida, bem como a percepção acerca das transformações ocorridas no município desde então. Ao todo foram entrevistadas cerca de cinquenta famílias, sendo que dentre as famílias, a maioria dos entrevistados são moradores do distrito há pelo menos 30 (vinte) anos.

Além das entrevistas e da pesquisa em profundidade, foram utilizadas também informações retiradas de um levantamento socioeconômico e habitacional realizado pelo setor de serviço social do município durante os anos de 2007 e 2008, o qual possibilitou acesso a diversas informações relativas não somente às

condições de vida da população, mas também sobre suas percepções acerca das transformações ocorridas no município, especialmente nos últimos trinta a quarenta anos.

As informações coletadas possibilitaram uma análise da realidade social, política e econômica do município. O objetivo principal foi verificar a percepção dos mesmos em relação às mudanças ocorridas no município especialmente a partir da instalação da CENIBRA, na década de 1970, transformações estas relacionadas aos impactos da instalação da mesma na organização do território, bem como, o papel do poder público local com relação à implantação de políticas públicas, especialmente de Assistência Social, com vistas a garantir os direitos da população.

4.2.1 Propriedade e Trabalho.

O padrão de ocupação fundiária em Belo Oriente, caracteriza-se pela coexistência de grandes estabelecimentos agrícolas pertencentes à CENIBRA e de pequenas propriedades rurais com baixa produtividade agrícola.

Dados do censo demográfico de 1995/1996 indicam que em 1970 o município contava com um total de 334 estabelecimentos rurais, ocupando uma área total de 29.786ha. Em 1995, o município contava com um total de 353 estabelecimentos rurais, ocupando uma área total média de 19.425ha. Pode-se inferir que ao longo desses vinte e cinco anos, ocorreu uma diminuição da área total média cultivada pelos estabelecimentos, provocada provavelmente pela expansão da urbanização da cidade, bem como pelo aumento das áreas de plantio de eucalipto pela empresa.

Conforme já mencionado anteriormente, desde a década de 1960³² o Estado brasileiro imprimiu forte apoio financeiro, institucional, creditício e legal, tanto para a área industrial, quanto florestal. Além disso, de acordo com Faillace (1996), houve a expulsão da população originalmente sediada nestas áreas, fornecimento de subsídio em energia e a ineficiência da fiscalização quanto ao controle ambiental.

³² De acordo com Faillace (1996), na década de 1960, foram criados três mecanismos de incentivos na área florestal: uma nova política florestal alicerçada em uma tríade (a Lei 5106/1966, o Código Florestal de 1965 e o IDBF de 1967), que permitiu o aumento da área plantada, o financiamento subsidiado às unidades industriais com escalas mínimas crescentes de produção e a pesquisa pública.

Em Belo Oriente a instalação da CENIBRA no período das décadas de 1960 a 1970 reflete exatamente as características deste período, ou seja, a empresa adquiriu grandes proporções de terras, o que ocasionou a expulsão de pequenos produtores e proprietários da região, aprofundou o latifúndio, dentre outros. Relatos dos moradores indicam que nesse período houve muitas alianças entre o poder público local e a empresa.

Nesse sentido, um pequeno proprietário da região relatou que,

Desde antes da instalação da CENIBRA, a Companhia Vale do Rio Doce já havia tomado posse de muitas terras aqui na região. Com a chegada da empresa a situação se agravou, pois hoje quase não existem mais os pequenos produtores, e aqueles que existem estão plantando eucalipto em suas propriedades para vender para a própria empresa. Aqueles que venderam suas propriedades, ou mesmo foram expulsos de suas terras, hoje vivem na cidade em busca de trabalho, juntamente com seus filhos. Muitos deles foram para a cidade em busca de trabalho na própria CENIBRA, mas hoje sobrevivem no “trecho”, ou melhor, buscam emprego em outras cidades, e até outros Estados do Brasil.

Sobre essa questão de trabalho, os moradores de Belo Oriente afirmam que sua mão-de-obra não é absorvida pela empresa. Cerca de 90% dos moradores com os quais conversamos não exercem qualquer atividade na área da CENIBRA. Esse índice melhora um pouco quando se trata das empreiteiras que prestam serviços na área da empresa, pois cerca de 40% deles exercem ou tem os filhos exercendo alguma atividade nas empreiteiras da CENIBRA.

Os relatos dos moradores dão a dimensão desta situação,

Eu sou viúva e tenho três filhos, uma moça e dois rapazes. A moça já casou e mora em Ipatinga, e os rapazes estão no “trecho”, porque eles não acham trabalho aqui, então tem que sair para outras cidades. Eles estão no Rio de Janeiro, e vêm às vezes de seis em seis meses. Eu fico sozinha esperando eles virem passear ou votarem quando a obra acaba, porque não é emprego fixo, é por um tempo.

Uma senhora, que veio ao serviço social solicitar uma “ajuda” para reformar sua casa que está caindo, relatou,

Eu sou aposentada, mas meu marido não é, porque não pagou o INSS e ainda não tem direito na aposentadoria. Ele tem 62 anos e trabalha numa empreiteira aqui da cidade que trabalha cortando e tombando eucalipto. Ele acorda 5 horas da manhã, e às vezes chega em casa as 8 horas da noite. O pior é o salário, com os descontos não chega a 400,00, e se ele não trabalhar, o meu salário não dá nem para comprar os remédios que eu

preciso.” Eu tento ajudar ele, porque tenho muita dó. Às vezes ele chega em casa com a mão toda machucada de calo, porque mesmo com a luva ele usa o facão para roçar o dia todo, e carrega madeira pesada.

Em Belo Oriente acontece situações bem específicas das cidades com grandes empresas instaladas em seu território, ou seja, à medida que muitos moradores do município saem para procurar trabalho em outras cidades e estados, especialmente por causa dos salários que são melhores, contraditoriamente, em tempo de obras e expansões da CENIBRA muitos trabalhadores veem de toda parte do país para trabalhar temporariamente na região.

Há ainda no município um alto índice de desemprego, o que contribui para o alto índice de pobreza da cidade, sendo que cerca de 43% do município estavam em situação de pobreza, em 2000, conforme mostram os dados da tabela abaixo.. É grande o índice de famílias que sobrevivem com a aposentadoria dos idosos, que em sua maioria permanecem na cidade, enquanto os filhos e netos procuram trabalho em outras regiões.

A tabela abaixo apresenta dados econômicos do município e demonstra a variação entre 1991 e 2000 do seu índice de pobreza.

TABELA II – DADOS ECONÔMICOS EM BELO ORIENTE – MG.

| Dados Econômicos | 1991 | 2000 |
|--------------------------|--------|--------|
| % de indigentes | 26,25% | 17,08% |
| % de crianças indigentes | 36,26% | 23,30% |
| % de pobres | 57,94% | 43,16% |
| % de crianças pobres | 67,55% | 56,61% |
| Intensidade de pobreza | 45,44% | 43,91% |

Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE.

Esses dados apresentados pelo IBGE são confirmados pelo Setor de Serviço Social da Prefeitura Municipal de Belo Oriente, que através de um levantamento socioeconômico, detectou exatamente que atualmente cerca de 41% das famílias do município são pobres. São famílias que sobrevivem exclusivamente dos rendimentos

do Programa Bolsa Família³³ do Governo Federal e/ou dependem exclusivamente dos benefícios e serviços de Assistência Social do município para sobreviverem.

Os apontamentos de que a empresa não oferece trabalho na região são constantes nas falas dos entrevistados, que deixam claro a situação de extrema vulnerabilidade gerada especialmente pela falta do emprego.

Nesse sentido, segundo Monte-Mór e outros (1997, p.150),

Na Cenibra, a produção de celulose apresenta um quadro diferenciado. A demanda crescente no mercado internacional garantiu-lhe condições para se envolver em um plano de expansão que duplicará sua produção nos próximos anos. Entretanto, o aumento no número de empregos na planta industrial não corresponde, como esperado, ao aumento da produção, dado que a tecnologia (de ponta, no setor) da empresa é poupadora de mão-de-obra, além de apresentar significativas economias de escala nessa duplicação do volume de produção. Na área do reflorestamento por eucalipto, no entanto, que hoje já emprega um contingente três vezes superior à mão-de-obra industrial, a grande expansão da área plantada garantirá um aumento do emprego, dado o caráter mais rudimentar da tecnologia no setor. Paralelamente, um dos processos de transformação expressivos em curso na Cenibra refere-se à terceirização de atividades meio, através da contratação de pequenas e médias empresas prestadoras de serviços produtivos e de apoio, tanto no chão da fábrica quanto nas áreas de reflorestamento.

Nesse sentido, o que se observa é em grande parte que as promessas de emprego, às quais as grandes empresas se apegam em seus discursos de instalação, não se efetivam. O que ocorre é um desemprego crescente, pouca absorção de mão-de-obra e a precarização cada vez maior das condições de vida da população que reside no entorno da empresa.

A cidade torna-se uma “cidade dormitório”, pois sempre que há uma demanda mais crescente de mão-de-obra, trabalhadores de várias partes do país vêm para o município temporariamente, a dinâmica da cidade se altera, os aluguéis aumentam, pois faltam casas para serem alugadas, a infra-estrutura urbana fica completamente deteriorada, a exemplo das estradas, tendo em vista o grande número de veículos a mais que passam a circular pela cidade, e ainda diversos aspectos sociais são afetados, tais como o aumento no índice de gravidez entre as adolescentes,

³³ De acordo com Brasil (2004), O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 137,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Bolsa Família e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. O PBF integra o FOME ZERO que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população.

detectado pelo Conselho Tutelar local e o aumento da violência urbana, dentre outros.

De acordo com Santos (2007, p.89),

As relações atuais entre firmas e o poder público atribuem as empresas um poder de regulação da vida social. Cada vez mais, e a cada dia que passa, as empresas ditam normas, que são freqüentemente ainda mais rígidas do que as do poder público e as quais o cidadão não pode resistir, sob a pena de se ver paralisado ou tolhido em seu cotidiano.

A conclusão é de que não há trabalho para a população do município de Belo Oriente, na CENIBRA. Não há por parte da empresa qualquer movimento que demonstre a possibilidade de criar vínculos com a população local. A empresa busca a maior parte da mão-de-obra que necessita de outras cidades e sua única forma de relação com o município se dá através do imposto que paga pela utilização das terras para o plantio de eucalipto.

4.2.2 População de Belo Oriente e as políticas sociais locais

Pensar em acesso a políticas sociais nos remete a Santos (2007, p.144) que afirma “ser impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial”. Nesse sentido,

O valor do indivíduo depende do lugar em que ele está e que, deste modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante a bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe. Isto significa, em outras palavras, um arranjo territorial de bens e serviços, de que, conforme a sua hierarquia, os lugares sejam ponto de apoio, levando em conta a densidade demográfica e econômica da área e sua fluidez. Num território onde a localização dos serviços essenciais são deixados à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. (Santos, 2007, p.144).

O autor completa tal questão quando afirma que,

Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria dos brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens

e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro. (SANTOS, 2007, p.139).

No município de Belo Oriente, especialmente em Perpétuo Socorro, os moradores entrevistados, quando questionados em relação às políticas sociais e as principais mudanças observadas no município nos últimos 25 anos, responderam em sua maioria apontando para a questão da construção de estradas, asfalto, transporte, energia elétrica, comunicação, construção de escolas, médico e aumento do número de casas.

Todos os entrevistados ressaltaram pontos positivos, mas destacaram alguns pontos negativos, tais como a qualidade das estradas, onde ressaltaram que as estradas foram asfaltadas, mas o asfalto é de péssima qualidade e as ruas estão esburacadas. Outro elemento negativo citado por alguns entrevistados foi a questão da degradação do solo e da água, após a implantação da empresa, CENIBRA. Abaixo a fala de um usuário relata claramente tal afirmação,

Antigamente nós encontrávamos muita água, a lagoa aqui perto era cheia de peixe e bichos, hoje ela está secando e os animais estão sumindo. Tenho notícias que os poços de peixes de alguns criadores vêm secando com o tempo, e a água está secando.

Nas entrevistas é nítido o ponto de vista sobre a questão da infra-estrutura melhorou, ou seja, as estradas foram asfaltadas para facilitar o escoamento do eucalipto pela região. O transporte também melhorou, pois a empresa fornece ônibus para o transporte dos funcionários de outras cidades, e Vans para transportar os trabalhadores do próprio município. No entanto, nas falas evidencia-se também uma preocupação muito grande em relação ao solo, pois acredita-se que a água na região está diminuindo.

Em relação aos elementos destacados pela população, na área da saúde a maioria dos entrevistados tem uma concepção bastante restrita de saúde, sempre concebendo a importância do médico, sempre destacando que a ausência dos médicos tem afetado bastante a saúde da população. Uma moradora há mais de vinte anos no município expressou sua visão sobre a saúde da seguinte forma,

Aqui em Perpétuo Socorro os médicos só vem algumas vezes por semana, não tem médicos todos os dias, e às vezes tem que contar com vizinhos e

amigos para ir para Ipatinga procurar um médico, porque nem sempre eles estão presentes.

Em relação às condições dos serviços prestados, os usuários relatam que a estrutura de saúde do município é precária. Os atendimentos se restringem às consultas médicas e exames mais simples, encaminhamentos mais especializados devem ser procurados nas cidades médias mais próximas.

Em relação a essa questão um usuário relatou que,

Falta médico e remédio nos postos sempre, e a gente tem que comprar até material para fazer curativo, porque no posto não tem. Eu cobro do pessoal da Prefeitura e eles falam que vai chegar o material, mas isso acontece desde que eu moro aqui, sempre falta as coisas e eles prometem que vai melhorar e nada.

Teve uma época que só conseguia exames e consultas aqui se você fosse na Promotora, em Açucena, porque era tudo negado, e falavam que estava em falta de remédio nos postos. Como a gente não tem plano de saúde, depende dos remédios e médicos dos postos daqui.

No município de Belo Oriente, 100% (cem por cento) dos usuários que acessaram o serviço social relataram não possuir planos de saúde e utilizam o Sistema Único de Saúde – SUS. O índice de pessoas que sofrem de problemas relacionados à hipertensão é altíssimo, cerca de 75% dos usuários disseram sofrer desse problema e fazem controle através do Programa de Saúde da Família – PSF, nas Unidades de Saúde.

Nenhum usuário relatou ter qualquer acesso a tratamento de saúde com especialistas e nem relacionados a tratamentos odontológicos. A maioria relatou que não há por parte do poder público municipal atendimento relacionado ao tratamento odontológico, e nem nas escolas municipais, há ação voltada para as crianças, como as ações preventivas de aplicação de flúor, escovação e outros.

O índice de partos de adolescentes de idade entre 15 a 19 anos é alto, cerca de 35% dos jovens entrevistados declararam ter tido filhos na adolescência. Os mesmos relatam que não há no município qualquer programa nas Unidades de Saúde que faça orientações e acompanhamentos a esse tipo de demanda. Sobre essa questão, dados fornecidos pelo Conselho Tutelar do distrito de Perpétuo Socorro apontam a falta de ações, programas, projetos e serviços, que atendam aos adolescentes. As informações mostram o fato de que no município atualmente não há nenhum programa ou projeto destinado aos adolescentes no município.

Alguns relatos de moradores entrevistados demonstram como a saúde está organizada no município e como eles têm acessado os serviços. Uma senhora de aproximadamente 54 anos e um senhor de 61 anos quando perguntados se têm algum problema de saúde e onde eles buscam o tratamento para seus problemas de saúde, relataram o que segue,

Eu tenho problemas de coração. Eu não consigo os remédios no posto de saúde, são caros. Aí o que eu fiz, fui na casa do Prefeito, coloquei para ele o meu problema e disse que não tenho condições de comprar o remédio, ele é muito bom, sabe o que ele fez minha filha! Ele comprou o remédio para mim, e compra até hoje todo mês, o remédio custa R\$600,00 por mês, eu nem sei como pagar ele por isso.

Eu estou com problemas de depressão, e sou hipertensa, e me trato no PSF daqui mesmo, pego os remédios aqui. Só que não é sempre que tem médico na saúde mental, tem dia que eu vou lá e fico sabendo que o médico pediu conta e foi embora. Já teve época em que eu fiquei mais de seis meses sem consultar com psiquiatra, porque o município não contratou, e remédio é a mesma coisa, tem vez que não tem nenhum, aí tem que fazer conta na farmácia e comprar.

Desses depoimentos depreende-se que a maioria da população não tem acesso aos serviços e programas de saúde no município. Reclamam da precariedade, da falta de projetos, da falta de serviços de prevenção, acompanhamento e orientação e ainda deixam claro que muitas vezes não conseguem nem o básico para manutenção da saúde, como um simples exame ou medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Um dos fatores que geralmente estão relacionados à condição de saúde é o ambiente em que vive determinada população. Nesse sentido, no município de Belo Oriente, especialmente o distrito de Perpétuo Socorro, há uma particularidade em relação à situação de habitação. Houve no município um alto índice de crescimento populacional, agravado a partir da década de 1970, especialmente a partir da instalação de grandes empresas na região, tais como a USIMINAS, em Ipatinga, a ACESITA, em Timóteo e a CENIBRA em Belo Oriente.

Esse crescimento populacional veio acompanhado de muitos problemas relacionados à habitação. Muitas famílias que vinham em busca de trabalho nas empresas se instalavam em condições muito precárias, nas encostas dos morros, nas áreas consideradas de risco, em loteamentos invadidos e outros.

Esses fatores vêm gerando uma série de problemas no município, tendo em vista que em períodos de chuvas, os alagamentos e as fortes tempestades causam o desabrigamento de inúmeras famílias. Como não há, por parte do poder público local, políticas e programas para atender a essa população, as alternativas são paliativas, tais como: a Prefeitura Municipal paga aluguel temporariamente para os desabrigados, algumas famílias, devido à falta de alternativa por parte do poder público local, acabam se alojando ou pedem apoio nas casas de parentes, a vizinhos e outros.

O índice de moradores que vivem em área de risco é bastante alto, sendo que cerca de 45%³⁴ daqueles que procuram o Serviço Social apresentam tal situação e outros 20% moram em áreas de invasão, sem legalização e muitas vezes sem infraestrutura adequada.

Nesse sentido, quando nos remetemos à infra-estrutura há uma preocupação com as condições de saneamento e abastecimento de água. Constatou-se que o destino que é dado ao esgoto e ao lixo produzido no município tem uma relação direta com o local da moradia e o acesso aos serviços urbanos. A maior parte dos moradores das encostas, dos altos dos morros deixou claro que em suas casas não têm rede de esgoto e nem banheiros e que eles possuem fossas para depositar os detritos de esgoto.

O mais alarmante desta situação é que uma boa parte do esgoto que é canalizado pela prefeitura é destinado diretamente no Rio Doce sem nenhum tipo de tratamento, o que se mostra completamente inadequado, não somente às condições de saúde e habitação, mas também imprópria ao meio ambiente. Já o lixo produzido pela população cerca de 20% dos moradores enterra ou queima e os outros 80% é recolhido pela Prefeitura Municipal de Belo Oriente e levado para o aterro sanitário da cidade vizinha de Santana do Paraíso.

Outro fator preocupante está relacionado à questão da água, tendo em vista que a água no município não é tratada, ou seja, é considerada por muitos como imprópria para o consumo. Tem moradores que falam na contaminação do solo e da água pelos produtos químicos que a empresa CENIBRA aplica diariamente nas plantações de eucalipto. Um senhor relatou a situação da água da seguinte forma,

³⁴ Dado obtido a partir do levantamento socioeconômico e habitacional obtido pelo Serviço Social do município de Belo Oriente, nos anos de 2007 a 2008.

Nunca tivemos água tratada aqui, e tem gente que fala que essa água é contaminada, porque as nascentes estão contaminadas com os remédios, formicidas e inseticidas aplicados nos eucaliptos. O Prefeito tem que trazer a COPASA para o município, porque a água aqui é um problema sério.

A realidade no município hoje aponta para o fato de que na área urbana até 80% da água é tratada³⁵ pela própria Prefeitura Municipal de Belo Oriente e o restante das famílias possui cisternas ou poços artesianos, esses últimos em minoria. Nas áreas rurais do município há um predomínio de cisternas.

A situação da água, do esgoto e do lixo, no município favorece a população que o consome, o acúmulo de patógenos e a proliferação de doenças, advindas de insetos e roedores, tendo em vista, principalmente que a contaminação dos córregos que cortam a cidade contribui para não somente agravar as condições de saúde, mas também de moradias. Em época das chuvas, as enchentes são comuns e atingem as casas causando prejuízos materiais, bem como geram diversas doenças, que agravam a situação de saúde da população.

Depreende-se destas informações que a saúde no município está sendo tratada com descaso, uma vez que não somente falta estrutura para atendimento nas Unidades de Saúde, assim como faltam medicamentos, programas e projetos de prevenção e tratamento, como também falta comprometimento do poder público local com as condições de saúde da população.

E não é somente a saúde e a habitação que apresentam uma situação alarmante, a política de educação também preocupa, uma vez que embora os dados do Senso Demográfico do IBGE de 2000 demonstrem que entre 1970 e 2000, o índice dos moradores do município que não eram alfabetizados caiu de 51,99% em 1970 para 12,66% em 2000; mostra também que se em 1970, 38,64% possuía apenas de 1 a 3 anos de estudo, em 2000 esse índice também melhorou caindo para 22,27%, o que demonstra uma melhoria do nível de alfabetização da população, isso não é ainda considerado um grande avanço. A maioria da população que procura o serviço social declara ter concluído pelo menos o ensino fundamental, no entanto, é ainda pequeno o índice de pessoas que concluíram o ensino médio, de acordo com o senso de 2000, apenas 1,19% da população.

É importante destacar que embora o índice de analfabetismo tenha diminuído, ele ainda é considerado alto. No município, aumentou o número de escolas, mas os

³⁵ Essa informação foi obtida no setor de água e esgoto da Prefeitura Municipal de Belo Oriente, em 2008.

moradores reclamam da estrutura e do nível de ensino, pois acreditam que o ensino está muito precário. Entre os moradores destaca-se que os mais idosos ou com idade acima de 50 anos, o índice de analfabetismo é maior, os mais antigos reclamam que moravam na roça e que no município mesmo, há uns vinte anos atrás ir a escola era muito difícil.

Um morador ao ser questionado sobre o acesso à educação afirmou que,

Eu sou analfabeto, sabe! Na minha época, muito cedo os filhos trabalhavam na roça e ajudavam os pais, e naquele tempo os pais achavam que estudar era coisa para filho de rico, e que nós pobres temos que trabalhar para conseguir sustentar a família.

Nos últimos anos o poder público municipal começou a oferecer transporte gratuito para que as pessoas possam fazer o ensino superior na cidade vizinha, Ipatinga, pois no município não há estrutura que ofereça ensino superior de qualidade. Mesmo assim, considera-se que a estrutura educacional do município ainda é frágil e o acesso da população ao mesmo é bastante precário.

As falas dos moradores expressam claramente a condição educacional apontada,

Não estudei, morava na roça e só trabalhei e meus filhos, eles sim: eles estão no segundo grau. Alguns pararam antes de terminar, outras fizeram até o final. Hoje as moças estão aqui, desempregadas, mas os rapazes trabalham só que no “trecho” eles não conseguem trabalho aqui, só nas empreiteiras, mas o salário não compensa, é pouco.

Os meus filhos estudam em escola pública, aqui mesmo no município. Eles estão tendo o que não tive, porque morei na roça e não tive acesso a estudo. A minha filha mais velha, às vezes consegue trabalho de babá e é pouco, mas ajuda.

Estudei até a 2ª série, pois escola no meu tempo era muito difícil. Minhas filhas estudaram. Elas fizeram o segundo grau. Sonham com a faculdade, mas não tenho condições de ajudá-las, porque trabalho numa empreiteira da CENIBRA, aplicando remédio em eucalipto e ganho só salário mínimo.

De maneira geral, com base nas informações e depoimentos dos moradores, fica claro que embora atualmente os jovens tenham mais acesso à educação, sabe-se que a qualidade e a infra-estrutura não atendem às necessidades da população e que mesmo existindo uma empresa de Celulose no município, os jovens não têm acesso aos postos de trabalho por ela oferecidos. Sabe-se que a qualificação

técnica somente não garante a inclusão no trabalho, mas a falta da mesma viabiliza as dificuldades para que os moradores consigam se inserir no mercado de trabalho.

É importante observar que embora o índice de escolarização tenha apresentado uma melhora, especialmente entre os jovens, o acesso ao trabalho, nesse caso na CENIBRA, não aumentou o que deflagra uma situação bastante dicotômica, tendo em vista que a empresa afirma que não absorve a mão-de-obra local por falta de escolarização. No entanto, o que se vê é que cada vez mais os jovens têm melhorado o nível de escolarização, mas têm encontrado trabalho em outras cidades industriais de Minas Gerais ou até de outros Estados do Brasil, e não na CENIBRA.

A dura realidade social apresentada denota a gravidade da situação. Uma cidade de pequeno porte, sede de uma das maiores empresas exportadoras de celulose do Brasil e com uma renda per capita considerada alta, por causa dos impostos pagos pela CENIBRA, pelo uso das terras para o plantio de eucalipto, mas que apresenta um completo descaso e abandono do poder público no que se refere à implementação de políticas públicas e prestação de serviços à população.

As falas dos moradores demonstram que o poder local preocupa-se em grande parte em investir em políticas que propiciem condições favoráveis ao capital, tais como obras de infra-estrutura de estradas, transporte, mas que não favorecem diretamente a população. Percebe-se de fato que não há políticas públicas locais, não há garantia de direitos. Existem ações e serviços pulverizados, fragmentados e oferecidos de forma clientelista, com a intenção de manipular a população e garantir principalmente o voto e a submissão política dos moradores locais.

Exemplo deste descaso é a política de Assistência Social, proposta de discussão do próximo item e que no município não se efetiva enquanto uma política pública de direito, mas apenas como uma rede fragmentada de prestação de serviços.

4.3 Política de Assistência Social e a incidência na organização do território

Com a Constituição de 1988 tem início o processo de construção de uma nova matriz para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade

Social e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Segundo Yazbek (2008), a inserção na seguridade aponta também para seu caráter de política de proteção social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários, espaço de seu protagonismo e exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade.

Nesse sentido,

(...) a Assistência Social como campo de efetivação de direitos é, (ou deveria ser) política estratégica, não contributiva, voltada para a construção e provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos, buscando romper com a tradição clientelista e assistencialista que historicamente permeia a área onde sempre foi vista como prática secundária, em geral adstrita às atividades do plantão social, de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros. (YAZBEK, 2008, p.16).

Como pressuposto de “materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS”, em 2004 foi elaborada e aprovada pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e pelo Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS através da resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2005b, p. 119). Percebe-se que a inovação da PNAS em relação a LOAS é que essa vem organizar a forma como os serviços e ações da assistência social devem ser prestadas no âmbito federal, estadual e municipal.

O público usuário da política de assistência social é composto por cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos sociais, tais como,

(...) famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades

estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005b, p.15).

São diretrizes da assistência social: a descentralização político-administrativa e comando único das ações e serviços em cada esfera de governo (federal, estadual e municipal); a participação popular (na formulação e controle das ações) e a prioridade da responsabilidade estatal na direção da política de assistência social. (BRASIL, 2005a).

Em 2005, foi aprovada a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS através da resolução nº. 130, de 15 de julho de 2005. A NOB/SUAS, como novo instrumento de regulamentação da PNAS, vem normatizar a operacionalização da gestão da política de assistência, tomando como pressuposto a construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e contemplando, dentre outras,

A divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo, os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle dessa política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma de gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência (BRASIL, 2005b, p.84).

O SUAS reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que desempenham o universo das pessoas que deles necessitam e sua complexidade. A política de assistência, ao considerar onde as pessoas vivem e o tipo de proteção que elas precisam, visa um atendimento que busque soluções para a família, que é considerada a base da sociedade (NOB/SUAS, 2005). Pode-se dizer, assim, que o SUAS, como sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, institui uma (re) organização na gestão da política de assistência social, tendo como objetivo unificar o conceito e procedimentos desta política em todo território nacional.

Para que haja então um processo de descentralização de acordo com os princípios legais, “o governo central deve se habilitar ao repasse de

funções e à coordenação das ações mais gerais, atuando em prol do equilíbrio entre as regiões, fornecendo auxílio técnico e financeiro aos níveis inferiores e avaliando as políticas de cunho nacional. Os entes subnacionais, por sua vez, precisam aprimorar sua estrutura administrativa e seus mecanismos de *accountability* democrática” (ABRUCIO, 2006, p. 88).

A reorganização na gestão da política de assistência social perpassa por alguns princípios, dentre os quais destaca-se o princípio da territorialidade, ou seja, a territorialização, o que significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação vulnerabilidade, risco pessoal e social. (BRASIL, 2005b).

Em relação à territorialização, esse princípio visa abarcar a universalidade da cobertura entre indivíduos e sua família, sob situações de riscos e vulnerabilidade social, bem como a tentativa de aplicação do princípio de prevenção e proteção nas ações de assistência social, além do planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade social.

No município de Belo Oriente os serviços de Assistência Social foram implantados em 2002 e o que se verifica desde então é que tais serviços se dão a partir do atendimento no plantão social e através de acolhimento e levantamento de demandas, que são geralmente emergenciais, tais como: cestas básicas, vestuário, auxílio natalidade, auxílio funeral, benefícios assistenciais diversos, e outros.

Até o ano de 2005 o município tinha a Secretaria de Assistência Social articulada à Secretaria de Saúde. Em 2006 a Secretaria de Assistência Social e Saúde passou a ser denominada Secretaria de Governo, Cidadania e Ação Social. Nesse período foram criados os Conselhos Municipais, o Fundo Municipal de Assistência Social e o Plano Municipal de Assistência Social, dando início assim às primeiras ações descentralizadas da referida política. Nesse sentido, percebe-se que o município se tornou um ente federado, com autonomia para gerir a política de assistência social de acordo com a realidade local.

Até o ano de 2005 a vinculação com a Secretaria de Saúde gerou fatores que dificultaram bastante para que a assistência pudesse ser desenvolvida com autonomia e com um gestor próprio, o que favoreceria para que a mesma se organizasse conforme estabelece a Lei Orgânica de Assistência Social, através da Lei 8.742 de dezembro de 1993.

A vinculação com a Secretaria de Governo em 2006 também gerou sérios problemas, tendo em vista que o gestor nomeado para a Secretaria não conseguiu imprimir uma autonomia à Assistência Social no município. As ações ficaram focalizadas e fragmentadas e o município não avançou quanto à descentralização da política, não tendo os Conselhos Municipais em funcionamento efetivo e não efetivando a execução dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Até o ano de 2007 o município contava apenas com uma Assistente Social, concursada, para atender a todas as demandas da população, apenas a partir de 2007, quando assumiram três novos assistentes sociais concursados, é que o município passou a contar com um quadro de profissionais mais amplo, tendo possibilidade de realizar um trabalho mais voltado para as reais necessidades da população.

Atualmente o município encontra-se habilitado no nível da gestão inicial da política de assistência social, ou seja, apenas recebe recursos do governo estadual e os administra, prestando contas de sua utilização. Nesse nível de gestão, o município não possui condições de implementar nenhum projeto ou programa social cofinanciado com o Governo Federal, tais como o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, que é um programa voltado para o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, voltado para as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, dentre outros.

Ao serem empossadas, além da responsabilidade de tornar o município habilitado na Gestão Básica da Assistência Social, ou seja, em condições de receber recursos cofinanciados pelo Governo Federal, as profissionais foram requisitadas para realizar um diagnóstico habitacional no município e a partir da construção de um cadastro, com informações sobre a situação social da família (não terminou a frase, releu). Através deste cadastro foi possível conhecer não somente as demandas por habitação, mas também aprofundar, com bastante riqueza de detalhes, na história de vida da população local.

O que se pôde logo de imediato apurar é que praticamente todas as famílias que moram no município de Belo Oriente são advindas de outras cidades e regiões de Minas Gerais e algumas vezes até de outros Estados. Constatou-se que 76% dos moradores do distrito de Perpétuo Socorro vieram de outras cidades.

As famílias que se instalaram às margens do Rio Santo Antônio, no período anterior a 1960 tinham o objetivo de realizar o plantio e levar o que colhia através do Rio Santo Antônio até os grandes centros, à capital Belo Horizonte, Uberlândia, Uberaba, onde conseguiam vender o que produziam e colhiam. Já aquelas que vieram para a região a partir da década de 1960 alegam que a mudança está relacionada à instalação de pequenas e grandes empresas, especialmente no distrito de Perpétuo Socorro, pela proximidade com a BR 381 e com a Linha Férrea Vitória a Minas, o que na época gerou um número grande de empregos e atraiu as mesmas, até porque na roça eles já não colhiam o suficiente para sobreviverem.

Um dos moradores relatou que,

Moro aqui desde a criança, meus pais vieram por causa de emprego, na roça estava difícil, não tinha dinheiro para investir em plantações, e a colheita não dava o suficiente para ser vendida e sustentar a família que era grande. Éramos oito filhos.

Já uma senhora, das mais antigas moradoras relatou que,

Quando vim morar no município, isso aqui era tudo só caminho de boi, nós andava é nos trilhos de boi, e buscava água na lata, lá na nascente. Isso aqui tinha muita nascente. Nossa casa foi feita de madeira, era bonitinha, mas hoje, ela ainda é de madeira, só que tá caindo, os cupins comeram a madeira, e eu preciso que a Prefeitura faça outra casinha para mim, por isso eu “to” aqui.

Isso aqui era mato e brejo, muito brejo. A gente plantava e colhia e levava rio acima para vender nas outras cidades, que também não era tão grande como ta hoje, igual a Ipatinga, que hoje tem tanto movimento, lá já era maior do que aqui, mas ainda tinha muito mato, num tinha tanta gente e carro igual hoje”.

O distrito de Perpétuo Socorro está localizado a 15 quilômetros da sede, Belo Oriente, do lado direito da BR 381, às margens do Rio Doce. Pelos relatos percebe-se que a constituição da localidade, especialmente a partir da década de 1950, se deu pela instalação de pequenas e grandes empresas que se ocupavam do plantio, colheita e utilização do eucalipto.

Uma dessas empresas que se instalou na localidade foi a Companhia Floresta - CAF, que começou a plantar eucalipto em 1950 para atender à companhia Vale do Rio Doce, muitos trabalhadores começaram a se instalar em Perpétuo Socorro para “tombar eucalipto”, o que foi possível perceber nas falas dos

moradores entrevistados. Assim, a CAF iniciou a construção de casas para que os trabalhadores que se instalavam no município pudessem trazer suas famílias.

As casas - algumas ainda existem na cidade - eram totalmente construídas de madeiras e não eram “dadas” aos empregados, ou seja, quando os mesmos se aposentavam e/ou eram demitidos ou ainda deixavam a empresa, tinham que desocupar as casas para outros novos funcionários poderem morar. A partir disso, talvez se possa explicar a alta rotatividade de trabalhadores na cidade, pois sempre novas famílias ou estavam indo embora, ou estavam chegando.

O relato de duas moradoras traduz claramente essa afirmação,

Eu vim para essa região na década de 50, pois o pai trabalhava na CAF, que pertencia a Vale do Rio Doce. Ele tombava eucalipto, e veio para cá porque estava perto de aposentar. Nós viemos morar numa casinha que a empresa cedeu para nós, mas quando meu pai aposentou a empresa tomou a casa, e meu pai ficou morando de aluguel,” Cada dia em um lugar do município”. Eu me casei com um rapaz da cidade de Periquito, que fica perto de Belo Oriente, e o esposo veio para Belo Oriente, pois lá ele trabalhava de pedreiro e buscou fazer cursos para tentar trabalhar nas firmas da região. Ele fez um curso e está trabalhando de montador de andaimes nas empreiteiras da CENIBRA.” Nos últimos anos ele começou a ir para o trecho, pois paga melhor e acha serviço mais fácil. Ganha cerca de R\$ 650 reais e mantém a família assim.

Vim para Belo Oriente na década de 80. Meu marido trabalhava na antiga CAF, área florestal em Antônio Dias. Ele ficou desempregado em 80 e veio para trabalhar na CAF, na área da Vale do Rio Doce, que na época era parceira da CENIBRA. Ele aposentou com 43 anos e hoje faz “bico”, para completar renda. Os filhos estudam em escola pública. Nós nunca precisamos de ajuda de ninguém de prefeitura, pois nunca precisei, só agora que fiquei prejudicada com a água que danificou minha casa.

Esse início do povoamento da localidade de Perpétuo Socorro deu origem ao que hoje é conhecido pelo centro ou área central da localidade. A partir daí o povoado foi crescendo, novas pequenas empresas foram se instalando e cada vez mais novos trabalhadores foram chegando. Com isso os moradores relatam que a partir da gestão do prefeito eleito (1977 a 1983) a localidade cresceu ainda mais, pois esse prefeito “tomou posse de terras, de uma fazenda, que pertenciam a uma família de alemães e loteou tudo, ‘dando’ à população”, tendo em vista que ele considerou que aquela área era de utilidade pública do município. A esse loteamento novo foi dado o nome do Alemão dono da fazenda, Alex Miller.

Os relatos dos moradores contam exatamente como se deu esses loteamentos no município,

Eu moro aqui desde que era criança. Meu pai ganhou um lote, do falecido Prefeito, na década de 1970, pois ele loteou uma fazenda abandonada. Na verdade ele desapropriou e queria vender, mas não deixaram, “não sei quem não deixou”, sei que ele acabou dando o lote para as famílias. Aqui me casei, hoje tenho minha casa própria e sou aposentado por causa de um acidente de trabalho na área. “Eu trabalhava numa firma na área da CENIBRA e acidentei.

Eu sou moradora daqui desde quando foi loteada essa região. Essa Cachoeira Escura era um “brejão”, pois era uma fazenda, e o antigo prefeito, já falecido loteou essa região “no peito e na raça”. Os donos foram embora, eram estrangeiros, por isso o bairro chama-se Alex Miller. Não sei o porque dos donos terem ido embora, sei que o Jaques, antigo prefeito, tomou posse de tudo, aterrou, pois isso tudo, essa baixada toda era um brejão, e deu para o povo. Aqui tinha muita nascente, essa área toda da cachoeira escura foi aterrada, e as nascentes e córregos foram soterrados. Quando chove a água não tem para onde ir, e sobe e entra nas casas. O problema desse bairro é que a água infiltra nos lotes, pois quando foi asfaltado foi aterrado demais e as casas ficaram abaixo do nível da rua, e toda enchente que dá entra dentro das casas. Os moradores até tentaram falar com o engenheiro que o asfalto estava num nível muito acima das casas, mas ele num tava nem ai, acho que essa obra era mesmo para desviar dinheiro do governo, nunca mais vi esse engenheiro aqui no município...” “O antigo Prefeito, o Jaques era fazendeiro, e era rico, ai ele pegou essa área toda que hoje nós moramos e deu os lotes para o povo.

Eu moro aqui desde que era criança. Meu pai ganhou um lote, do falecido Prefeito Jaques, pois ele loteou uma fazenda abandonada. Na verdade ele desapropriou e queria vender, mas não deixaram, “não sei quem não deixou”, sei que ele acabou dando o lote para as famílias. Aqui me casei, hoje tenho minha casa própria e sou aposentado por causa de um acidente de trabalho na área. Eu trabalhava numa firma na área da CENIBRA e acidentei.

A questão das posses das terras no município de Belo Oriente é bastante complicada, em conversa, no final do ano de 2008, com um funcionário do setor de cadastro da Prefeitura do município ele relatou que,

Aqui no município praticamente ninguém tem a propriedade de seus lotes, é tudo irregular, pois dificilmente você encontra alguém que tem a propriedade, ou seja, a escritura do imóvel. Eles têm é um recibo de compra e venda, e pagam o IPTU tem anos, mas os lotes do município têm que ser regularizado, porque tudo ou foi invadido, ou foi doado na época de algum prefeito.

Segundo Ianni citado por Menegat (2003, p.151),

Ao longo dos anos 70 e 80, observamos o aprofundamento do processo de apropriação privada de terras devolutas e de reservas indígenas em nome da produção agrícola e agro-industrial (agribusiness) predominantemente destinada ao mercado internacional.

Para Menegat (2003) esse processo inviabilizou a permanência no campo de milhões que viviam na condição de sem-propriedade, como posseiros e meeiros. Foi por causa do sistema de grilagem expulsos de suas terras e também por causa da abertura de novas estradas que rasgavam os eixos pelos quais a apropriação privada da nova fronteira ganhava terreno.

Evidencia-se aí, segundo Abreu (2002), algumas características do surgimento da cidade que mostram a presença de grandes coronéis que colonizavam a região, grilavam as terras e impunham sobre suas famílias seu poder de mando. Relatos desse período mostram que os grandes coronéis impunham sobre sua família, inclusive sobre seus filhos, aquilo que fosse por eles entendidos como o melhor; o que demonstra a presença, na privatividade da família, do patriarcalismo.

De uma perspectiva global, uma das mais poderosas expressões do patriarcado, é o poder parental ou paterno sobre o casamento dos filhos. O casamento é uma das mais importantes decisões da vida e, por conseguinte, uma daquelas em que pesa muito a diferença entre autonomia e heteronomia. Todas as evidências disponíveis indicam que a autonomia de casamento aumentou muito durante o século XX. Contudo, os pais ainda têm voz importante com relação ao casamento dos filhos em pelo menos metade, ou provavelmente mais, das populações da Ásia, em muitas partes da África, em bolsões da Europa, e também entre os povos indígenas das Américas. (THERBON, 2006:162).

Merece destaque nesse sentido, de acordo com Abreu (2002), a forma como se constituíram as famílias no município de Belo Oriente, além da presença dos coronéis com exacerbado autoritarismo, característico do patriarcado predominante nessa região, percebe-se que muitas famílias foram embora do município, devido à expulsão que sofreram de suas terras por causa da grilagem de terras. Os grandes coronéis impunham sua autoridade, tomavam as terras e as famílias que ficavam deveriam morar como agregados, trabalhando para os coronéis, ou mesmo, terem muito reduzidas sua propriedade da terra.

Todos esses elementos impõem sobre as famílias características muito específicas como a submissão, a dependência dessas famílias em relação aos grandes coronéis e caciques da terra, demonstrada através da generalização do clientelismo e do paternalismo que esses últimos vão disseminar nas famílias nessa região.

Conversando com uma moradora ela relatou uma história que mostra como era a dependência que as famílias tinham desses coronéis e fazendeiros que detinham o poder e as terras em sua propriedade,

Aqui no município nós tivemos uns prefeitos bons, teve um que deu os lote aqui da Cachoeira Escura para o povo, nessa época a CENIBRA estava começando aqui, ai veio gente de todo lugar, para trabalhar, e pegou lote para fazer casa. Teve um outro, eles chamava ele de rei do gado, ele ficou rico e virou fazendeiro, hoje tem muita terra e fazenda por aqui, e acho que até em outros lugares. Esse, dizem que ele pagou muitas festas de casamento para o povo da zona rural de Belo Oriente, até hoje o povo da zona rural fala que ele foi o melhor prefeito, porque tinha fartura, ele dava cesta básica para as famílias todo mês e fazia todas as festas de casamento. Mas ele não tinha estudo, e falava que não precisava dá ônibus para os estudantes, porque ele não estudou nada e era prefeito. (...) as pessoas falam que ele falou isso para o povo que queria ônibus para estudar nas outras cidades, como em Ipatinga, e fazer os cursos que precisava para trabalhar nas empresas que tinha aqui.

É importante compreender que o paternalismo e o clientelismo se configuram, de acordo Yazbek (2006), em um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida. Significa dizer que em Belo Oriente os pequenos camponeses e/ou agregados, após terem sido violados em seus direitos de propriedade da terra, foram submetidos às definições dos patrões e grandes coronéis, tanto quanto aquilo que sua família teria direito de usufruir, sejam alimentos, condições de habitabilidade, até interferência direta no seu voto e suas decisões como cidadão.

Nesse sentido,

(...) a persistência de práticas clientelistas e patrimonialistas na relação entre os organismos estatais e os setores sociais expressaria essa lógica de negação da representação, enquanto princípio organizador da arena política, e sua substituição por uma teia de relações subjacentes, nunca claramente explicitadas, submetidas a uma dinâmica integradora e não-concorrencial, negando os pressupostos de liberdade e igualdade requeridos tanto para a troca quanto para a constituição da cidadania (FLEURY, 2001, p.48).

Dessa constituição histórica a qual vem sendo relatada depreende-se bastante acerca da concepção de que os moradores do município têm da Assistência Social, os relatos dos mesmos sempre associam a assistência como

uma prática de caridade, de ajuda, de benevolência. Nenhum dos moradores que relataram suas histórias de vida no município colocou a assistência social como um direito, como uma política pública.

Os moradores relatam ao serem perguntados sobre a assistência social que,

A assistência ajuda as pessoas quando elas precisam aposentar, ou não tem comida em casa, ganha uma cesta básica, ou um remédio se não tem condição de tratar da saúde. A assistência aqui era na sede, em Belo Oriente, tem pouco tempo que tem aqui na cachoeira escura, mas é bom que não precisa pagar passagem para ir na sede, porque tem que pegar ônibus, é longe.

A assistência é uma coisa boa. Antes o Prefeito e os vereador que dava as coisa para o povo, agora quando a gente procura eles manda procurar na assistência que as moça de lá vai dar as coisa que a pessoa precisa. Eu ainda conheço gente que o prefeito compra o remédio, porque não tem no SUS, mas quando é assim coisa de comer e se a casa tiver caindo, eles manda ir na assistência.

De acordo com Yazbek (2006), historicamente a assistência social está vinculada à questão da caridade e do favor e, nesse sentido, a autora aponta que nas relações clientelistas, ou seja, baseada no favor, os direitos dos cidadãos não são reconhecidos e espera-se que os cidadãos beneficiados com os serviços retribuam com a sua lealdade. Dessa forma, este tipo de prática solidifica e reafirma uma relação de subalternidade e dominação. Estas relações representam uma espécie de cultura política que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe, uma forma de ocultar o conflito e a resistência e de legitimar a dominação.

É tão forte a noção de que assistência social é ajuda que quando perguntados se é a primeira vez que procuram o serviço social, a maioria dos moradores respondeu,

Sim, é a primeira vez que eu procuro vocês aqui na assistência social. Eu vim porque fiquei sabendo que vocês estão fazendo a lista das pessoas que vão ser indenizadas por causa da enchente de 2005. Como eu perdi minha casa, eu quero a indenização para construir de novo minha casa. Antes eu nunca precisei de ajuda, graças a Deus!

“Nunca precisei de ajuda do município, só agora, se bem que eu tenho o direito na indenização, né! Porque minha casa ficou soterrada no barro”. E ainda meu marido ficou desempregado e eu estou passando necessidade com meus filhos. Tenho hoje duas filhas, elas estudaram, fizeram o segundo grau em escola pública, não posso pagar faculdade para elas. Elas não trabalham aqui no município e estamos passando dificuldade”.

“Sou comerciante, tenho uma lojinha de roupas no centro, e agora o dono do ponto quer o imóvel, mais do que nunca preciso da indenização para levantar minha casa e construir meu cômodo de comércio”. Antes nunca precisei da ajuda da assistência social”.

O município de Belo Oriente experimentou um grande crescimento no número populacional, um avanço no processo de crescimento econômico e na infra-estrutura urbana a partir da década de 1960 quando se instalou no município a empresa Celulose Nipo-Brasileira - CENIBRA e várias outras pequenas empresas prestadoras de serviço. Não somente a instalação da CENIBRA no município, mas a instalação nas décadas de 1940 e 1950, da USIMINAS em Ipatinga e da ACESITA em Timóteo, contribuiu fortemente para o crescimento de Belo Oriente, bem como para toda a micro-região do Vale do Aço, localizada na meso-região do Vale do Rio Doce.

Relatos dos moradores demonstram claramente a relação do crescimento local com a instalação da empresa e do contingente de pessoas que migraram para essa região em busca de trabalho. Abaixo alguns depoimentos que verbalizam claramente tal afirmação,

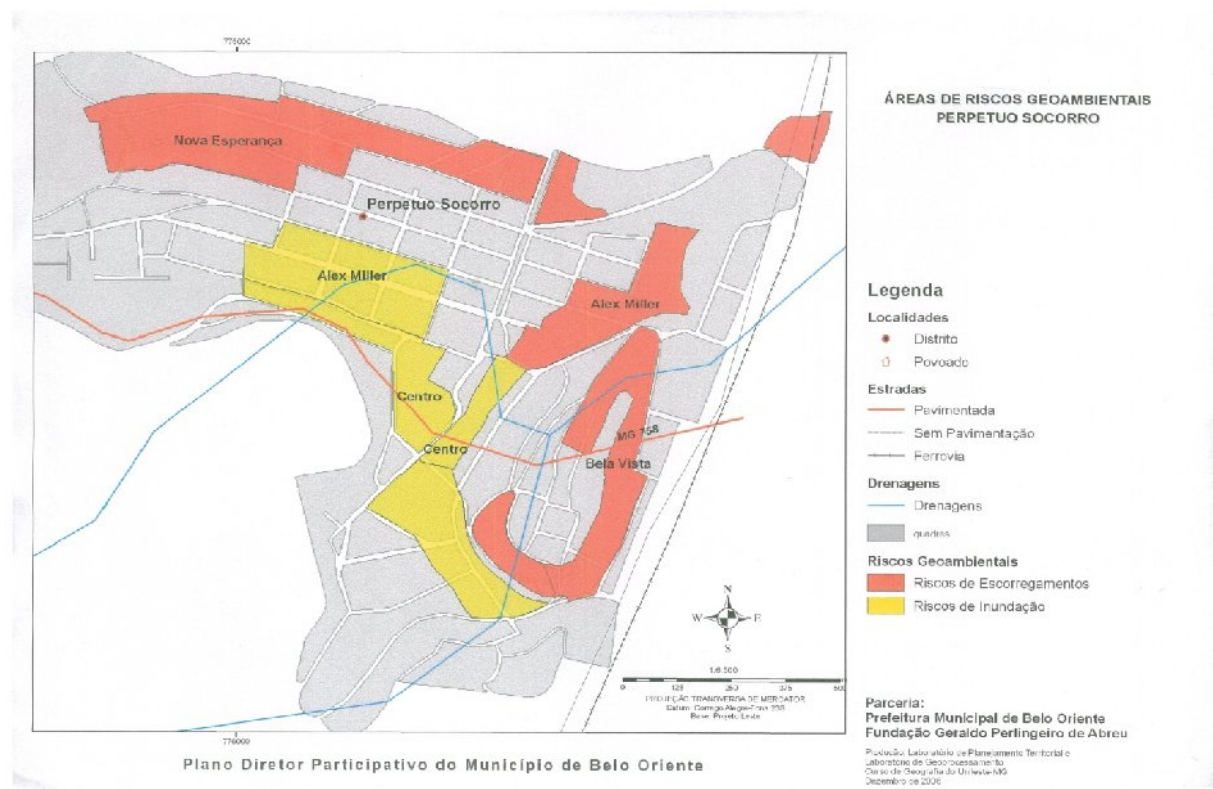
Eu moro há 30 anos na Cachoeira Escura, vim para cá porque me casei e meu marido era daqui e trabalhava nas empreiteiras da CENIBRA. Pagava aluguel e consegui comprar uma casa própria, que custou barato, porque é no barranco. Hoje é considerado área de risco, pois passa um ribeirão lá embaixo, e sempre que dá enchente a água sobe e o barranco desce, até que está abalando a parede da casa. Tenho 9 filhos. Alguns casaram-se. Dois estão trabalhando no trecho e deixaram as esposas e meus netos aqui na escura. Mas tenho as minhas filhas que moram comigo, e estão todas desempregadas, uma tem uma filhinha, pois ela se separou do companheiro e voltou para dentro de casa. Tenho problemas de coração, e me preocupo, pois minha casa está em condições precárias, tenho medo de perder minha morada”.

Eu moro em Belo Oriente desde 1979. Morava na zona rural próximo a Governador Valadares. Meu Pai veio para cá procurar trabalho, pois na roça tinha muita dificuldade. Meu pai conseguiu trabalho na área da CENIBRA, e eu quando comecei a trabalhar fui para o Estado do Espírito Santo. Lá conheci minha primeira esposa, depois de alguns anos nos separamos e eu voltei para Belo Oriente. Tive quatro filhos com essa esposa, e eles ficaram morando com a mãe. Em 03 de abril de 2008, a mãe dos filhos veio a falecer de acidente de carro. Meus filhos ficaram morando com o padrasto, mas eu entrei com uma ação de guarda para trazer eles para cá, pois o padrasto é um bêbado. O processo foi aberto no Estado do Espírito Santo. Quando depois que separei retornei para cá e encontrei uma companheira, com quem tenho dois filhos atualmente. Eu comecei a trabalhar numa empresa no Rio de Janeiro, que presta serviços para a Petrobrás, mas desde 2003 estou afastado do trabalho, porque tenho depressão profunda, e não tenho condições nem de sair de casa sozinho para resolver as coisas.

Em contrapartida ao grande contingente populacional que veio se formando nesta microrregião do Vale do Aço e conseqüentemente em Belo Oriente, não se verifica no município de Belo Oriente qualquer forma de iniciativa por parte do poder público e tão pouco do empresariado que se instalou no município, com relação ao desenvolvimento de políticas e programas para atendimento à extrema situação de vulnerabilidade que acompanha esse crescimento local.

A falta de investimento em políticas públicas pode ser evidenciada na forma como vem sendo acompanhado o processo de ocupação e de crescimento local. No distrito de Perpétuo Socorro, em Belo Oriente, o bairro Alex Miller, por exemplo, era um brejo conforme relatados apresentados acima e para lotear tal área a prefeitura simplesmente aterrou-a, não respeitando as nascentes de água, desviando o curso dos ribeirões e córregos que passam pela localidade. É comum relatos dos moradores de situações em que a água “brota” dentro de algumas casas nesse bairro e em grande parte pode ser pelo fato de que muitas minas de água foram soterradas, portanto, quando chove a água não tem para onde ir e os ribeirões transbordam, inundando as casas.

Essa região hoje apresenta sérios problemas pois as pessoas foram construindo, realizando ocupações desordenadas em áreas invadidas, tendo em vista que o índice de migração foi e ainda é bastante grande, o que causou uma ocupação totalmente irregular.



Mapa 8: Áreas de riscos e alagamentos em Perpétuo Socorro.
 Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Belo Oriente, 2006.

O distrito de Perpétuo Socorro ou Cachoeira Escura, nome popularmente como é conhecido o distrito não possui saneamento básico, nenhuma estrutura de esgoto, os córregos recebem todo o esgoto que sai das casas, as águas dos ribeirões são escuras, sujas e com um mal cheiro terrível. Não existe uma limpeza dos córregos, quando chove transborda e a água entra nas casas, volta na rede de esgoto pelos banheiros dentro das casas.

Para agravar ainda mais a situação no loteamento do Alex Miller, há cerca de seis anos a Prefeitura iniciou as obras do asfalto em algumas ruas centrais, contrataram um engenheiro, que ao autorizar a obra, acabou gerando um agravamento da situação do escoamento da água, uma vez que para fazer o asfalto soterrou muito as ruas e as casas ficaram abaixo do nível do asfalto. Desde então, toda época de chuvas a água não tendo para onde ir, tendo em vista que os ribeirões transbordam, entra toda nas casas.

As pessoas relatam que desde que foi feito o asfalto já perderam móveis, roupas, mantimentos e várias já perderam suas casas, no período das chuvas, pois

as inundações são freqüentes. O que a Prefeitura fez foi colocar essas famílias no aluguel, mantido por ela mesma e outras moram de favor na casa de parentes.

Em 2005 várias famílias na região do bairro Alex Miller foram atingidas por uma “tromba d’água” que caiu no distrito. A situação foi tão grave que foi decretado Estado de Emergência e foram acionados bombeiros de Ipatinga, os quais fizeram vistorias, condenaram os imóveis e mandaram os moradores abandonarem as suas casas. Alguns que deixaram suas casas ficaram por cerca de 20 dias em uma escola, mas como o semestre letivo iria começar foi dada ordem de despejo, ou seja, as famílias foram comunicadas que deveriam sair, mas como se recusaram a polícia foi chamada e os moradores tiveram que procurar aluguel o mais rápido.

Eles relatam que na época da tromba d’água receberam visitas das autoridades do poder local, de representantes da empresa querendo ajudar e de técnicos da prefeitura, que estavam no município na época e alguns estão até hoje, mas nenhuma providência foi tomada para resolver o problema. Foram feitos relatórios pelos bombeiros de Ipatinga e o engenheiro da prefeitura, mas a população reclama que eles nunca tiveram acesso e a justificativa é de que não constam cópias desses registros nos órgãos competentes.

As análises que são possíveis de se fazer é que muitos se aproveitaram dessa tragédia para se projetarem politicamente, e ainda, fazendo promessas e ajudando, com o propósito das pessoas ficarem devendo favores, tais como o voto, nos períodos de eleições, favores políticos e apoios em períodos de eleição, principalmente.

A única providência que se tomou até o momento foi um levantamento dos moradores prejudicados para receberem a indenização em 2007. Setenta e quatro famílias já foram indenizadas e outras cento e vinte e cinco ainda aguardam o pagamento da mesma. Esse levantamento socioeconômico e habitacional foi realizado por duas assistentes sociais que atendem no Setor de Assistência Social de Perpétuo Socorro.

O levantamento socioeconômico foi realizado através de formulários de entrevistas, nos quais era comum o morador relatar que já entregaram documentos na época da enchente, ou para vereadores, prefeitos, ou assistente social e que nada foi feito para ajudá-los. Era comum ainda o morador dizer que “Se juntar todos os documentos que nós já entregamos nesse município dava para fazer a compra para uma família de seis pessoas durante três meses.” Essas falas apontam para o

fato de que as famílias percebem que estão sendo enganadas, estão cientes de que as pessoas fazem uso político de seus problemas.

Percebeu-se que além da visão da assistência social como uma forma de ajuda, de caridade ou assistencialismo, no município, há uma característica forte de políticas que se fortalecem pela lógica do paternalismo, do coronelismo. A fala dos moradores acerca das formas como os mesmos acessam os serviços e políticas sociais, apontam para essas características. Quatro moradoras relataram a seguinte questão,

Aqui eu nem sabia se tinha o serviço social, “eu Já pedi ajuda uma vez a um vereador, porque fiz um óculos muito caro, cerca de R\$ 300,00, mas ele só deu R\$ 50,00. O vereador na época da eleição me prometeu ajuda em troca do voto e ela o lembrou disso, mas ele não fez nada. Ela nunca mais pede ajuda a vereador, pois viu que não adianta. Meu esposo estava desempregado, e não gosta que ela peça ajuda. Pedi ao Prefeito para pagar o aluguel para ela, pois a casa que morava de aluguel foi atingida pela chuva e ficou prejudicada”. “O Prefeito ta pagando o aluguel, pelo menos isso, né! “Ele é bom, chama a gente de comadre” e prometeu que vai dar casa para nós. Estou esperando.

Quando eu preciso de ajuda eu procuro os políticos. Eu já fui nos vereadores pedir ajuda financeira para ir ao Rio de Janeiro. Procurei eles porque eu votei neles, mas na hora de me ajudar, eles não quiseram. Foi um deles que me mandou procurar aqui.

Eu procuro ajuda é com o Prefeito, ele é bom e ajuda. Dessa vez ele pediu para eu vim aqui no serviço social, que vocês vão me dar o remédio, porque das outras vezes foi o prefeito que comprou do bolso dele o remédio para meu filho.

Eu nunca precisei de prefeitura para nada, quando precisei os parentes me ajudaram.” Se eu vim aqui dessa vez é porque estou precisando mesmo, meu marido ficou desempregado, e não acha emprego. Ele esperou de um vereador que prometeu um emprego, mas até agora só promessa e nada. Estamos passando necessidade, e ninguém parece que vê a gente, você fala com vereador, com prefeito, com todo mundo e ninguém faz nada. Me disseram que vocês ajudam, e eu vim.

A Assistência Social no município, a partir das análises acima realizadas, apresenta-se completamente abandonada. Não há uma política de Assistência Social constituída no município, há alguns serviços, poucos serviços, que não atendem às demandas da população. O poder público local não dispensa grandes esforços para investir em políticas públicas, conforme já apontado anteriormente. A vinculação da Assistência Social à caridade é visível no município e isso também dificulta o avanço da política enquanto um direito, tendo em vista que é mais “fácil”

buscar a “ajuda” diretamente no vereador em quem se votou, ou no prefeito, o qual se apoia, nas eleições municipais, do que exigir que hajam ações mais sistematizadas e organizadas para garantir os direitos sociais.

Outro elemento interessante que foi possível perceber nas conversas com os moradores do município é a visão que eles têm da empresa. Os moradores mais antigos relatam o momento em que a empresa se instalou no município e como tudo mudou rapidamente, pois as ruas foram asfaltadas, o município cresceu, também cresceu sua população, a questão da saúde melhorou, pois antes eles tinham que ir a outras cidades para consultar e hoje tem o médico no município, dentre outras questões. No entanto, atualmente eles destacam o fato de que mesmo tendo a empresa no município, não tem emprego na cidade, e os moradores têm que sair para procurar trabalho em outras cidades, e em outros Estados. As melhorias ficaram somente na infra-estrutura que é benéfica também à empresa, e esta apenas interfere em questões que são favoráveis a ela.

Nesse sentido,

No caso da Cenibra, o controle se dá principalmente em termos das exigências de escolaridade e qualificação para seleção e das vantagens sociais e assistenciais que a empresa oferece aos seus empregados diretos, uma vez que as condições urbanas de reprodução coletiva exigidas pela força de trabalho não são objeto de preocupação da empresa, mas resolvidas diretamente pelas cidades próximas. Nesse caso, a acessibilidade fica sendo a questão crucial a ser assumida pela empresa. Diferentemente dos outros casos, não há um espaço urbano planejado. Mas há o espaço espontâneo, espacialmente descontínuo, sobre o qual a empresa não tem responsabilidade ou ônus corretos. (MONTE-MÓR E OUTROS, 1997, p.160).

Nesse caso, percebe-se que não somente o poder público local se mostra completamente a quem das necessidades da população local, mas a própria empresa instalada no município não demonstra qualquer esforço em investir no desenvolvimento social local. Suas ações são parcas e resumem-se a momentos pontuais, em parceria com o poder público local, como as chamadas ações pela cidadania, na qual participa levando à população serviços pontuais de retirada de documentos pessoais, de beleza, com intuito de melhorar a auto-estima da população e outros. Geralmente essas ações são realizadas com voluntários da própria comunidade e a empresa e o poder público local fornece os materiais necessários e disponibilizam o local desta ação.

Essas ações pontuais realizadas pela empresa e pelo poder público local são outro grande desafio para a Assistência Social no município, tendo em vista que as mesmas fortalecem a lógica da caridade, da boa vontade, do assistencialismo e contribuem para fortalecer cada vez mais a correlação da assistência com a caridade e a benesse e em contrapartida inviabiliza a garantia de direitos à população local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que se apresentou teve como proposta uma análise do processo de ocupação no Brasil com foco em Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce, onde se localiza o município de Belo Oriente, com vistas a discutir as alianças entre governo e empresas visando o desenvolvimento do capital e seus rebatimentos sobre a população que habita esta cidade especialmente no âmbito dos limites e possibilidades para se garantir direitos sociais diante de tal contexto.

A partir da contextualização histórica do processo de ocupação realizado em Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce, onde se localiza a cidade de Belo Oriente enfatizou-se as vias pelas quais se deram essa ocupação destacando o papel do Estado e dos representantes do capital, dentre grandes coronéis, empresários e oligarquia mineira, e as alianças entre esses atores para garantir o êxito na exploração das riquezas deste território originalmente ocupado com o intuito de enriquecer e acumular riquezas para o capital.

Nesse ponto da exposição foi abordado ainda o surgimento do processo de industrialização em Minas Gerais, com foco na região do Vale do Rio Doce, e as articulações e instrumentos utilizados pelo governo para fortalecer essa alternativa de desenvolvimento econômico da região, como a criação de mecanismos legais para contribuir para a expansão das empresas. Destacou-se, de acordo com Faillace (1996) dentre tais instrumentos a Lei 5106/1966, o Código Florestal de 1965 e a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IDBF de 1967, todas aprovadas com o intuito de expandir as áreas plantadas e criar incentivos fiscais para essas empresas.

No segundo capítulo discutiu-se a trajetória histórica da dinâmica urbana da região do Vale do Rio Doce abordando questões referentes ao trabalho e à reprodução da pobreza nestas cidades. A formação dos Aglomerados Urbanos, na região Leste, enquanto uma forma de organização do espaço, para favorecimento à reprodução das condições necessárias ao desenvolvimento da industrialização da região. Ainda nesse capítulo a questão da reprodução da pobreza e a precarização das relações de trabalho, na cidade de Belo Oriente, também foi abordada

considerando como ponto de partida o contexto de instalação da CENIBRA, e quais os rebatimentos desse processo para a população que habita o município.

Por fim, no terceiro capítulo, foi abordada a questão da garantia de direitos, perpassando brevemente pelo contexto de surgimento das políticas sociais no Brasil, para posteriormente analisar as possibilidades de efetivação dessas no município de Belo Oriente, contextualizando o município, lócus deste estudo, a particularidade da organização da assistência social no mesmo destacando os limites, as possibilidades, bem como os desafios de garanti-los, diante de um contexto de alianças entre o empresariado e o poder público local, a partir da exploração da força de trabalho e da agudização da pobreza.

A partir das análises identificou-se que a população do município de Belo Oriente não tem clareza acerca das políticas sociais, pois a concebem sob a perspectiva particularizada de interesses políticos, ou seja, se eles votam em determinado governo local, este deve atendê-los individualmente em suas necessidades. Essa visão coaduna com a perspectiva histórica do favor, do clientelismo e paternalismo que permeia as ações da administração pública no Brasil.

No município, a garantia de direitos a partir da implementação de políticas sociais, não se efetiva, tendo em vista que durante as análises das entrevistas foi possível identificar que existem poucas ações, tanto na área de assistência social, quanto na saúde, educação, e outras. A população embora perceba a importância de existirem as políticas sociais no município, não sabem como contribuir para efetivá-las. Sobre o papel do poder público não foi possível identificar nos relatos a concepção da população sobre ele, apenas fica claro que as relações entre a população e o poder local são atravessadas de relações pessoais, particularizadas e com cunho de favor.

Acerca do papel do poder público, os moradores entrevistados, em sua maioria deixaram claro que as obras de infra-estrutura e transporte são aquelas que receberam o maior incentivo e investimento. Embora citem tais fatores, os moradores entrevistados não demonstram compreender que essa questão está relacionada com o fato de que as alianças do poder público se dão com o empresariado, ou seja, no intuito de beneficiá-lo e por isso não há investimentos reais em políticas e programas voltados para garantia de direitos à população.

A partir das análises de Dulci (1999) identificou-se que em Minas Gerais, especialmente no processo de ocupação do Vale do Rio Doce o papel do Estado esteve sempre relacionado a criar condições para a expansão do capital, ou seja, através de mecanismos legais e obras de infra-estrutura o governo deu condições para as empresas se instalarem e expandirem seu processo de produção.

Em Belo Oriente não foi diferente do restante da ocupação do Estado de Minas Gerais, tendo em vista que a ocupação desse território se deu através de processos de exclusão dos pequenos produtores para que as empresas, inicialmente a Companhia Florestal - CAF, e posteriormente a Companhia Vale do Rio Doce que depois abandonou o ramo florestal e vendeu suas ações para a CENIBRA, que desde a década de 1970 instalou-se no município através de práticas de grilagem de terras e de compra de terras por preços baixos através de programas e legislações aprovados pelo governo.

Desde então o poder público local vem criando estratégias de alianças com a CENIBRA seja pela implementação de obras recuperando e construindo novas estradas para favorecer o escoamento da matéria-prima, para fortalecer a eficiência e eficácia da empresa e com isso garantir os lucros e a manter as alianças que fortalecem o poder publico e também o capital.

Nesse sentido, as análises apontaram para o que Fernandes (1981) denominou de modernização do arcaico, ou seja, as estratégias e alianças entre o poder público e o latifúndio se fazem sobre bases tradicionais, tais como a grilagem de terras e expulsão dos pequenos produtores, exploração da mão-de-obra local, disseminação da pobreza, e sobre essas bases o capital expande seu domínio e aprofunda o desemprego e a miséria entre a população das cidades onde se instalam.

O presente estudo permitiu confirmar a hipótese desta pesquisa, ou seja, que a ausência da garantia de direitos à população está no fato de que a relação do poder local com os cidadãos não se constrói sobre uma cultura de direitos, dado que sua aliança fundamental se faz na defesa dos interesses do capital.

Isto posto confirmou-se que a aliança entre poder público local e o capital gera no município diversas conseqüências dentre as quais destaca-se a pobreza que é elevadíssima alcançando um índice de 43%, de acordo com IBGE(...) e que é um dos grandes problemas vivenciados pela população de Belo Oriente na

atualidade. Também a Habitação, a saúde, educação, assistência social, trabalho e meio ambiente não recebem o devido investimento por parte do poder público.

Na saúde a situação é precaríssima desde a atenção básica até os programas e projetos de prevenção e atenção especializada, que efetivamente não existem no município. A situação da saúde se agrava porque há descaso também com meio ambiente e habitação especialmente porque no município os rios e ribeirões recebem detritos e dejetos advindos tanto da CENIBRA, quanto da população que joga todo o lixo e destina todo o esgoto para os rios e córregos da localidade. O grande número de habitações construídas em área de risco também expõe a população à riscos, tendo em vista que muitas moradias são construídas as margens dos córregos e são afetadas por desabamentos em períodos de enchentes, e também por insetos e animais roedores que invadem as residências e causam vários tipos de doenças, conforme relato dos entrevistados.

A política de educação está precarizada no município, e mesmo que os relatos dos moradores tenham demonstrado que o índice de analfabetismo caiu em Belo Oriente e que o número de jovens que consegue concluir o ensino médio tenha aumentado, o índice de analfabetismo ainda é considerado alto e a educação é precária, conforme apontou os relatos dos moradores.

Diretamente relacionado à educação, o trabalho é uma área que precisa ser considerada. É importante destacar que mesmo tendo elevado o índice de educação entre os jovens, eles não conseguem trabalho no município e tem que procurar trabalho em outras cidades e estados. A CENIBRA alega que não há empregos para os moradores de Belo Oriente porque eles não têm as qualificações necessárias para trabalharem nos postos de trabalho da empresa, no entanto, já é grande o número de jovens que estudam até o curso técnico e não conseguem trabalho na indústria local.

Os jovens, quando encontram emprego são nas empresas terceirizadas da região. Essas empresas geralmente se encarregam dos trabalhos mais pesados, tais como o plantio, o corte e a aplicação de remédios nas plantações de eucalipto e os salários pagos pelas mesmas é bem inferior ao da CENIBRA.

Os depoimentos dos moradores dão conta de que o desemprego em Belo Oriente é altíssimo, não somente porque a empresa local não absorve a mão-de-obra, mas também porque não há postos de trabalho suficientes, tendo em vista que a lógica do lucro adotada pelo capital vem cada vez mais reduzindo os postos de

trabalho e aprofundando o desemprego. Os relatos apontam que a população vive um total abandono, sem alternativas de trabalho e sem atenção do poder público eles procuram o Serviço Social para tentar resolver seus problemas, suas dificuldades e sanar a pobreza que os assola.

Portanto, entendemos que a garantia do direito social só é possível a partir de uma rede serviços, formada por políticas sociais locais que interajam e fortaleçam a concepção de cidadania. Faz-se necessário salientar que existe uma possibilidade de garantia de direitos, um caminho que deve ser trilhado e que poderá romper com a situação de pobreza e abandono vivenciada pela população. Esse caminho apresenta muitos desafios, e o principal deles é a definição de uma política social que fortaleça o cidadão e que seja foco de atenção integral do poder público.

Desta forma, esse estudo representa uma resposta às inquietações da pesquisadora, que é assistente social e atua na área de serviços de assistência social de Belo Oriente e que acredita na possibilidade da garantia de direitos à população, ainda que conhecendo e sabendo do enorme desafio de implementar políticas sociais num contexto em que a prioridade é a política econômica e o lucro do capital. Apresentou-se nesse trabalho um esforço da sistematização dos limites e dificuldades de garantir direito no contexto de alianças conservadoras entre poder público e empresariado. Esse esforço deu-se a partir de um referencial teórico crítico, mas tal estudo não se esgota aqui, há um longo caminho a ser percorrido. Garantir direito é fundamental, desta forma, é no município que a concretização do mesmo deve acontecer.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. **Sertão Bravo do Rio Doce**. Belo Oriente, 2002.

ABREU, H. B. de. O Contexto Histórico Social da crise dos Padrões de Regulação Sócioestatal. In: **Revista Praia Vermelha**. Estudos de Política e Teoria Social, PPGESS-UFRJ: Vol.1, 1997.

ABRUCIO, F. L. **Para além da descentralização**: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, Sônia (org.). Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. **Mapa de Minas Gerais e suas microrregiões**. Belo Horizonte: AMM, 2009. Disponível em: www.amm.org.br acessado em 19 abr. 2009.

BELO ORIENTE. Prefeitura Municipal. Plano Diretor Participativo do município de Belo Oriente. Belo Oriente, 2006.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2006.

BERNARDES, A.T; MACHADO, R.M.; RYLANDS, A.B. **Fauna Brasileira ameaçada de extinção**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). In: Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região - Minas Gerais. **Coletânea de Leis** - Belo Horizonte, CRESS, 2005a.

BRASIL. Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004) - Política Nacional de Assistência Social (PNAS). In: Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região - Minas Gerais. **Coletânea de Leis** - Belo Horizonte, CRESS, 2005b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**

no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: MDS, 2006 (versão preliminar).

BRITO, F. R. A.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de e JUNQUEIRA, A. C. “A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica”. In: PAULA, J. A. de (coord.). **Biodiversidade, População e Economia: uma região de Mata Atlântica.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997.

CELULOSE NIPO-BRASILEIRA. **Conhecendo a CENIBRA.** Belo Oriente: CENIBRA, 2004.

CELULOSE NIPO-BRASILEIRA. **Plano de Manejo Florestal.** Belo Oriente: CENIBRA, 2008. Disponível em www.cenibra.com.br. Acesso em: 13 mar. 2009.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **O Vale do Rio Doce.** Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, 2002.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, Maria Encarnação. (org.). **Cidades Médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

COSTA, H. S. de M. **Vale do Aço: da Produção da Cidade Moderna sob a Grande Indústria à Diversificação do Meio-ambiente Urbano,** Cedeplar/UFMG, 1995. Disponível em: www.ufmg.com.br/CEDEPLAR. Acessado em 23 de mar. de 2005.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, C.N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: BADALONI, Nicola et al. **Gramsci e a América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

DULCI, O. S. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FAILLACE, S. **Uma leitura da indústria de papel e celulose no Brasil, sob a perspectiva da sustentabilidade - norte/sul.** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: www.rits.org.br/pbsd. Acessado em 18 dez. 2008.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1981.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA EXTRATIVA DE MINAS GERAIS. **Acordo salarial na região do Vale do Aço – MG**. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: www.ftiemg.org.br/download/acordos/ACT.pdf acessado em 12 mar. 2008.

FLEURY, S. **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha** - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

GONÇALVES, M. T. **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**. Tese de Doutorado defendida no Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2001

GONÇALVES, M. T. **Aspectos da economia e da política florestal de Minas Gerais nas décadas 1970 e 1980**. Belo Horizonte: BDMG, 1991.

GONÇALVES, M. T. "A formação da economia das plantações florestais nos vales do rio doce e do aço de minas gerais (1940-2000): notas sobre história econômica e ambiental de uma região". In: **Seminário sobre a Economia Mineira**, 2006, Diamantina. Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006. .

GONÇALVES, M. T. "Grande Empresa, Território e Sociedade Rural: uma leitura sobre impactos sociais de um grande projeto florestal em Minas Gerais, Brasil". In: **Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social** - 2002, Aveiro, Portugal. Anais do XXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no neoliberalismo**. In: *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*. Ano II - junho de 2001.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

IANNI, O. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 1960 - Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: www.ibge.com.br, acessado em 03 mar. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 1980 - Minas Gerais**. Rio de Janeiro: 1980. Disponível em: www.ibge.com.br, acessado em 03 mar. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário de Minas Gerais - MG, 1970 - 2000**. Disponível em: www.ibge.com.br, acessado em 03 mar. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Síntese da pesquisa de amostra de domicílios - PNAD. IBGE, 2005. Disponível em www.ibge.com.br, acessado em 02 dez. de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de Minas Gerais, 2007** – Disponível em: Site: [www. ibge.gov.br/sidra](http://www.ibge.gov.br/sidra). Acessado em 16 Fev. 2009.

JORNAL DIÁRIO DO AÇO. Disponível em: www.jornaldiariodoaco.com.br Acesso em: 20 de jun. de 2008.

JORNAL MERCADO COMUM. **X Prêmio Minas – Desempenho Empresarial**. Disponível em: www.mercadolivre.com.br Acessado em 25 de Dez. de 2008.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MACHADO, C. W. da C. **Reestruturação produtiva e trabalho florestal na produção de celulose no Vale do Aço, MG**. Belo Horizonte: 1998.

MARTINS, V. G. da S. **Influência do reflorestamento com eucalipto na qualidade de vida dos produtores de Belo Oriente e Mesquita, Minas Gerais**. Caratinga: FIC/MG, 2006.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora HUCTEC, 1993.

MENEGAT, E. Questão Social e Segregação sócio-territorial: termos indissociáveis da crise do modelo de urbanização ocidental. In: **LIBERTAS**: Revista do Serviço Social. Juiz de Fora/UFJF, 2002.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **O Eucalipto no Brasil**, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: www.almg.gov.br/publicações/Brasil. Acessado em 22 fev. 2009.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um Olhar Ambiental**. In: SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994.

MONTE-MÓR, R. L. de M. et al “ Ocupação do território e estrutura urbana” .In: PAULA, J. A. de; BARBIERE, A. F. (Org.). **Biodiversidade, população e economia: Uma região de Mata Atlântica**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1997.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **Belo Horizonte: Espaços e Tempos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR – PBH, 1994.

NATRON CONSULTORIA E PROJETOS EIA-RIMA da CENIBRA. **Expansão da capacidade de produção**. Rio de Janeiro: NATRON, 1988. (mimeo).

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 1º. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. **FHC e a Política Social**: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: Balanço do governo FHC**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, 2003.

PEREIRA, J. A. B. (coord.). **Regiões Metropolitanas em Minas Gerais**. Belo Horizonte: CREA/MG, 2007.

RAMOS, M. H. R. Teoria Social e Poder Local: em busca de um quadro de análise. In: **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro/UFRJ, 1997.

SADER, E. **Direitos e Esfera Pública**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. nº77 Ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, W.G. dos. **Cidadania e Justiça**: Política Social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. **Resposta Técnica**. SENAI. Disponível em www.senai.br/br/home/noticiadetalhe. Acesso em: 18 ago. de 2008.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES SINDICAIS DE MINAS GERAIS. **Levantamento salarial na região do Vale do Aço – MG**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: www.sitesemg.org.br/download/acordos/ACT.pdf acessado em 15 set. 2008.

SPÓSITO, M. E. B. et al “ O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica” .In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: Espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, 2007.

TATAGIBA, L. “Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil”. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

THERBORN, G. **Sexo e Poder**: A família no mundo, 1900 – 2000. Tradução Elisabete Dória Bilac. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2007.

YAZBEK, M. C. Política Social e Serviço Social: elementos históricos e debate atual. **Revista Praia Vermelha**: Rio de Janeiro/UFRJ, 2008.

YAZBEK. M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

WIKIPÉDIA. **A enciclopédia livre da internet**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>
Acesso em 12 de mar. de 2008.

WIKIPÉDIA. **A enciclopédia livre da internet**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>
Acesso em 20 de mai. de 2009.

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista Semi - Estruturada
Famílias usuárias do setor de Serviço Social

TÍTULO DA PESQUISA:
“DIREITOS SOCIAIS E FAVOR: TRABALHO E PROPRIEDADE EM BELO ORIENTE – MG. ”

Identificação:

Nome: _____

Endereço: _____

Data de nascimento: _____

1- Por que você procurou o Serviço Social do município?

2- É a primeira vez que procura o Serviço Social? () sim () não.

Caso sim, qual foi o motivo da primeira que levou você a procurar o setor de Serviço Social?

3 - Relate um pouco acerca de sua história de vida: Quando você veio para o município, por qual motivo, como você vive hoje no município, enfim sua trajetória até chegar a procurar o serviço social.

4 – Atualmente você trabalha? ()sim ()não. Onde? _____

Caso sim, qual o seu vínculo empregatício?

() contrato temporário

() consultoria

() CLT

() estatúário

() outros. Exemplifique: _____

5 - Qual a sua carga-horária de trabalho?

6- Você tem filhos? () sim () não. Quantos? Qual idade?

7- Você estudou? Até qual série?

8- Seus filhos estudam? ()sim ()não.

Qual série: _____

9- Alguém na sua família tem problemas de saúde?

()sim () não Qual? _____

10 – Você e sua família utilizam a rede de saúde do município? ()sim ()não.

Caso não, onde você costuma ir quando precisa realizar algum tratamento de saúde?

11 Além do Serviço Social vocês utilizam outros locais quando precisa recorrer a algum “auxílio”? ()sim ()não. Qual? _____

APÊNDICE B

Roteiro de Cadastro Socioeconômico e habitacional de Belo Oriente

**TÍTULO DA PESQUISA:
“DIREITOS SOCIAIS E FAVOR: TRABALHO E PROPRIEDADE EM BELO ORIENTE – MG.”**

FICHA DE CADASTRO SÓCIO-ECONÔMICO E HABITACIONAL

Empreendimento: _____ **Programa:** _____

I – BENEFICIÁRIO (A)

| | |
|--|-------------------------------|
| 1.1 - Nome: | |
| 1.2 - Endereço: | |
| 1.3 - Estado Civil: | 1.5 – Carteira de Identidade: |
| 1.4 - CPF: | 1.6 - Data de nascimento: |
| 1.7 - Grau de instrução: | 1.8 - Renda Mensal: |
| 1.9 - Profissão/ocupação: | 1.9.1 - Carteira Assinada: |
| 1.9.2 - Situação Profissional: () empregado () desempregado () autônomo () aposentado/Pensionista | |
| 1.10 - Empresa onde trabalha: | |
| 1.10.1 - Endereço do trabalho: | |

II – INFORMAÇÕES DA FAMÍLIA

| | | |
|---|-----------------|----------|
| 2.1 – Cidade e Estado de Origem: | | |
| 2.2 - Tempo de residência no município: | | |
| 2.3 - Tempo de residência na atual moradia: | | |
| 2.4 - Idosos, acima de 60 anos, na residência: | () sim () não | Quantos? |
| 2.5 - Pessoas com deficiência na residência: | () sim () não | Quantos? |
| 2.6 - Pessoas cadeirantes/dificuldade de locomoção: | () sim () não | Quantos? |
| 2.7 - Adolescentes com filhos na residência: | () sim () não | Quantos? |
| 2.8 - Crianças e Adolescentes na residência: | () sim () não | Quantos? |
| 2.9 - Família chefiada por mulher? | () sim () não | |

III – INFORMAÇÕES SOBRE DEMAIS MORADORES DA UNIDADE HABITACIONAL:

| Nome | D.N. | Parentesco | G. de Instrução | Profissão | Renda |
|------|------|------------|-----------------|-----------|-------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

| |
|--|
| <input type="checkbox"/> Cimento grosso <input type="checkbox"/> Cimento liso <input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> outros: |
| 6.11 – Água Potável: |
| <input type="checkbox"/> Rede pública <input type="checkbox"/> Abastecimento Coletivo <input type="checkbox"/> Poço Artesiano <input type="checkbox"/> Mina |
| <input type="checkbox"/> Outros: |
| 6.12 – Esgotamento Sanitário: |
| <input type="checkbox"/> Banheiro dentro <input type="checkbox"/> Banheiro fora <input type="checkbox"/> Fossa <input type="checkbox"/> Rede pública <input type="checkbox"/> Nenhum |
| <input type="checkbox"/> Outros: |
| 6.13 – Energia Elétrica: |
| <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Padrão <input type="checkbox"/> Clandestina. |
| 6.14 – Destino do lixo: |
| <input type="checkbox"/> Queimado/Enterrado <input type="checkbox"/> Céu aberto <input type="checkbox"/> Coleta Seletiva <input type="checkbox"/> Coleta Prefeitura |
| <input type="checkbox"/> Outros: |
| 6.15 – Via Publica: |
| <input type="checkbox"/> Asfalto <input type="checkbox"/> Bloco <input type="checkbox"/> Calçamento <input type="checkbox"/> Terra |
| 6.16 – Acesso à via publica: |
| <input type="checkbox"/> Fácil <input type="checkbox"/> Difícil <input type="checkbox"/> Razoável |

VII – SUGESTÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

7.1. – Na área de Assistência Social:

7.2 – Na área de Saúde:

7.3 – Na área de Educação:

7.4 – Na área de Meio Ambiente:

7.5 – Na área de Obras e Serviços Urbanos:

7.6 – Na área de Cultura e Lazer:

| |
|------------------------------------|
| |
| |
| VIII – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: |
| |
| |
| |
| |
| |
| |

Belo Oriente, _____ de _____ de 2009.

Responsável pelo preenchimento: _____.

Responsável pelas informações: _____.